



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Prestação de Contas Ordinária Anual do Exercício de 2012

Florianópolis, março de 2013

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Antonio de Oliveira

CONSELHO SUPERIOR

Presidente:

Maria Clara Kaschny Schneider

Silvana Rosa Lisboa de Sá

CONSELHEIROS:

TITULARES	Representação	SUPLENTE
Antônio José Carradore	FIESC	Norberto Dias
Fabrcio de Souza Albino	NCST	Adauri Aduci Pereira
Anna Júlia Rodrigues	CUT	Aldoir José Kraemer
Alessandra Tagliari Caetano da Silva	FAESC	Gisele Kraieski Knabben
Sérgio Luiz Gargioni	FAPESC	Mario Ângelo Vidor
Edna Corrêa Batistotti	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO	Rosângela Marcos Félix
Clodoaldo Machado	DOCENTE	Fernando Roberto Pereira
Marcos Araquem Scopel	DOCENTE	Antônio Galdino da Costa
Cleverson Tabajara Vianna	DOCENTE	Carlos Eduardo de Oliveira Lara
Berenice da Silva Junkes	DOCENTE	Rafael Nilson Rodrigues
Aparecida Rocha Gonçalves	TAE	-
Andressa Bregalda	TAE	-
Cedenir Buzanelo Spillere	TAE	-
Eliana Cristina Bar	TAE	-
Erci Schoenfelder	DIRETOR DE CAMPUS	Marlon Vito Fontanive
Maria Bertília Oss Giacomelli	DIRETOR DE CAMPUS	Juarez Pontes
Widomar Pereira Carpes Júnior	DIRETOR DE CAMPUS	Telma Pires Pacheco
Nicanor Cardoso	DIRETOR DE CAMPUS	Raquel Matys Cardenuto
Joana Alexandrina	DISCENTE	Carolini de Souza Pocovi
Emanuel Luiz Flores da Silva	DISCENTE	Zilmar de Souza Junior
Fernando Topal Ramthun	DISCENTE	Alexsandra Mayla Reguelim Schoenberger
Guerrando Palei Junior	DISCENTE	Rauzen Reis Arruez de Araujo
Dalton Luis Ventura	EGRESSOS	Marcelo Ribeiro
Cesar Norberto Rihl de Azambuja	EGRESSOS	-
Aléssio Trindade de Barros	MEC	Francisco José Montório Sobral

REITORIA DO IFSC

Reitora
Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva
Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração
Elisa Flemming Luz

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Ensino
Daniela de Carvalho Carrelas

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
Golberi de Salvador Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Mário de Noronha Neto

DIRETORES-GERAIS DOS CÂMPUS

Diretor-Geral do Câmpus Araranguá
Emerson Silveira Serafim

Diretor-Geral do Câmpus Caçador
Albertinho Della Giustina

Diretora-Geral do Câmpus Canoinhas
Maria Bertília Oss Giacomelli

Diretor-Geral do Câmpus Chapecó
Mauro Ceretta Moreira

Diretora-Geral do Câmpus Criciúma
Sandra Margarete Bastianello Scremin

Diretor-Geral do Câmpus Florianópolis
Maurício Gariba Júnior

Diretora-Geral do Câmpus Florianópolis - Continente
Nelda Plentz de Oliveira

Diretora-Geral do Câmpus Garopaba
Telma Pires Pacheco Amorim

Diretor-Geral do Câmpus Gaspar
Sérgio Seitsi Uda

Diretor-Geral do Câmpus Itajaí
Widomar Pereira Carpes Júnior

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul
Erci Schoenfelder

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul - Geraldo Werninghaus
Marlon Vito Fontanive

Diretor-Geral do Câmpus Joinville
Maurício Martins Taques

Diretora-Geral do Câmpus Lages
Raquel Matys Cardenuto

Diretor-Geral do Câmpus Palhoça Bilíngue
Vilmar Silva

Diretor-Geral do Câmpus São Carlos
Juarez Pontes

Diretor-Geral do Câmpus São José
Nicanor Cardoso

Diretor-Geral do Câmpus São Miguel do Oeste
Vanderlei Antunes de Mello

Diretor-Geral do Câmpus Urupema
Jorge Luiz Pereira

Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê
Margarida Hahn

Diretora-Geral do Câmpus Tubarão
Rita de Cássia Flor

EXPEDIENTE

CONSOLIDAÇÃO

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Gestão do Conhecimento

AGRADECIMENTOS

A todos os servidores que integram o Instituto Federal de Santa Catarina, pelo fornecimento de dados e informações e efetiva contribuição no desenvolvimento do processo de elaboração do presente Relatório de Prestação de Contas.

A todos os integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, pela participação nos resultados alcançados durante o exercício de 2012.

MISSÃO:

DESENVOLVER E DIFUNDIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO, FORMANDO INDIVÍDUOS CAPACITADOS
PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E
DA PROFISSÃO.

VISÃO:

CONSOLIDAR-SE COMO CENTRO DE EXCELÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA.

**Rol de Responsáveis conforme Art. 10 da Instrução Normativa N°63,
de 1° de setembro de 2010.**

Natureza da Responsabilidade	Seq	Tipo	Agente	e-mail	Endereço	Município	UF	CEP	Cargo	Designação	Publicação da Designação	Documento	Exoneração	Publicação da Exoneração	Documento	Período de Gestão
Dirigente máximo da UJ que apresenta as contas	001	Titular	xxx.649.809-xx Maria Clara Kaschny Schneider	mclara@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88015-620	Reitora	15/DEZ/2011	16/DEZ/2011	DECRETO de 15/12/2011 DOU de 16/12/2011	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Dirigente máximo da UJ que apresenta as contas	001	Suplente	xxx.254.079-xx Silvana Rosa Lisboa de Sá	srlisboa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88036-500	Diretora Executiva	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1861	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Pró-Reitora de Administração	001	Titular	xxx.017.769-xx Elisa Flemming Luz	elisa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8233 Palhoça	SC	88137-200	Pró-Reitora de Administração	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1858	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	001	Titular	xxx.068.110-xx Andrei Zwetsch Cavalheiro	andrei@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88080-700	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1863	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Pró-Reitora de Ensino	001	Titular	xxx.500.979-xx Daniela de Carvalho Carrelas	carvalho@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88080-700	Pró-Reitora de Ensino	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1865	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Pró-Reitor de Relações Externas	001	Titular	xxx.351.779-xx Golberi de Salvador	golberi@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88103-435	Pró-Reitor de Relações Externas	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1817	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	001	Titular	xxx.951.922-xx Mario de Noronha Neto	noronha@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88110-630	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação E Inovação	16/DEZ/2011	19/DEZ/2011	Portaria 2069	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Araranguá	001	Titular	xxx.848.679-xx Emerson Silveira Serafim	emersonserafim@ifsc.edu.br	Av. XV de Novembro, 61, Aeroporto, Araranguá - SC	8027 Araranguá	SC	88900-000	Diretor Geral do Câmpus Araranguá	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1893	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretora Geral do Câmpus Canoinhas	001	Titular	xxx.571.679-xx Maria B. Oss Giacomelli	bertilia@ifsc.edu.br	Av. Expedicionários, S/N, Campo da Água Verde, Canoinhas - SC	8105 Florianópolis	SC	88000-000	Diretora Geral do Câmpus Canoinhas	08/ABR/2010	09/ABR/2010	Portaria 273	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Chapecó	001	Titular	xxx.905.909-xx Juarez Pontes	jpontes@ifsc.edu.br	Av. Nereu Ramos, 3450-D, seminário, Chapecó - SC	8081 Chapecó	SC	89801-570	Diretor Geral do Câmpus Chapecó	13/FEV/2009	16/FEV/2009	Portaria 135	30/MAR/2012	02/ABR/2012	Portaria 411	01/JAN/2012 a 30/MAR/2012
Diretor Geral do Câmpus Chapecó	001	Titular	xxx.436.000-xx Mauro Ceretta Moreira	mcmoreira@ifsc.edu.br	Av. Nereu Ramos, 3450-D, seminário, Chapecó - SC	8081 Chapecó	SC	89802-501	Diretor Geral do Câmpus Chapecó	30/MAR/2012	02/ABR/2012	Portaria 412	-	-	-	30/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Criciúma	001	Titular	xxx.360.709-xx Manoel Irineu José	manoel@ifsc.edu.br	Rodovia SC 443, S/N, Próspera, Criciúma - SC	8105 Florianópolis	SC	88047-595	Diretor Geral do Câmpus Criciúma	08/ABR/2010	09/ABR/2010	Portaria 267	06/MAR/2012	07/MAR/2012	Portaria 278	01/JAN/2012 a 06/MAR/2012

Diretor Geral do Câmpus Florianópolis	001	Titular	xxx.505.729-xx Mauricio Gariba Junior	gariba@ifsc.edu.br	Av. Mauro Ramos, 950, Centro, Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88037-640	Diretor Geral do Câmpus Florianópolis	22/DEZ/2011	23/DEZ/2011	Portaria 2121	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretora Geral do Câmpus Florianópolis - Continente	001	Titular	xxx.107.944-xx Nelda Plentz de Oliveira	nelda@ifsc.edu.br	Rua 14 de Julho, 150, Coqueiros, Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88085-251	Diretora Geral do Câmpus Florianópolis - Continente	22/DEZ/2011	23/DEZ/2011	Portaria 2122	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Gaspar	001	Titular	xxx.973.039-xx Carlos Antônio Queiroz	queiroz@ifsc.edu.br	Kormann, 510, Bela Vista, Gaspar - SC	8105 Florianópolis	SC	88010-120	Diretor Geral do Câmpus Gaspar	08/ABR/2012	09/ABR/2010	Portaria 269	19/NOV/2012	20/NOV/2012	Portaria 1387	01/JAN/2012 a 19/NOV/2012
Diretor Geral do Câmpus Gaspar	001	Titular	xxx.207.939-xx Sérgio Seitsi Uda	uda@ifsc.edu.br	Rua Adriano Kormann, 510, Bela Vista, Gaspar - SC	8055 Brusque	SC	88351-235	Diretor Geral do Câmpus Gaspar	19/NOV/2012	20/NOV/2012	Portaria 1388	-	-	-	20/NOV/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Itajaí	001	Titular	xxx.603.299.xx Widomar Pereira Carpes	wcarpes@ifsc.edu.br	Rua dos Imigrantes, 445, Rau, Jaraguá do Sul - SC	8105 Florianópolis	SC	88051-145	Diretor Geral do Câmpus Itajaí	08/ABR/2010	09/ABR/2010	Portaria 275	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Jaraguá do Sul	001	Titular	xxx.311.380-xx Erci Schoenfelder	erci@ifsc.edu.br	Av. Getúlio Vargas, 830, Centro, Jaraguá do Sul - SC	8175 Jaraguá do Sul	SC	89250-320	Diretor Geral do Câmpus Jaraguá Do Sul	22/DEZ/2011	23/DEZ/2011	Portaria 2123	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus Joinville	001	Titular	xxx.317.239-xx Mauricio Martins Taques	mtaques@ifsc.edu.br	Rua Pavão, 1337, Costa e Silva, Joinville - SC	8179 Joinville	SC	89217-250	Diretor Geral do Câmpus Joinville	22/DEZ/2011	23/DEZ/2011	Portaria 2124	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretora Geral do Câmpus Lages	001	Titular	xxx.802.981.xx Raquel Matys Cardenuto	raquelme@ifsc.edu.br	Rua Heitor Vila Lobos, 222, São Francisco, Lages - SC	8105 Florianópolis	SC	88040-510	Diretora Geral do Câmpus Lages	08/ABR/2010	09/ABR/2010	Portaria 271	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus São José	001	Titular	xxx.962.539.xx Nicanor Cardoso	nicanor@ifsc.edu.br	Rua José Lino Kretzer, 608, Praia Comprida, São José - SC	8327 São José	SC	88104-200	Diretor Geral do Câmpus São José	22/DEZ/2011	01/DEZ/2011	Portaria 2125	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor Geral do Câmpus São Miguel do Oeste	001	Titular	xxx.874.239-xx Vanderlei Antunes de Mello	amello@ifsc.edu.br	S/N, São Luiz, São Miguel do Oeste - SC	8339 São Miguel do Oeste	SC	89900-000	Diretor Geral do Câmpus São Miguel Do Oeste	08/ABR/2010	09/ABR/2010	Portaria 277	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretora do Câmpus Garopaba	001	Titular	xxx.471.829-xx Telma Pires Pacheco	tamorim@ifsc.edu.br	Rod. SC 434, 1190, Campo Duna, Garopaba - SC	8327 São José	SC	88101-400	Diretora Geral do Câmpus Garopaba	04/NOV/2011	07/NOV/2011	Portaria 1629	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor do Câmpus JS - Geraldo Werninghaus	001	Titular	xxx.405.249-xx Neury Boaretto	neury@ifsc.edu.br	Rua dos Imigrantes, 445, Rau, Jaraguá do Sul - SC	8179 Joinville	SC	89204-470	Diretor do Câmpus Av. Js - Geraldo Werninghaus	12/AGO/2011	12/AGO/2011	Portaria 1176	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Diretor do Câmpus Av. Palhoça Bilingue	001	Titular	xxx.462.739-xx Vilmar Silva	svilmar@ifsc.edu.br	Rua João Bernardino da Rosa, s/nº, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça - SC	8327 São José	SC	88101-310	Diretor do Câmpus Av. Palhoça Bilingue	16/FEV/2009	16/FEV/2009	Portaria 181	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012

Membro de Conselho Deliberativo	001	Titular	xxx.649.809-xx Maria Clara Kaschny Schneider	mclara@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88015-620	Presidente do Conselho Superior	15/DEZ/2011	16/DEZ/2011	Decreto de 15/12/2011 DOU de 16/12/2011	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	001	Suplente	xxx.254.079-xx Silvana Rosa Lisboa de Sá	srlisboa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88036-500	Suplente da Presidência do Conselho Superior	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1861	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	002	Titular	xxx.001.069-xx Antônio José Carradore	carradore@sc.senai.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88015-640	Representante Fiesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	002	Suplente	xxx.382.048-xx Norberto Dias	ndias@cianet.ind.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88037-610	Suplente Representante Fiesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	007	Titular	xxx.246.359-xx Sergio Luiz Gargioni	gargioni@fapesc-sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88025-000	Representante Fapesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	007	Suplente	xxx.401.559-xx Cesar Zucco	czucco@fapesc.sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88037-400	Suplente Representante Fapesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	17/FEV/2012	17/FEV/2012	Portaria 216	13/FEV/2012 a 16/FEV/2012
Membro de Conselho Deliberativo	007	Suplente	xxx.414.860-xx Mario Angelo Vidor	mario@fapesc.sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88.030-000	Suplente Representante Fapesc	17/FEV/2012	17/FEV/2012	Portaria 216	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	17/FEV/2012 a 13/MAI/2012
Membro de Conselho Deliberativo	007	Suplente	xxx.468.479-xx Alba Terezinha Schlichting	alba@fapesc.sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88020-400	Suplente Representante Fapesc	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	016	Titular	xxx.769.274-xx Alessio Trindade de Barros	alessio.barros@mec.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	9701 Brasília	DF	70047-900	Representante Mec	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	016	Suplente	xxx.363.769-xx Francisco José Montorio Sobral	sobral@ifc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8047 Blumenau	SC	89051-000	Suplente Representante Mec	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	018	Titular	xxx.343.559-xx Edna Correa Batisotti	ednanb@sed.sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88010-410	Representante Sed	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	018	Suplente	xxx.219.609-xx Rosangela Marcos Felix	rofelix@sed.sc.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88010-410	Suplente Representante Sed	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	019	Titular	xxx.514.529-xx Alessandra Tagliari Caetano da Silva	alessandra@faesc.com.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88025-500	Representante Faesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	019	Suplente	xxx.552.819-xx Gisele Kraieski Knabben	gisele@senar.com.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88025-500	Suplente Representante Faesc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012

Membro de Conselho Deliberativo	021	Titular	xxx.219.199-xx Fabricio de Souza Albino	ncstsc@terra.com.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88117-110	Representante Ncst-Sc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	021	Suplente	xxx.839.909-xx Adauri Aduci Pereira	adauriap@yahoo.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88117-110	Suplente Representante Ncst-Sc	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	022	Titular	xxx.251.499-xx Dalton Luis Ventura	dalton.ventura@gmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88080-251	Representante Egressos – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	023	Titular	xxx.130.759-xx Cesar Norberto Rihl de Azambuja	azambuja@globo.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88020-095	Representante Egressos – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	024	Titular	xxx.311.380-xx Erci Schoenfelder	erci@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8175 Jaraguá do Sul	SC	89251-000	Representante Diretores Gerais – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	024	Suplente	xxx.405.249-xx Neury Boaretto	neury@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8175 Jaraguá do Sul	SC	89251-000	Suplente Representante Diretores Gerais – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	025	Titular	xxx.571.679-xx Maria B. Oss Giacomelli	bertilia@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8073 Canoinhas	SC	89460-000	Representante Diretores Gerais – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	025	Suplente	xxx.626.669-xx Paulo Gianesini	pgianesini@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8057 Caçador	SC	89500-000	Suplente Representante Diretores Gerais – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 339	13/FEV/2012 a 11/MAR/2012
Membro de Conselho Deliberativo	025	Suplente	xxx.905.909-xx Juares Pontes	jpontes@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8057 Caçador	SC	89500-000	Suplente Representante Diretores Gerais – 2º Titular	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 339	-	-	-	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	026	Titular	xxx.973.039-xx Carlos Antonio Queiroz	querioz@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8117 Gaspar	SC	89110-971	Representante Diretores Gerais – 3º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	27/NOV/2012	27/NOV/2012	Portaria 460	13/FEV/2012 a 26/NOV/2012
Membro de Conselho Deliberativo	026	Suplente	xxx.603.299-xx Widomar Pereira Carpes	wcarpes@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8161 Itajaí	SC	88301-360	Suplente Representante Diretores Gerais – 3º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	27/NOV/2012	27/NOV/2012	Portaria 460	13/FEV/2012 a 26/NOV/2012
Membro de Conselho Deliberativo	026	Titular	xxx.603.299-xx Widomar Pereira Carpes	wcarpes@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8161 Itajaí	SC	88301-360	Representante Diretores Gerais – 3º Titular	27/NOV/2012	27/NOV/2012	Portaria 460	-	-	-	27/NOV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	026	Suplente	xxx.471.829-xx Telma Pires Pacheco	tamorim@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8113 Garopaba	SC	88495-000	Suplente Representante Diretores Gerais – 3º Titular	27/NOV/2012	27/NOV/2012	Portaria 460	-	-	-	27/NOV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	027	Titular	xxx.962.539-xx Nicanor Cardoso	nicanor@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88130-310	Representante Diretores Gerais – 4º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012

Membro de Conselho Deliberativo	028	Titular	xxx.479.569-xx Clodoaldo Machado	clodoaldo.machado@ifsc.edu.br	Rua 14 de junho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8047 Blumenau	SC	89010-971	Representante Docentes – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	028	Suplente	xxx.254.559-xx Fernando Roberto Pereira	fernando.pereira@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8073 Canoinhas	SC	89460-000	Suplente Representante Docentes – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	029	Titular	xxx.613.259-xx Marcos Araquem Scopel	scopel@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8027 Araranguá	SC	88900-000	Representante Docentes – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	029	Suplente	xxx.111.448-xx Antonio Galdino da Costa	galdino@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88103-610	Suplente Representante Docentes – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	030	Titular	xxx.390.399-xx Cleverson Tabajara Vianna	tabajara@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88085-483	Representante Docentes – 3º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	030	Suplente	xxx.355.838-xx Carlos Eduardo de Oliveira Lara	cadu@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8179 Joinville	SC	89201-480	Suplente Representante Docentes – 3º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	031	Titular	xxx.545.909-xx Berenice da Silva Junkes	berenice@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88050-005	Representante Docentes – 4º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	031	Suplente	xxx.926.899-xx Rafael Nils on Rodrigues	rafael@ifsc.edu.br	Rua 14 de junho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88102-460	Suplente Representante Docentes – 4º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	032	Titular	xxx.642.559-xx Aparecida Rocha Gonçalves	cida@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88030-330	Representante Tecn. Adm. Em Educação – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	032	Suplente	xxx.917.809-xx Cedenir Buzanelo Spillere	cedenir@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8885 Balneario Arroio Silva	SC	88900-000	Suplente Represen. Tecn. Adm. Em Educação – 1º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	03/OUT/2012	03/OUT/2012	Portaria 1167	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	033	Titular	xxx.923.719-xx Andressa Bregalda	andressa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8081 Chapecó	SC	89812-465	Representante Tecn. Adm. Em Educação – 2º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	034	Titular	xxx.918.339-xx Luiz Fernando Ramos Costa	luiz.costa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88101-350	Representante Tecn. Adm. Em Educação – 3º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	03/OUT/2012	03/OUT/2012	Portaria 1167	13/FEV/2012 a 02/OUT/2012
Membro de Conselho Deliberativo	034	Titular	xxx.917.809-xx Cedenir Buzanelo Spillere	cedenir@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8885 Balneario Arroio Silva	SC	88900-000	Representante Tecn. Adm. Em Educação – 3º Titular	30/OUT/2012	30/OUT/2012	Portaria 1167	-	-	-	03/OUT/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	035	Titular	xxx.126.069-xx Eliane Cristina Bar	eliana.bar@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	7563 Foz do Iguaçu	PR	85853-000	Representante Tecn. Adm. Em Educação – 4º Titular	13/FEV/2012	13/FEV/2012	Portaria 194	-	-	-	13/FEV/2012 a 31/DEZ/2012

Membro de Conselho Deliberativo	036	Titular	xxx.480.769-xx Joana Alexandrina	joana.alexandrina@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88040-008	Representante Discentes – 1º Titular	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	036	Substituto	xxx.915.959-xx Carolini de Souza Pocovi	carolini.p@aluno.ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88085-100	Representante Discentes – 1º Titular – Suplente	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	037	Titular	xxx.959.369-xx Emanuel Luiz Flores da Silva	emanuelblumen@gmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88111-520	Representante Discentes – 2º Titular	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	037	Subst.	xxx.697.799-xx Zilmar de Souza Junior	zilmar.jr@gmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8045 Biguaçu	SC	88160-000	Representante Discentes – 2º Titular – Suplente	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	038	Titular	xxx.972.138-xx Fernando Topal Ramthun	topal443@hotmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	89254-430	Representante Discentes – 3º Titular	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	038	Subst.	xxx.791.099-xx Alexsandra Mayla Reguelim Schoenberger	alexsandra.rs@aluno.ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8175 Jaraguá do Sul	SC	89254-430	Representante Discentes – 3º Titular – Suplente	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	039	Titular	xxx.326.748-xx Guerrando Palei Junior	guerrando.jr@gmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88066-366	Representante Discentes – 4º Titular	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Membro de Conselho Deliberativo	039	Subst.	xxx.048.279-xx Rauzen Reis Arruez de Araujo	girontodosnos@gmail.com	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8027 Araranguá	SC	88900-000	Representante Discentes – 4º Titular – Suplente	14/MAI/2012	14/MAI/2012	Portaria 641	-	-	-	14/MAI/2012 a 31/DEZ/2012
Responsável Aprovação Plano de Trabalho	001	Titular	xxx.109.770-xx Eliezer Moreira Pacheco	eliezer.pacheco@mec.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	9701 Brasília	DF	70000-000	Secretario da Setec	30/SET/2005	30/SET/2005	Decreto C C 824	02/MAR/2012	05/MAR/2012	Portaria 183	01/JAN/2012 a 01/MAR/2012
Responsável Aprovação Plano de Trabalho	001	Titular	xxx.863.418-xx Marco Antonio de Oliveira	setec@mec.gov.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	9701 Brasília	DF	70000-000	Secretario da Setec	02/MAR/2012	05/MAR/2012	Portaria 182	-	-	-	02/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Gerente de Programa	001	Titular	xxx.017.769-xx Elisa Flemming Luz	elisa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8233 Palhoça	SC	88137-200	Pró-Reitora de Administração	30/NOV/2011	01/DEZ/2011	Portaria 1858	-	-	-	01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012
Gerente de Programa	001	Subst.	xxx.211.839-xx Paulo Cesar Siebert	psiebert@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88040-230	Chefe departamento de Orçamento E Finanças	23/OT/2006	23/OT/2006	Portaria 506	03/ABR/2012	04/ABR/2012	Portaria 427	01/JAN/2012 a 02/ABR/2012
Gerente de Programa	001	Subst.	xxx.529.459-xx Alexandre Motta	amotta@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8233 Palhoça	SC	88137-140	Chefe departamento de Orçamento E Finanças	03/ABR/2012	04/ABR/2012	Portaria 428	-	-	-	03/ABR/2012 a 31/DEZ/2012
Responsável Pela Conformidade Contábil	001	Titular	xxx.493.759-xx Martim Lino Muller	martim@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88160-115	Contador	11/DEZ/1996	11/DEZ/1996	Portaria 561	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 a 11/MAR/2012

Responsável Pela Conformidade Contábil	001	Subst.	xxx.312.649-xx Eliane Sueli Cordeiro	eliane.sueli@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88037-010	Contadora	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	Portaria 342	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Responsável Pelo Almoxarifado – Bens de Estoque	001	Titular	xxx.983.099-xx Vilmar Germano Silva	vilmar@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88113-560	Coordenador do Setor de Materiais/Patrimônio	04/OUT/2004	04/OUT/2004	Portaria 402	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Responsável Pelo Almoxarifado – Bens de Estoque	001	Subst.	xxx.767.089-xx Roberto Fritsch	fritsch@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88111-330	Assistente Administrativo	08/FEV/2008	08/FEV/2008	Portaria 088	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Responsável Pelo Almoxarifado – Bens de Estoque	001	Titular	xxx.391.039 – xx Anderson Costa	anderson.costa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88117-350	Administrador	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Responsável Pelo Almoxarifado – Bens de Estoque	001	Subst.	xxx.441.430-xx Erico de Avila Madruga	erico@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88048-450	Assistente Em Administração	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Gestor de Licitações	001	Titular	xxx.445.459-xx Walquiria Martins	wmartins@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88080-700	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	16/JUN/2005	16/JUN/2005	Portaria 223	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Gestor de Licitações	001	Subst.	xxx.950.099-xx Marcelo Aldair de Souza	msouza@cefetsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88101-090	Coordenador de Contratos	07/JAN/2008	07/JAN/2008	Portaria 003	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Gestor de Licitações	001	Titular	xxx.445.459-xx Walquiria Martins	wmartins@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88080-700	Assistente Em Administração	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Gestor de Licitações	001	Subst.	xxx.610.060-xx Adila Marcia Antunes da Silva da Rosa	adila@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8233 Palhoça	SC	88138-580	Assistente Em Administração	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 a 31/DEZ/2012
Responsável Pela Gestão do Patrimônio – Bens Móveis	001	Titular	xxx.983.099-xx Vilmar Germano Silva	vilmar@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88113-560	Coordenador do Setor de Materiais/Patrimônio	04/OUT/2004	04/OUT/2004	Portaria 402	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Responsável Pela Gestão do Patrimônio – Bens Móveis	001	Subst.	xxx.767.089-xx Roberto Fritsch	fritsch@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88111-330	Assistente Administrativo	08/FEV/2008	08/FEV/2008	Portaria 088	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	01/JAN/2012 A 11/MAR/2012
Responsável Pela Gestão do Patrimônio – Bens Móveis	001	Titular	xxx.391.039 – xx Anderson Costa	anderson.costa@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8327 São José	SC	88117-350	Administrador	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 s 31/DEZ/2012
Responsável Pela Gestão do Patrimônio – Bens Móveis	001	Subst.	xxx.441.430-xx Erico de Avila Madruga	erico@ifsc.edu.br	Rua 14 de julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC	8105 Florianópolis	SC	88048-450	Assistente Em Administração	12/MAR/2012	12/MAR/2012	Portaria 342	-	-	-	12/MAR/2012 s 31/DEZ/2012



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Florianópolis, março de 2013

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Ordinárias Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU no 63/2010, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº244/2011; Decisões Normativas TCU nº119//2012, nº 121/2012 e nº124/2012; Portaria nº150/2012 emitida pelo TCU e Portaria nº133/2013 emitida pela CGU.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
ADEVIPLAN - Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte
AGU – Advocacia Geral da União
ANS – Ajustes de Níveis de Serviços
APABB – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
BAESA - Barra Grande Energética S.A.
CAPES – Coordenadoria de Financiamento de Pessoal de Nível Superior
CDP – Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas
CEFET-SC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CEPE – Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU – Controladoria Geral da União
CGU-R-SC – Controladoria Geral da União – Regional Santa Catarina
CMPF – Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONIF – Conselhos Nacional das Instituições da Rede Federal
CONSUP – Conselho Superior do IFSC
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CP – Coordenação de Planejamento
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPL - Comissão Permanente de Licitações
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CS – Conselho Superior do IFSC
DA – Departamento de Administração
DAs – Departamentos Acadêmicos
DACC – Departamento Acadêmico de Construção Civil
DAM – Departamento de Administração e Manutenção
DBR – Declarações de Bens e Rendas
DE – Dedicção Exclusiva
DGC – Diretoria de Gestão do Conhecimento
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER - Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
DOF – Departamento de Orçamento e Finanças
DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DTIC – Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação
E-GOV – Governo Eletrônico
E-TEC – Educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância do Governo Federal
EAD – Ensino a Distância
EAMSC – Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina
EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENALIF - Encontro Nacional das Licenciaturas dos IF
ENERCAM – Campos Novos Energia S.A.
EPEAT - *Electronic Product Environmental Assessment Tool*
EPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIC – Formação Inicial e Continuada
FMP – Faculdade Municipal da Palhoça
GRU – Guia de Recolhimento da União
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEA – Índice de Eficiência Acadêmica
IFC – Instituto Federal Catarinense
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IN – Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IR – Imposto de Renda
IRFE – Índice de Retenção do Fluxo Escolar
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
ISAAC – Sistema Acadêmico do IFSC
ISO - *International Organization for Standardization*
ITCD – Índice de Titulação do Corpo Docente
Kwh – Quilowatt-hora
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI – Órgão de Controle Interno
OE – Objetivos Específicos
PACC - Programa Anual de Capacitação Continuada
PAD – Procedimento Administrativo Disciplinar
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC – Prestação de Contas
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEG - Programa de Eficiência do Gasto
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGF – Procuradoria-Geral Federal
PhD - *Philosophy Doctor*
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIPCIT - Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica
PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMB – Prefeitura Municipal Biguaçu
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
PPA – Plano Plurianual
PPP – Parceria Público-Privada
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROCEL – Programa nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROCEL EPP - Programa de Eficiência Energética nos Prédios Públicos
PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
PROMENOR – Associação Promocional do Menor Trabalhador
PRONATEC – Programa Nacional de Apoio ao Ensino Técnico
PROPPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PSAD - Plano Semestral de Atividade Docente
PSI – Política de Segurança da Informação
QACIs - Questionários de Avaliação dos Controles Internos
RAD – Relação Aluno/Docente
RAP ou RP – Restos a Pagar
RCA – Relação Concluinte/ Aluno
RCV – Relação Candidato/Vaga
RFB – Receita Federal do Brasil
RIA – Relação Ingresso / Aluno
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SA – Solicitação de Auditoria
SAM – Sistema de Administração de Materiais
SAP – Sistema Integrado para Corporações
SECEX – Secretaria Executiva
SEENERGIA - Serviços Especializados de Engenharia S.A.
SEPEI - Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIBI – Sistema de Bibliotecas Integradas
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICON – Sistema de Gestão de Contratos de Repasse
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC - Sistema De Pessoal Civil Da Administração Federal
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNMP - *Simple Network Management Protocol*
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPW - Sistema *Spiderware*

SRH – Secretaria de Recursos Humanos
SRP – Sistema de Registro de Preços
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TP – Tomada de Preço
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UF – Unidade Federativa
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UG-E - Unidade Gestora Executora
UG-O – Unidade Gestora Orçamentária
UG-R - Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNAI – Unidade de Auditoria Interna
UNC – Universidade Nacional do Contestado
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIASSELVI - Associação Educacional Leonardo da Vinci
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas-SP
UO – Unidade Orçamentária
URL - *Uniform Resource Locator*
UTF-PR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VOIP - *Voice Over Internet Protocol*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Gabinete da Reitoria.....	40
Figura 2 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	42
Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	44
Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.....	46
Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	48
Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.....	50
Figura 7 – Presença do IFSC no Estado Catarinense.....	52
Figura 8 – Estrutura de Governança.....	70
Figura 9 – Evolução da oferta de bolsas de pesquisa no IFSC.....	195
Figura 10 – Grupos de Pesquisa por Câmpus.....	197
Figura 11 – Projetos de Pesquisa por Câmpus.....	198
Figura 12 – Projetos de Extensão por Câmpus	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado.....	33
Quadro 2 – Principais parceiros do IFSC.....	56
Quadro 3 - Obras realizadas no IFSC em 2012.....	60
Quadro 4 – Execução do Plano de Ações do IFSC.....	68
Quadro 5 – Avaliação dos controles internos da UJ.....	74
Quadro 6 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	75
Quadro 7 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	75
Quadro 8 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	76
Quadro 9 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	77
Quadro 10 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	78
Quadro 11 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	79
Quadro 12 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	80
Quadro 13 – Ações de Programas Temáticos da UJ.....	81
Quadro 14 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	82
Quadro 15 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	83
Quadro 16 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	84
Quadro 17 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	85
Quadro 18 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	86
Quadro 19 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	87
Quadro 20 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	88
Quadro 21 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	89
Quadro 22 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ.....	89
Quadro 23 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	90
Quadro 24 – Programação das Despesas Correntes.....	91
Quadro 25 – Programação das Despesas de Capital.....	92
Quadro 26 – Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	93
Quadro 27 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	94
Quadro 28 – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	95
Quadro 29 – Despesa por grupo e elemento de Despesa – Créditos Originários	96
Quadro 30 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por movimentação	97
Quadro 31 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	98
Quadro 32 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	100
Quadro 33 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG E por portador.....	102
Quadro 34 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	102
Quadro 35 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (conta tipo “B” e CPGF).....	103
Quadro 36 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	104
Quadro 37 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12....	105
Quadro 38 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12).....	105
Quadro 39 – Quantitativo de Servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	106
Quadro 40 – Quantitativo de servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12.....	106
Quadro 41 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores...	107
Quadro 42 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro	108
Quadro 43 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12.....	108
Quadro 44 – Atos sujeitos ao registro do TCU (ART. 3º IN 55/2007).....	109
Quadro 45 – Atos sujeitos a comunicação ao TCU (ART. 3º IN 55/2007).....	109

Quadro 46 – Regularidade do Cadastro dos atos no SISAC.....	109
Quadro 47 – Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	110
Quadro 48 – Atuação do OCI sobre atos submetidos a registro.....	110
Quadro 49 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva....	114
Quadro 50 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	117
Quadro 51 – Composição do quadro de Estagiários.....	118
Quadro 52 – Quantitativo de veículos de responsabilidade da UJ.....	119
Quadro 53 – Quilometragem média anual.....	119
Quadro 54 – Idade média anual.....	119
Quadro 55 – Custos de manutenção da frota.....	119
Quadro 56 – Distribuição dos bens imóveis de uso especial de Propriedade da União.....	121
Quadro 57 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	121
Quadro 58 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	
.....	122
Quadro 59 - Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada.....	124
Quadro 60 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	129
Quadro 61 – Consumo de papel, energia elétrica e água.....	131
Quadro 62 – Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	132
Quadro 63 - Acórdãos TCU que não geraram recomendações ao IFSC – 2012	136
Quadro 64 – Recomendações do órgão de controle interno.....	137
Quadro 65 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento.....	169
Quadro 66 - Quadro de Auditores do IFSC	186
Quadro 67 - Auditorias Internas IFSC – Ano/2012.....	188
Quadro 68 – Volume auditado pela UNAI.....	189
Quadro 69 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	192
Quadro 70 – Titulação dos servidores técnico-administrativos do IFSC.....	194
Quadro 71– Bolsas de Pesquisa Implementadas.....	195
Quadro 72 – quantidade de grupos e projetos de pesquisa e extensão.....	196
Quadro 73 –Acervo Bibliográfico do IFSC.....	201
Quadro 74 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	205
Quadro 75 – Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar.....	206
Quadro 76 – Pessoas com Necessidades Específicas.....	214
Quadro 77 – Faixa Etária.....	215
Quadro 78 – Gênero.....	215
Quadro 79 – Raça Autodeclarada.....	215
Quadro 80 – Ocupação Principal	216
Quadro 81 – Procedência Domiciliar.....	216
Quadro 82 – Procedência escolar.....	216
Quadro 83 – Análise Comparativa do componente Alunos Matriculados.....	219
Quadro 84 – Análise Comparativa da Relação Candidato/Vaga.....	220
Quadro 85 – Análise Comparativa da Relação Ingressos/Aluno.....	220
Quadro 86 – Análise Comparativa da Relação Concluintes/Aluno.....	220
Quadro 87 – Análise Comparativa do Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes.....	221
Quadro 88 – Análise Comparativa do Índice de Retenção do Fluxo Escolar.....	221
Quadro 89 – Análise Comparativa da Relação Alunos/Docente em Tempo Integral	222
Quadro 90 - Análise Comparativa do Gastos Correntes por Aluno.....	223
Quadro 91 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Pessoal.....	223
Quadro 92 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Outros Custeios	224
Quadro 93 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Investimentos em relação aos Gastos Totais.....	224
Quadro 94 – Faixas de Renda do Indicador Número de Matriculados por Renda Per Capita Familiar	

.....	225
Quadro 95 - Análise Comparativa do Índice de Titulação do Corpo Docente.....	225
Quadro 96 – Relatório de correção do exercício de 2012.....	226

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	30
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	32
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	33
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	36
1.3.1 Estrutura Organizacional do IFSC.....	36
1.3.2 A Presença do IFSC no Estado.....	52
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	52
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	53
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	54
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	56
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	56
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	58
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	61
2.4 INDICADORES.....	69
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	70
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	70
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	72
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	74
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	74
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	74
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	74
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	74
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	74
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	74
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	74
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	81
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	81
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	90
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	90
4.2.2 Programação de Despesas.....	91
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	91
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	92
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	92
4.2.2.4 Análise Crítica.....	93
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	94
4.2.3.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	94
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	95
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	95
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	95
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	96
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	97
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	98
4.2.4.2.2 Análise crítica.....	99

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	99
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	99
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	99
5.1.2 Análise Crítica.....	100
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	100
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	100
5.2.2 Análise Crítica.....	100
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	100
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	101
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	101
5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão videntes no Exercício de 2013 e seguintes.....	101
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	101
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	101
5.3.6 Análise Crítica.....	101
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	101
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	101
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	101
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	101
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	102
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	102
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	103
5.4.1.6 Análise Crítica.....	103
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	103
5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	103
5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	103
5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	103
5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica.....	103
5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	103
5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	103
5.5.7 Comunicações à RFB.....	104
5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	104
5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	104
5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	104
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	104
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	104
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	104
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	104
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	105
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	105
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	106
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	107
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	108
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	108

6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	108
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	108
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	108
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	109
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	109
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	110
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	110
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	110
6.2	DEMONSTRAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS DE CONTROLE NA ÁREA DE PESSOAL, INCLUSIVE QUANTO ÀS ROTINA RELACIONADAS AOS REGISTROS FUNCIONAIS E À FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES, INCLUSIVE DOCENTES, SEUS REGIMES E JORNADAS DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO, DE MODO A EVITAR A CONCESSÃO, A MANUTENÇÃO E O PAGAMENTO DE VANTAGENS E BENEFÍCIOS NÃO AUTORIZADOS EM LEI – ACÓRDÃO TCU Nº787 DE 2010.....	110
6.3	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	111
6.3.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	111
6.3.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	111
6.3.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	111
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	112
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	114
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	118
7	GESTÃO DO PATRIMONIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	118
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	118
7.1.1	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	118
7.1.1.1	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	118
7.1.1.2	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.....	118
7.1.1.3	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:.....	119
7.1.1.4	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:.....	119
7.1.1.6	Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).....	119
7.1.1.7	Plano de substituição da frota.....	120
7.1.1.8	Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.....	120
7.1.1.9	Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	120
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	120
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	120
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	121
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	122
7.2.4	Análise Crítica.....	122

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	123
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	123
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
.....	125
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	125
9.1.1 Quadro gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	128
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	130
9.2.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos:	130
9.2.2 Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);	130
9.2.3 Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.....	130
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	132
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	132
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	132
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	134
10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	136
10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	169
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .	185
10.2.1 Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ.....	185
10.2.2 Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:.....	186
10.2.3 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.....	189
10.2.4 Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.....	190
10.2.5 Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.....	190
10.2.6 Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.....	190
10.2.7 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.	191
11 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	191
12 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	192
12.1 ANÁLISE CRÍTICA.....	192
13 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	192
13.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	192
13.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	193
14 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	194
14.1 QUANTITATIVO E TITULAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	194
14.2 INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, INOVAÇÃO E EXTENSÃO ..	194
14.3 ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	200
15 INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	

.....	204
16 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC.....	207
16.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO INSTITUCIONAL NO EXERCÍCIO 2012....	207
16.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	207
16.3 METODOLOGIA DE COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES.....	209
17 INDICADORES SOCIAIS DOS DISCENTES.....	214
17.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	214
17.2 FAIXA ETÁRIA.....	215
17.3 GÊNERO.....	215
17.4 RAÇA AUTODECLARADA.....	215
17.5 OCUPAÇÃO PRINCIPAL.....	216
17.6 PROCEDÊNCIA DOMICILIAR.....	216
17.7 PROCEDÊNCIA ESCOLAR.....	216
17.8 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS.....	217
ANEXO – ANÁLISE COMPARATIVA DA METODOLOGIA DE COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO – EXERCÍCIOS 2011 E 2012.....	218
RELATORIO DE CORREIÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2012.....	226
PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	227

INTRODUÇÃO

O exercício de 2012 foi um período intenso, de muitos desafios, atividades, eventos e empenho de todas as unidades organizacionais para a consecução dos objetivos institucionais.

Nesse processo é importante destacar algumas realizações da gestão, como a consolidação dos câmpus do Plano de Expansão II e a implantação de câmpus do IFSC nos municípios de São Carlos e Tubarão. A Diretoria Executiva trabalhou na articulação de questões estratégicas, como a organização do concurso público que acontecerá em 2013. Com o objetivo de garantir o acesso à informação, em atendimento à Lei nº 12.527, a Ouvidoria implantou o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). Considerando sua configuração multicâmpus, a instituição incentivou a prática de reuniões sistêmicas por meio de webconferências. Destacam-se também a instalação do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e a execução do Fundo de TI, que permitiu a aquisição de equipamentos e a contratação de serviços importantes para o trabalho em rede.

Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, salienta-se o aprimoramento da metodologia de planejamento, com a elaboração do Planejamento para o biênio 2013-2014, bem como o início do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2014-2018, o qual demandou em 2012, a elaboração do diagnóstico do PDI vigente.

O fomento à pesquisa e à inovação foi uma grande preocupação durante o ano. Foram implementados editais para financiamento de projetos, disponibilizando 359 bolsas para alunos e servidores, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 860 mil. O Núcleo de Inovação Tecnológica auxiliou na execução de mais de R\$ 1,6 milhão em projetos. Na área de Assuntos Internacionais, 28 alunos realizaram intercâmbio em oito países. Um novo doutorado interinstitucional (DINTER) foi implementado e outro foi aprovado para início de 2013. Em parceria com o Departamento de Marketing e Jornalismo, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação publicou quatro revistas e cinco livros. Cabe destacar, ainda, o credenciamento da FEESC como nova Fundação de Apoio do IFSC, o que permitirá a captação de recursos e o fortalecimento das atividades de pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional.

O tripé Ensino-Pesquisa-Extensão foi fortalecido com o registro de 149 projetos e 77 ações de extensão, distribuindo quase R\$ 400 mil em auxílios e bolsas de extensão, atendendo a nove mil pessoas no Estado. A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, por meio da Diretoria de Comunicação, e a Assessoria Especial de Eventos, destacaram-se na organização do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que reuniu 16 mil participantes em um dos eventos mais marcantes da história centenária do IFSC. Outra atividade de sucesso da Diretoria de Comunicação foi o lançamento do novo Portal institucional. Destaca-se também a grande inserção do IFSC na mídia local e regional e o notável crescimento da visibilidade da Instituição nas redes sociais.

Durante o ano de 2012, a Pró-Reitoria de Administração coordenou e executou atividades que buscaram garantir o desenvolvimento de processos com o foco em um modelo de gestão em rede, implementando o controle e execução orçamentária por câmpus. Isso permitiu a execução de praticamente 100% do orçamento disponível. Através da construção conjunta, foram definidos o Plano Diretor de Licitações e o Plano Diretor de Engenharia, que priorizou as demandas por obras de forma transparente, por meio de critérios técnicos.

A Pró-Reitoria de Ensino iniciou um processo de reestruturação para que pudesse dar o devido suporte aos processos que têm relação direta com a qualidade do ensino, implantando as Diretorias de Assuntos Estudantis e de Estatísticas e Informações Acadêmicas. Foi iniciada a discussão de um novo modelo para a organização das ofertas na modalidade de Educação a Distância e a possibilidade de criação de um câmpus específico.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos institucionais foram o período de transição da gestão, a paralisação das atividades acadêmicas em decorrência da greve

dos servidores da Rede Federal, o que gerou o atraso de muitos trabalhos e a redefinição de prioridades, bem como a não realização do concurso público para contratação de novos servidores.

Ao elaborar a Prestação de Contas Ordinária Anual do exercício de 2012, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina organizou o Relatório de Gestão, em conformidade com a forma e conteúdos definidos na Instrução Normativa TCU nº63/2010, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº244/2011, Decisões Normativas TCU nº119/2012, nº 121/2012 e nº124/2012, Portaria nº150/2012 emitida pelo TCU e Portaria nº133/2013 emitida pela CGU. Foram também utilizadas as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC. O Relatório está estruturado em 17 capítulos, conforme as orientações do TCU.

Cabe ressaltar que, dentre os itens que constam do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº119/2012, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não foram constatadas ocorrências dos seguintes itens da Parte A (Conteúdo Geral): 5.3 – Transferências de Recursos; 6.1.5 e 6.1.6 do item 6.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos e 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 do item 6.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.

Já os itens demonstrados a seguir não se aplicam à UJ, apesar de constarem no Anexo II: 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.5 do item 4.1 – Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ; 5.1 – Reconhecimento de Passivos; 5.4.1.1 e 5.4.1.2 do item 5.4 – Suprimento de Fundos e 5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.

Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, submetemos à apreciação do Tribunal de Contas da União, a Prestação de Contas Ordinária Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, relativa ao exercício de 2012.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000455	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.				
Denominação Abreviada: Instituto Federal de Santa Catarina				
Código SIORG: 000455		Código LOA: 26438		Código SIAFI: 158516
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia			CNPJ: 11.402.887/0001-60	
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 854	
Telefones/Fax de contato:		(48) 3877-9000	(48) 3877-9001	(48) 3877-9002
Endereço Eletrônico: reitoria@ifsc.edu.br				
Página na Internet: http://www.ifsc.edu.br				
Endereço Postal: Rua 14 de Julho, nº 150 Coqueiros CEP 88.075-010 Florianópolis - SC				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Câmpus Araranguá	11.402.887/0008-37	-	-	-
Câmpus Canoinhas	11.402.887/0012-13	-	-	-
Câmpus Chapecó	11.402.887/0007-56	-	-	-
Câmpus Criciúma	11.402.887/0009-18	-	-	-
Câmpus Florianópolis - Continente	11.402.887/0004-03	-	-	-
Câmpus Florianópolis	11.402.887/0002-41	-	-	-
Câmpus Gaspar	11.402.887/0010-51	-	-	-
Câmpus Itajaí	11.402.887/0013-02	-	-	-
Câmpus Jaraguá do Sul	11.402.887/0005-94	-	-	-
Câmpus Joinville	11.402.887/0006-75	-	-	-
Câmpus Lages	11.402.887/0011-32	-	-	-
Câmpus Palhoça Bilíngue	11.402.887/0015-66	-	-	-
Câmpus São José	11.402.887/0003-22	-	-	-
Câmpus São Miguel do Oeste	11.402.887/0014-85	-	-	-
Câmpus Caçador	11.402.887/0018-09	-	-	-
Câmpus Garopaba	-	-	-	-
Câmpus Geraldo Werninghaus	11.402.887/0019-90	-	-	-
Câmpus Urupema	11.402.887/0016-47	-	-	-
Câmpus Xanxerê	11.402.887/0017-28	-	-	-
Câmpus São Carlos	-	-	-	-
Câmpus Tubarão	-	-	-	-
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
O IFSC foi criado mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET/SC, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Sua finalidade é dar formação e qualificação a profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
A organização e funcionamento são disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 28/CS/IFSC de 31 de agosto de 2009 e seu Regimento Geral Interno aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 054/2010/CS/IFSC de 05 de novembro de 2010.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Não se aplica.				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			

158516	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26438	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158516	26438

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Consolidado
Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento/Diretoria de Administração

A execução orçamentária do IFSC é realizada de forma centralizada. Existe apenas uma Unidade Gestora Executora (UG-E) e os demais câmpus e pró-reitorias são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Esta metodologia foi escolhida devido a três motivos: ausência de estrutura administrativa adequada nos câmpus; falta de histórico de controle orçamentário no IFSC; e principalmente, pela falta de diretrizes orçamentárias que definam padrões de execução, alocação de recursos, atendimento a programas institucionais e de governo, dentre outros, necessários para a eficiência do gasto público e identidade da rede de câmpus que compõem o IFSC na execução de sua atividade fim.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/SC foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Conforme o artigo 6º desta lei, o Instituto Federal tem por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

O Estatuto do IFSC também determina sua finalidade no Capítulo II, Art.2º:

O IF-SC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico

de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFSC, Conselho Superior, 2009).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece como objetivos dos Institutos Federais:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei (Brasil, 2008).

No cumprimento das finalidades, competências e objetivos expressos na legislação, o IFSC vem aumentando de forma acentuada a oferta de vagas, tanto na educação presencial quanto na educação a distância. Nesse contexto, no ano de 2012, foi apoiada a continuidade da implantação dos câmpus do Plano de Expansão II e a implantação do futuro câmpus de Tubarão, previstos na terceira fase do Plano de Expansão.

A Pró-Reitoria de Administração estabeleceu o Cronograma de Obras 2012 que, juntamente com o Plano Diretor de Engenharia, classificou com critérios técnicos e objetivos as obras prioritárias que seriam realizadas nesse ano, dentre as mais de 90 necessidades identificadas pelos

câmpus. A Comissão de Licitações realizou seis concorrências e nove tomadas de preços. Além disso, o Departamento de Obras e Engenharia, em conjunto com os Engenheiros dos câmpus, concluiu 16 obras ou reformas e 12 obras foram licitadas com assinatura de contrato. O ano de 2012 foi finalizado com 33 projetos em análise e/ou elaboração de orçamento. A implementação da Coordenadoria de Regularização Imobiliária realizou o encaminhamento dos processos para permitir a regularização de cerca de 20 projetos dos terrenos e imóveis do IFSC, envolvendo desmembramentos, pagamento de impostos e serviços de adequações, dentre outros.

Destaca-se também o início da descentralização e gestão dos recursos orçamentários de cada câmpus e da reitoria. Foram criadas unidades gestoras responsáveis que puderam, de forma independente, definir prioridades na sua execução orçamentária, sob supervisão da reitoria e da rede IFSC. Vários servidores foram capacitados para desenvolver atividades ligadas ao controle orçamentário transparente, como a emissão de empenhos, a liquidação de notas, a criação de lista de credores de bolsistas, dentre outras. Isso permitiu uma execução de praticamente 100% do orçamento que ficou disponível entre custeio e investimento, totalizando R\$ 61 milhões do orçamento próprio previsto na LOA 2012.

Para permitir tal execução, os setores de compras dos câmpus construíram de forma conjunta com a reitoria o Plano Diretor de Licitações que alterou processos, prazos e fluxos e garantiu a realização, em rede, de 142 pregões, 43 dispensas de licitação e 135 inexigibilidades de licitação.

O crescimento de toda a instituição impactou também no gerenciamento dos 343 contratos vigentes, cerca de 100 atas de SRP (55 novas atas), 183 contratos novos, 160 renovações de contratos e 129 repactuações de preços.

Na área de gestão de pessoas, foram promovidas quase 200 ações de capacitação, incluindo a ambientação de aproximadamente 100 novos servidores. Foram aprimorados os fluxos dos processos do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas e iniciada a organização do concurso público que será realizado em 2013. Pensando em ações de promoção da saúde, houve o credenciamento de uma operadora de planos de saúde, ampliando as opções de operadoras para os servidores.

O fomento à pesquisa e à inovação foi uma grande preocupação durante o ano e, por isso, foram implementados editais de fomento com bolsas e recursos para execução dos projetos beneficiando cerca de 70 servidores e 270 alunos da instituição, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 860 mil. O Núcleo de Inovação Tecnológica auxiliou na execução de mais de R\$ 1,6 milhão em projetos. Na área de Assuntos Internacionais, 28 alunos realizaram intercâmbio em oito países. Um novo Doutorado Interinstitucional (DINTER) foi implementado e outro foi aprovado para início de 2013. Em parceria com o Departamento de Marketing e Jornalismo, a Proppi publicou quatro revistas e cinco livros. Cabe destacar, ainda, o credenciamento da Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina (FEESC) como a nova fundação de apoio do IFSC, o que permitirá a captação de recursos antes inacessíveis e, conseqüentemente, o fortalecimento das atividades de pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional.

O fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão foi viabilizado através da efetivação de atividades de extensão, com o registro de 138 projetos, 77 ações de extensão, distribuindo quase R\$ 400 mil em auxílios e bolsas de extensão, atendendo a 9.000 pessoas no Estado.

A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, por meio da Diretoria de Comunicação e a Assessoria Especial de Eventos, destacaram-se pela organização do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que reuniu 16 mil participantes em um dos eventos mais marcantes da história centenária do IFSC. Na Diretoria de Comunicação, a coordenadoria de Programação visual produziu 1.516 artes e implantou o novo portal do IFSC. A coordenadoria de jornalismo atendeu à crescente demanda por coberturas jornalísticas na reitoria e nos câmpus, além de viabilizar uma vasta inserção na mídia local e regional e um notável crescimento da visibilidade do IFSC nas redes sociais.

A Pró-Reitoria de Ensino iniciou sua reestruturação para dar o devido suporte aos processos

que têm relação direta com a qualidade de ensino, possibilitando a uma supervisão mais próxima e efetiva. Foi proposto e aprovado pelo Conselho Superior, no início de 2013, a criação de duas novas Diretorias, que até o final de 2012 tinham caráter provisório de assessorias: a) Diretoria de Assuntos Estudantis: planeja e avalia projetos educacionais direcionados ao discente, com foco no acesso, permanência e êxito, visando à inclusão, tendo como exemplo o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, que em 2012 teve aumento de 100% na procura pelos benefícios; e b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas: responsável pelo controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem a gestão.

Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, destaca-se o aprimoramento da metodologia de planejamento, a elaboração do Planejamento para o biênio 2013-2014, bem como o início do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2013-2018, que demandou o levantamento do diagnóstico do atual PDI.

No que diz respeito à tecnologia da informação e comunicação, destaca-se a instalação do Comitê de Tecnologia da Informação e a inédita elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, de acordo com as recomendações dos órgãos de controle e da SLTI/MPOG. Além disso, foram executados cerca de R\$ 2,8 milhões do Fundo de TI e outras fontes para modernização do *datacenter* da DTIC, o que resultará na ampliação da capacidade de armazenamento e poder de processamento, no aumento da disponibilidade dos serviços e sistemas de informação por meio de grupo gerador, e na segurança dos dados da instituição através de replicação em outro local e novos equipamento de *backup*. Também foram adquiridos equipamentos que permitirão aos câmpus usufruírem de uma solução profissional de rede sem fio. Quanto aos sistemas, o Sistema de Ingresso foi adaptado para atendimento da política de cotas, e foram aperfeiçoados ou atualizados os sistemas de Compras, Concurso, Gestão de Pessoas e Patrimônio. Foram desenvolvidos os sistemas de Documentos Oficiais, Protocolo e Planejamento, que serão disponibilizados no primeiro semestre de 2013.

Cabe destacar também que esse foi o primeiro ano de gestão da Prof^{fa}. Maria Clara Kaschny Schneider, primeira Reitora eleita após a transformação do CEFET/SC em Instituto Federal de Ciência e Tecnologia.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

1.3.1 Estrutura Organizacional do IFSC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFSC é organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura básica organizacional do IFSC é composta por:

I - Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II - Órgão Executivo: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

1. Pró-Reitoria de Ensino;
2. Pró-Reitoria de Administração;
3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III - Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V - Procuradoria Federal;

VI – Diretorias Gerais dos *campi*.

VII - Ouvidoria

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com as principais competências de cada unidade organizacional.

Reitor - Compete ao Reitor:

- I. Representar o IF-SC;
- II. Implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IF-SC, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior;
- III. Firmar acordos, convênios, contratos e ajustes;
- IV. Expedir editais, resoluções, portarias e instruções normativas;
- V. Admitir, empossar, exonerar, conceder aposentadoria e praticar demais atos relacionados com a vida funcional dos servidores;
- VI. Criar condições para o aprimoramento do processo educativo;
- VII. Apresentar anualmente à apreciação do Conselho Superior o planejamento e a proposta orçamentária;
- VIII. Apresentar anualmente ao Conselho Superior Relatório de Gestão e Prestação de Contas, antes de encaminhá-los aos órgãos competentes;
- IX. Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais;
- X. Promover o desenvolvimento dos servidores;
- XI. Constituir comissões de assessoramento para auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições;
- XII. Aprovar, *ad referendum* ao Conselho Superior, os casos excepcionais;
- XIII. Nomear e empossar todos os ocupantes de cargos de direção e funções do pessoal do IF-SC;
- XIV. Delegar a seu substituto legal, Pró-Reitores e Diretores Gerais dos *campi*, competência para realização de atos inerentes à administração;
- XV. Conferir e assinar graus.

Diretoria Executiva - é o órgão de apoio ao Reitor em questões técnicas e administrativas. Ao seu titular compete:

- I. Orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas;
- II. Participar do planejamento, organização e aplicação dos concursos públicos;
- III. Coordenar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos do controle externo (CGU – Controladoria Geral da União e TCU – Tribunal de Contas da União), encaminhando aos setores responsáveis os assuntos apontados em seus relatórios de auditoria, bem como acompanhar a implementação das recomendações desses órgãos;
- IV. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- V. Promover ações visando a integração das atividades das pró-reitorias;
- VI. Acompanhar o processo de integração entre a reitoria e os *campi*;
- VII. Realizar outras atividades afins e correlatas.

Chefia de Gabinete – é órgão de apoio ao Reitor em questões administrativas e ao seu titular compete:

- I. Assistir o Reitor no seu relacionamento institucional e administrativo;
- II. Supervisionar os trabalhos da secretaria do Gabinete do Reitor;
- III. Preparar a correspondência oficial da Reitoria;
- IV. Coordenar o protocolo oficial da Reitoria;
- V. Participar de comissões designadas pelo Reitor;
- VI. Receber documentação submetida à Reitoria, preparando-a para assinatura do Reitor ou diligenciando os encaminhamentos necessários;
- VII. Organizar a agenda do Reitor;
- VIII. Organizar o conjunto normativo da Reitoria;
- IX. Supervisionar os eventos da Reitoria;
- X. Recepcionar os visitantes do Gabinete do Reitor.

Ouvidoria - é órgão de apoio ao Reitor em assuntos de acompanhamento do processo pedagógico e administrativo e ao seu titular compete:

- I. Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e discentes do IF-SC;
- II. Acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta;
- III. Identificar e interpretar o grau de satisfação dos usuários, com relação aos serviços públicos prestados;
- IV. Propor soluções e oferecer recomendações às instâncias pedagógicas e administrativas, quando julgar necessário, visando a melhoria dos serviços prestados, com relação às manifestações recebidas;
- V. Realizar, no âmbito de suas competências, ações para apurar a procedência das reclamações e denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes;
- VI. Requisitar fundamentadamente, e exclusivamente quando cabíveis, por meio formal, informações junto aos setores e às unidades da Instituição;
- VII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área.

Auditoria Interna - órgão de apoio ao Reitor do IF-SC, supervisionada pelo Conselho Superior, compete:

- I. Analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;

- II. Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, de acordo com a legislação vigente;
- III. Examinar os registros contábeis quanto à sua adequação;
- IV. Assessorar a gestão no tocante às ações de controle;
- V. Orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades;
- VI. Prestar apoio dentro de suas especificidades, no âmbito do IF-SC, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), respeitada a legislação pertinente;
- VII. Verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- VIII. Acompanhar o resultado final dos processos de sindicância e processos administrativos disciplinares, com vistas a subsidiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com as informações necessárias;
- IX. Supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos *campi*;
- X. Assessorar os gestores do IF-SC na execução de programas de governo;
- XI. Verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- XII. Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do IF-SC e sobre as tomadas de contas especiais;
- XIII. Acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- XIV. Realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos *campi*;
- XV. Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- XVI. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- XVII. Realizar outras atividades afins e correlatas.

Procuradoria - é órgão de apoio ao Reitor do IF-SC e ao Procurador-Chefe compete:

- I. Assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;
- II. Elaborar e apresentar parecer sobre processos de licitação;
- III. Emitir parecer sobre contratos e convênios;
- IV. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área.

Fonte: Regimento Geral do IFSC
Disponível em: www.ifsc.edu.br

GABINETE IFSC

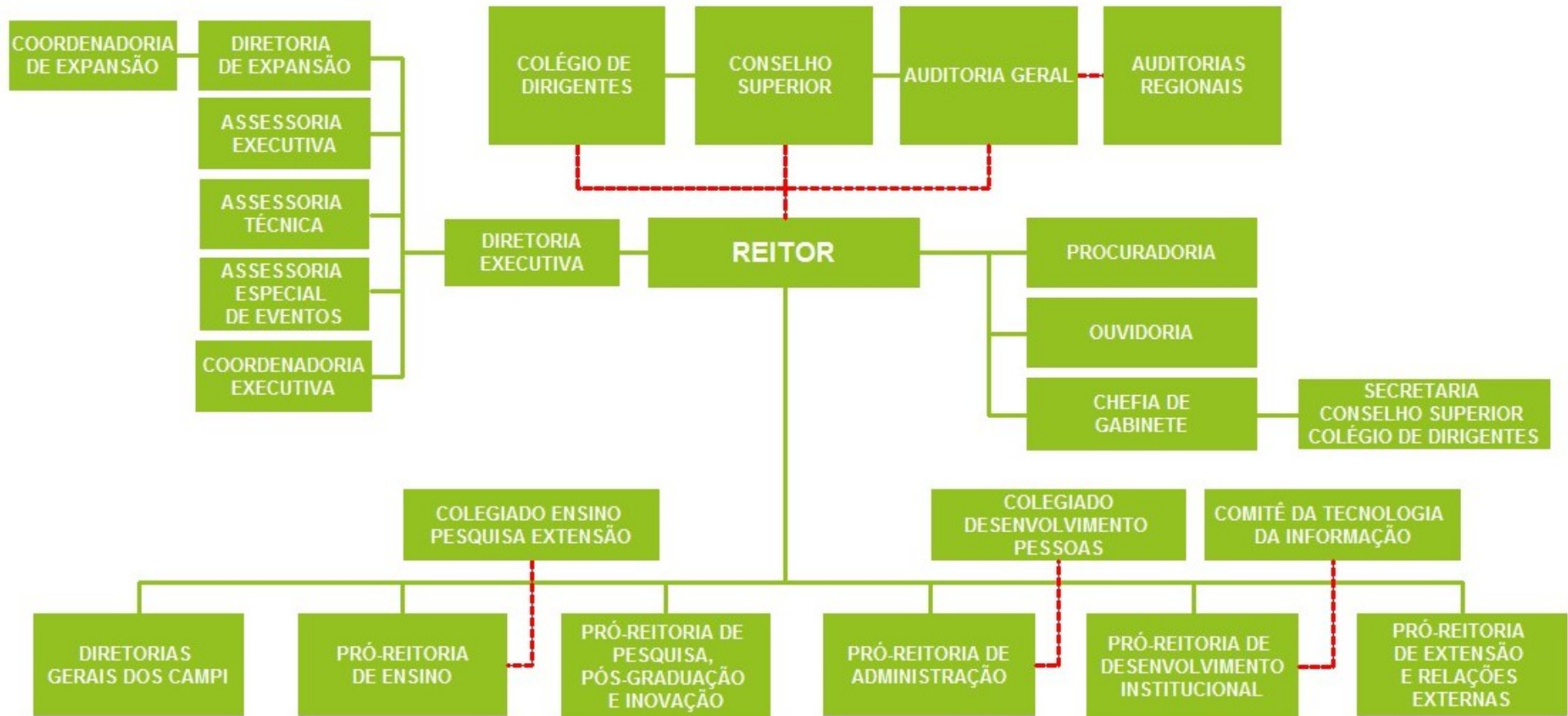


Figura 1 – Organograma do Gabinete da Reitoria

A **Pró-Reitoria de Administração** é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a esta Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração :

- a) **Diretoria de Administração** - Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- b) **Diretoria de Gestão de Pessoas** - Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;
- c) **Departamento de Orçamento e Execução Financeira** - Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- d) **Departamento de Compras** - Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- e) **Departamento de Contratos** – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- f) **Departamento de Obras e Engenharia** – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução de obras e serviços da instituição;
- g) **Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas** – Organizar e coordenar a realização de concursos públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.
- h) **Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** – Assessorar a Pró-Reitoria no que tange à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.



Figura 2 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração

À **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional** compete promover a integração entre a Reitoria e os *campi*, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) **Diretoria de Gestão do Conhecimento** - Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) **Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação** - Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.



Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À **Pró-Reitoria de Ensino** compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) **Diretoria de Desenvolvimento de Ensino** - Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino determinadas pela instituição e Governo Federal;
- b) **Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas** - Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;
- c) **Diretoria de Assuntos Estudantis** – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;
- d) **Departamento de Educação a Distância** - Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;
- e) **Departamento de Ingresso** - Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;
- f) **Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão** - Assessorar a Pró-Reitoria no que tange às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definidas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Figura 4 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

À **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação** compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

- a) **Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação** - Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE;
- b) **Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais** - Assessorar e representar a Reitoria em questões de Inovação e Assuntos Internacionais.

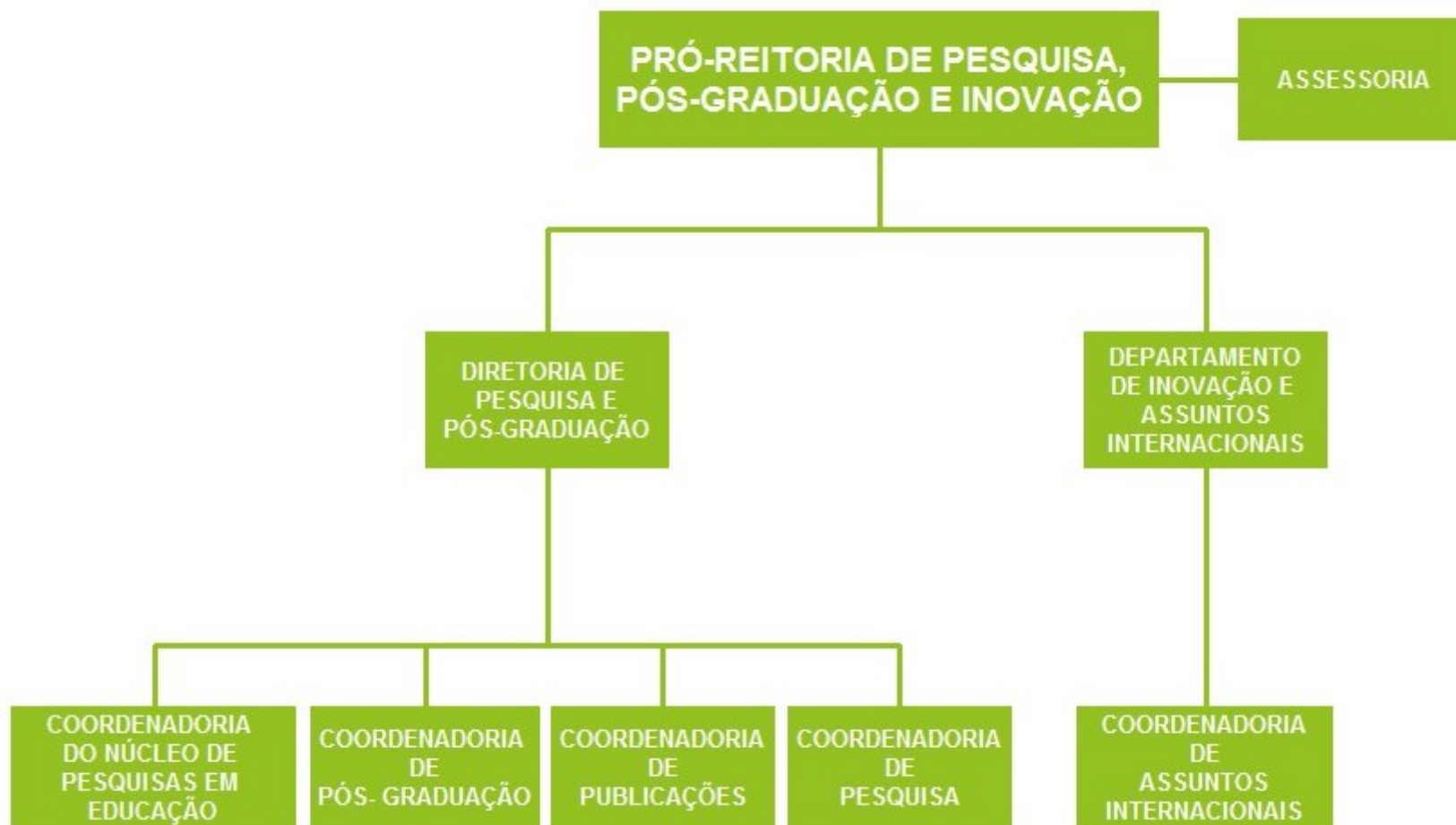


Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

À **Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas** compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) **Diretoria de Extensão** – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) **Diretoria de Comunicação Institucional** – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) **Departamento de Marketing e Jornalismo** - Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e jornalismo institucional.



Figura 6 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

O modelo de gestão do IFSC conta com uma estrutura de órgãos de caráter colegiado e executivo, os quais têm por objetivo auxiliar na implementação das políticas e no alcance das finalidades institucionais. Além destes, corroboram para o aperfeiçoamento da gestão institucional, comissões de caráter sistêmico. A seguir, são apresentadas as principais características destes órgãos:

- a) **Conselho Superior** - de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSC. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato;
- b) **Colégio de Dirigentes** - de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório do IFSC e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato;
- c) **Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** - é o órgão normativo e consultivo da Reitoria no que tange à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional e o ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração é quem o preside. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, dois representantes dos servidores docentes, dois representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e dois representantes dos discentes;
- d) **Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão** - é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e o ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino é quem o preside. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, dois representantes dos servidores docentes, dois representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e dois representantes dos discentes;
- e) **Comissão Própria de Avaliação** - com a lei que institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A comissão é composta por representantes dos docentes, representantes dos discentes e representantes técnico-administrativos;
- f) **Comissão Permanente de Pessoal Docente** - é o órgão que trata da formulação e acompanhamento da execução dos procedimentos relativos ao pessoal docente e é composta por três professores do quadro permanente do IFSC e no efetivo exercício;
- g) **Comissão de Ética** - órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029 de 01/02/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994);
- h) **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais** - é responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais e contribui na implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É composto por, no mínimo, cinco e no máximo dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos câmpus escolhidos entre seus pares.

1.3.2 A Presença do IFSC no Estado

O IFSC é uma instituição pública e gratuita que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC.

A configuração organizacional do Instituto abrange atualmente uma Reitoria, localizada em Florianópolis e 21 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul – Geraldo Werninghaus, Lages, São José, Palhoça-Bílingue, São Carlos, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Além dos 21 câmpus, estão em funcionamento nos municípios de Içara e Siderópolis, dois polos de ensino presencial. Cabe destacar que os Câmpus Itajaí, Garopaba e São Carlos funcionam em sedes provisórias, até que sejam finalizadas as respectivas sedes definitivas. O Câmpus Tubarão, integrante do Plano de expansão III, é o único que ainda não se encontra em funcionamento, estando previsto o início da construção da sua sede para 2013.

O IFSC oferta também cursos na modalidade a distância, abrangendo atualmente 44 polos distribuídos em Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Para organizar a oferta de cursos nesta modalidade, está em processo de avaliação, a implantação de um câmpus EAD, em Florianópolis. Dessa forma, o IFSC atinge todas as regiões do estado catarinense com educação profissional pública, gratuita e de qualidade.



Figura 7 – Presença do IFSC no Estado Catarinense

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos do IFSC são:

1. educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
2. cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, para capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
3. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
4. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
5. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
6. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
7. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica;
8. desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
9. desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio do IFSC são:

1. gestão do ingresso;
2. gestão dos programas de assistência estudantil;
3. gestão de informações acadêmicas;
4. gestão das políticas de ensino;
5. gestão das políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral;
6. gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação;
7. gestão dos assuntos internacionais;
8. gestão de eventos, comunicação e marketing institucional;
9. gestão orçamentária e financeira;
10. gestão de pessoas;
11. gestão da infraestrutura;
12. gestão de compras e contratos;
13. elaboração do planejamento institucional, compreendendo o Plano de Desenvolvimento Institucional, planos diretores de áreas específicas e os planos de ação anuais;
14. execução da autoavaliação institucional;
15. gestão das tecnologias de informação e comunicação;
16. gestão do conhecimento estratégico;
17. elaboração do relatório de gestão e da prestação de contas da Instituição.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros do IFSC em 2012 são apresentados no Quadro 2:

Nº	Empresa/ Instituição	CNPJ	Objeto	Data Assinatura
1	Secretaria Assistência Social de Florianópolis	13.901.032/0001-00	Regular condições de estágio de alunos da graduação e ensino técnicos de todos os cursos do IFSC nas dependências da Secretaria da Assistência Social	3/1/2012
2	Secretaria Municipal de Educação	82.892.282/0009-09	O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino para alunos da PROPONENTE.	19/1/2012
3	Sociedade Educacional Leonardo da Vinci	01.894.432/0001-56	O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos da UNIASSELVI, nas dependências do IFSC; e os alunos do IFSC, nas dependências da UNIASSELVI.	19/1/2012
4	Prefeitura Municipal de Urupema	78.492.576/0001-00	O objeto deste Acordo de Cooperação entre IFSC e Prefeitura de Urupema é para a oferta de cursos na área de Produção e Processamento de Alimentos, Informática e Meio ambiente, objetivando a oferta de curso FIC de Agricultura Orgânica.	8/2/2012
5	Prefeitura Municipal de Urupema	78.492.576/0001-00	O objeto deste Acordo de Cooperação entre IFSC e Prefeitura de Urupema é para a oferta de cursos na área de Produção e Processamento de Alimentos, Informática e Meio ambiente, objetivando a oferta de curso FIC de Informática Básica Aplicada à Administração Rural.	8/2/2012
6	Prefeitura Municipal de Urupema	78.492.576/0001-00	O objeto deste Acordo de Cooperação entre IFSC e Prefeitura de Urupema é para a oferta de cursos na área de Produção e Processamento de Alimentos, Informática e Meio ambiente, objetivando a oferta de curso FIC de Tecnologia Educacional	8/2/2012
7	Fundação Educacional Regional Jaraguense	83.130.229/0001-78	O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina, nas dependências do IFSC; e os alunos do IFSC, nas dependências do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina.	23/2/2012
8	Universidade Comunitária da Região de Chapecó	82.804.642/0001-08	Regulamentar as condições de estágios curriculares nas dependências do IFSC	5/11/2012
9	Prefeitura Municipal de Biguaçu	82.892.308/0001-53	É objeto do presente Termo de Cooperação Técnica entre o IFSC e a PMB promover a oferta de cursos no eixo de Turismo e Hospitalidade.	22/3/2012
10	Prefeitura de Xanxerê-	83.009.860/0001-1	O presente instrumento tem por objeto regulamentar as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios para alunos do IFSC, nas dependências da CONCEDENTE.	2/4/2012
11	Escola de Aprendizes de Marinheiros	00.394.502/0171-10	É objeto do presente Termo de Cooperação Técnica entre o IFSC e a EAMSC promover a oferta de cursos no eixo de Turismo e Hospitalidade.	2/4/2012
12	Prefeitura de Xanxerê	83.009.860/0001-1	Constitui objeto do presente Termo Cooperação Técnica o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de realização do II Congresso Sul-americano de Energias Renováveis e Meio Ambiente.	2/4/2012
13	Prefeitura de Itapiranga	82.821.208/0001-36	Promover a oferta de cursos nas áreas de Produção Alimentícia, Infraestrutura e Recursos Naturais.	2/4/2012
14	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	08.807.432/0001-10	Realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.	18/4/2012
15	Universidade do Estado de Santa Catarina	83.891.283/2012-36	Realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento, intercâmbio de informações técnico-científicas.	20/6/2012

16	Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis	00.118.723/0001-90	Regularização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.	2/5/2012	02/05/2012 a 02/05/2016
17	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade	58.106.519/0001-39	Promover a oferta de cursos no eixo de Turismo e Hospitalidade	24/5/2012	24/05/12 a 24/05/14
18	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade	58.106.519/0008-05	Cooperação entre IFSC e APABB para desenvolver mecanismo para a implantação e funcionamento do Projeto Superação-Inclusão Digital e Projeto Superação Familiar.	21/6/2012	21/06/12 a 04/06/2013
19	Associação Promocional do Menor Trabalhador	82.509.183/0001-30	Cooperação entre IFSC e PROMENOR no sentido de promover a oferta de cursos no eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer	23/7/2012	01/08/12 a 30/10/13
20	Corpo de Bombeiros de Garopaba	06.096.391/0001-76	Estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades do curso de formação inicial e continuada denominado Condutor Ambiental Local.	23/7/2012	23/07/12 a 23/07/13
21	Asilo São Vicente de Paulo	83.666.214/0001-29	Princípios básicos de cooperação técnica que venha a ser desenvolvido pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de orientação e execução de obras de manutenção, reparo e adequação no Asilo São Vicente de Paulo.	7/8/2012	07/08/12 a 31/12/12
22	Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Federal Catarinense	UFSC 83.899.526/0001-82 IFC 11.402.887/0001-60	Acordo de Cooperação Técnica entre IFSC – UFSC - IFC para pesquisa científica, tecnológica, de extensão e inovação.	4/5/2012	04/05/12 a 04/05/17
23	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	83.052.191/0001-62	Regularizar as condições de estágios curriculares.	27/7/2012	08/08/12 a 06/08/17
24	Universidade do Extremo Sul Catarinense	83.661.074/0001-04	Regularizar as condições de estágios curriculares.	10/8/2012	10/08/12 a 10/08/14
25	Instituto UNA de Responsabilidade Social e Cultural	07.749.605/0001-29	Intercâmbio e cooperação técnico-didático-científico que visam à realização de pesquisa e ensino.	4/7/2012	04/07/12 a 04/01/16
26	Universidade do Extremo Sul Catarinense	83.661.074/0001-04	Acordo de Cooperação entre IFSC e UNESC para a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento, intercâmbio de informações, programas de treinamento e capacitação de pessoal.	27/8/2012	27/08/12 a 27/08/17
27	Universidade Federal de Santa Catarina; BAESA-Energética Barra Grande; ENERCAN- Campos Novos Energia; SEENERGIA-Serviços Especializados de Engenharia; Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina	UFSC - 83.899.526/0001-82 FEESC - 82.895.327/000133	Participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação”	30/8/2012	30/08/12 a 30/08/15
28	Universidade do Contestado	83.395.921/0001-28	Qualificação dos servidores do IFSC no Programa de Mestrado oferecido pela UNC	3/9/2012	03/09/12 a 03/09/17
29	Cooperativa de Crédito de Livre Associados do Planalto	01.692.448/0001-86	Estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de extensão com o objetivo de promover a capacitação profissional de produtores rurais nas práticas agrícolas de pomar frutícola.	3/9/2012	03/09/12 a 03/09/13
30	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	02.806.742/0001-34	Estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades do projeto de extensão Cozinha Especial.	4/9/2012	10/09/12 a 16/12/12
31	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC - 83.899.526/0001-82	Regulamentar o uso conjunto dos recursos do Programa Anual de Capacitação Continuada-PACC, visando atender as determinações da Universidade Aberta do Brasil-UAB.	9/8/2012	04/08/12 a 04/08/13

32	Associação Náutica de Itajaí	04.889.511/0001-67	Estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente às atividades de oficinas temáticas voltadas à sensibilização de alunos de escolas públicas, abordando a importância da conservação do meio ambiente.	4/9/2012	04/09/12 a 21/12/12
33	Associação dos Deficientes Visuais do Norte de Santa Catarina	06.250.017/0001-89	Cooperação para capacitação dos membros da Adeviplan, para uso de computadores e acesso à internet	1/10/2012	21/9/2012 a 21/3/2013
34	Associação dos serviços voluntários de Jaguaruna	09.373.045/0001-92	Cooperação para desenvolvimento de cursos de qualificação profissional na área de urgência e emergência	1/10/2012	07/12/2012 a 07/12/2013
35	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/0028-23	Para concessão de estágio curricular de ensino de nível médio e superior	18/9/2012	18/09/12 a 18/09/13
36	Hospital Nereu Ramos	82.951.245/0012-11	Projeto arquitetônico para reforma da ala de Tisiologia e construção do bloco do ambulatório do Hospital Nereu Ramos	4/6/2012	04/06/2012 a 31/07/2012
37	Instituto Federal Catarinense	10.635.424/0001.86	Cooperação entre professor do IFSC Campus Blumenau para atuar no IFSC Campus Gaspar	11/10/2012	01/10/12 a 28/02/13
38	Associação Brasileira de Recursos Humanos	87.135.919/0001-70	Regularizar as condições de estágios curriculares para alunos do IFSC nas dependências das empresas concedentes por intermédio do agente de integração.	23/10/2012	5 (cinco) anos (de 03/12/12 a 03/12/17)
39	Conversores Estáticos Brasileiros	81.874.778/0001-21	Desenvolvimento da pesquisa: Módulo de Gerenciamento SNMP para Conversores CC-CC da Cebrá		4 meses
40	Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Santa Catarina	26.474.056/0012-24	Promover curso de Turismo, Hospitalidade e Lazer.	2/10/2012	2 anos
41	DETROIT Brasil Limitada	04.988.669/0001-94	Treinamento em Construção Naval		4 meses a contar da data de assinatura
42	Fundação Catarinense de Educação Especial	83.900.522/0001-77	Regularizar as condições de estágios curriculares obrigatórios para alunos do IFSC		19/11/12 a 31/12/13
43	Universidade de São Paulo	63.025.530/0001-00	Oferta de curso de Doutorado em Engenharia Mecânica	14/12/2012	48 meses
44	Fundação Universidade Regional de Blumenau	82.662.958/0001-02	Promover a implantação do Programa Mulheres Mil	13/3/2012	até 14/12/2012
45	Gevas do Brasil	04.669.200/0001-92	Regularizar as condições de estágios para alunos do IFSC	7/8/2012	13/08/2012 a 13/08/2013
46	Instituto Internacional de Inovação	08.472.400/0001-01	Oferta de Curso FIC na área de Informática	10/4/2012	04/04/2012 a 12/12/2012
47	Associação Empresarial de Xanxerê	83.857.607/0001-10	Treinamento em Eletrohidráulica	22/6/2012	01/07/2012 a 30/09/2012
48	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	07.511.835/0001-55	Apoio a organização do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica	7/3/2012	07/03/2012 a 07/09/2012
49	(INPI) Instituto Nacional de Propriedade Intelectual e (FAPESC) Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	INPI (42.521.088/0001-37) FAPESC (01.682.869/0001-26)	Realização de eventos para capacitação de professores e pesquisadores de instituições de ensino superior representantes do Governo		24 meses a contar da data de assinatura
50	Financiadora de Estudos e Projetos	33.749.086/0001-09	Transferência de recursos financeiros ao projeto intitulado " Sistema de Monitoramento Meteorológico Móvel e Suporte a Pesquisa em Meteorologia".	4/7/2012	04/07/2012 a 04/07/2015
51	Ministério da Pesca e Aquicultura	05.482.692/0001-75	Acreditação para ministração de curso	20/11/12	20/11/2012 a 20/11/2017
52	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina	82.511.643/0001-64	Realização da Mostra Científico-Natural	19/10/2012	19/10/2012 a 03/12/2012

Quadro 2 – Principais parceiros do IFSC

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Desde a transformação em Instituto Federal, o processo de elaboração do planejamento do IFSC vem sendo continuamente aperfeiçoado, de modo a contemplar as demandas institucionais e as da sociedade.

Em 2009 o IFSC elaborou seu planejamento para o biênio 2010/2011, partindo da definição de nove focos institucionais, identificados em reuniões de trabalho com as equipes diretivas da reitoria e dos câmpus. Cada unidade organizacional (câmpus, gabinete e pró-reitorias) foi incumbida de planejar - com participação efetiva da comunidade acadêmica, de 10 a 20 ações de caráter inovador, norteadas pelos focos institucionais e organizadas em torno de quatro eixos estruturantes: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão Institucional; Modernização da Infraestrutura; e Integração com a Comunidade e Relações Externas.

Em 2010, o IFSC proporcionou capacitação em gestão de projetos a cerca de 100 servidores, preparando-se, assim, para o aprimoramento de metodologia de planejamento adotada em 2009. Os focos institucionais foram revisados, passando a oito focos, em um seminário com as equipes diretivas de todas as unidades organizacionais para, novamente, orientar a elaboração participativa de projetos (compostos por várias ações) ou ações isoladas a serem executadas no biênio 2011/2012. Foi criado na intranet um ambiente de cadastramento e acompanhamento das ações planejadas e etapas semestrais de acompanhamento foram instituídas.

O planejamento institucional do IFSC para o biênio 2011/2012, foi realizado de forma participativa em 2010, com a contribuição dos servidores que atuam na reitoria e nos câmpus. O processo teve início com o resgate dos principais documentos norteadores de gestão da Instituição: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Termo de Acordo de Metas e Compromissos, Acompanhamento do Planejamento 2010, Relatório da Comissão Própria de Avaliação, Caderno de Indicadores e Relatório de Gestão. Assim, consolidou-se a estratégia de definição dos focos de atuação institucionais de maneira coletiva. Para tal, foram avaliados inicialmente os focos definidos para o ano de 2010. A partir de reuniões de trabalho realizadas, envolvendo as equipes diretivas da Reitoria e dos campi, foram identificados os oito focos de atuação institucionais. Estes focos nortearam a elaboração do Planejamento Institucional. Destaca-se aqui que as Unidades Organizacionais que compõem o Instituto deveriam elaborar seus Planos em consonância com os focos de atuação institucionais:

1. promoção da inclusão: acesso, permanência e êxito, inserção sócio- profissional;
2. articulação ensino, pesquisa e extensão;
3. avaliação do modelo de gestão;
4. promoção e consolidação da identidade institucional;
5. promoção da integração e desenvolvimento dos servidores;
6. ampliação e consolidação do processo de expansão;
7. documentação, uniformização e informatização dos processos pedagógicos e administrativos;
8. articulação com outras instituições para a melhoria da qualidade da educação.

Em função das eleições para Reitor e para Diretor-Geral dos quatro câmpus mais antigos, o processo de planejamento institucional em 2011 foi estabelecido de forma diferente do que ocorrera nos anos anteriores.

Em primeiro lugar, a agenda foi deslocada para frente, de modo que o planejamento fosse elaborado com participação ativa das equipes dos gestores eleitos. Além disso, em vez de um novo planejamento bienal, optou-se pela revisão do planejamento feito para 2012, simplificando-se a metodologia. É importante destacar que o Planejamento Institucional 2012 foi um instrumento útil para que se completasse o processo de transição entre as gestões na reitoria e nos câmpus.

Desde o período de transição, os novos pró-reitores, a diretora-executiva, os diretores sistêmicos e assessores realizaram atividades e reuniões de diagnóstico da situação de suas áreas,

envolvendo os servidores de cada setor da reitoria e as informações e dados coletados junto aos câmpus. Além disso, reuniões entre os gestores identificaram demandas integradas ou de suporte de uma área a outra. Após a etapa de diagnóstico interno, cada unidade (gabinete e pró-reitorias) analisou as ações isoladas e projetos previstos no Planejamento Institucional 2011/2012 sob sua responsabilidade, e atribuiu um dos encaminhamentos possíveis: concluído, continuar, replanejar, incluir/integrar e cancelar. Após a classificação, aconteceu a confrontação do Plano de Gestão com a lista de ações/projetos não cancelados ou concluídos do planejamento 2011/2012 que permitiu a identificação de necessidades do planejamento de novos projetos e a priorização dos projetos para 2012.

Cabe destacar que a mesma revisão aconteceu nos câmpus, o que resultou em listas próprias de ações/projetos. De posse dessas listas, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a Diretoria de Gestão do Conhecimento e a Coordenadoria de Planejamento realizaram o alinhamento entre os projetos da reitoria e os projetos e ações apresentados pelos câmpus, identificando correlações e relações entre projetos e ações. O objetivo foi realizar a associação entre os projetos e ações de caráter sistêmico e os de caráter local. As convergências identificadas entre os projetos locais e sistêmicos foram informadas para as respectivas pró-reitorias, com o objetivo de subsidiar cada vez mais o desenvolvimento integrado dos projetos e ações. Após a finalização das listas de projetos e ações prioritárias para 2012, foi realizada a capacitação dos articuladores, o detalhamento e cadastro dos projetos no sistema de planejamento, o acompanhamento parcial da execução dos projetos (agosto) e a avaliação final da execução (dezembro).

Ressalta-se que, apesar da metodologia estar em constante evolução na instituição, para o ano de 2012 ainda não constava a vinculação direta com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Entretanto, a metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Institucional 2013/2014 considerou esse e outros documentos de referência para a identificação dos objetivos gerais e específicos da instituição, com consequente alinhamento dos planos de ação dos câmpus e pró-reitorias.

A lista de Projetos do Planejamento 2012, todos de abrangência institucional, é apresentada no item 2.3.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Destaca-se que o exercício de 2012 foi bastante intenso na instituição. Além da transição de gestão e da realização do II Fórum Mundial da Educação Profissional, o IFSC passou por um período de greve de quase três meses, o que gerou o atraso de muitos trabalhos e redefinição de prioridades, conforme poderá ser visto na seção 2.3.

a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;

A metodologia utilizada para o Planejamento Institucional 2012 não contemplou o registro da avaliação de riscos, uma vez que não havia essa prática na instituição e que a orientação para tal - via Decisão Normativa TCU 119/2012 - foi posterior à definição da metodologia e início da elaboração do planejamento para o biênio 2011/2012 e revisão do planejamento para 2012. Porém, como medida de adequação à DNT 119/2012, a partir do Planejamento 2013, a avaliação de riscos às ações planejadas passa a integrar a metodologia utilizada.

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;

Em 2012 não foi realizada de forma sistemática a revisão dos processos internos da unidade. Destaca-se que para o biênio 2013/14 três macroprojetos institucionais estão relacionados a esta

temática. São eles: Gestão Estratégica, cujo objetivo é avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFSC e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional; Gestão dos Processos Acadêmicos, Normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional; Gestão dos Processos Administrativos, normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária etc, caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

Com relação à estrutura de cargos (organograma), foi realizada alteração na Pró-Reitoria de Ensino, já mencionada na sessão 1.2, com a criação provisória da Assessoria de Assuntos Estudantis e Assessoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas. No início de 2013, o Conselho Superior apreciou e aprovou a transformação das mesmas em Diretoria de Assuntos Estudantis e Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional conduziu um estudo para definição de uma referência institucional para o quadro de servidores técnico-administrativos dos câmpus. Considerando como iguais, em todas os câmpus do IFSC, os processos de ensino, pesquisa e extensão, bem como os processos administrativos de apoio às atividades finalísticas, entende-se que as demandas por servidores técnico-administrativo são qualitativamente equivalentes, variando-se a quantidade necessária em função do número de alunos e servidores de cada local, salvo pontuais necessidades específicas relacionadas à oferta de cursos. Embora o estudo ainda não esteja finalizado, esta primeira fase do estudo foi importante para as respostas aos ofícios 82 e 84/2012/CGDPR/DDR/SETEC/MEC, que solicitavam aos Institutos Federais a discriminação dos códigos de vaga necessários para suas respectivas gestões, dentro do quantitativo de vagas e códigos criados pela Lei Federal 12.677/2012. A finalização do estudo, prevista no planejamento 2013/2014 por meio do objetivo específico 01.05 do macroprojeto 01, tem como propósito subsidiar a elaboração do novo PDI do IFSC, a vigorar entre 2014-2018. Com os mesmos objetivos, a Pró-Reitoria de Ensino estabeleceu critérios para a solicitação dos câmpus das vagas de docentes e, conjuntamente com as chefias de Departamento ou diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão, reavaliou as necessidades de cada câmpus para a montagem do quadro de vagas do concurso público em andamento.

Algumas obras foram concluídas no IFSC possibilitando a melhoria na realização das atividades administrativas e pedagógicas nos câmpus. Destacam-se as seguintes obras: urbanização e construção de novos blocos no Câmpus Araranguá; construção de um novo bloco no Câmpus Chapecó; revitalização da pista de atletismo no Câmpus Florianópolis, proporcionando práticas esportivas aos discentes; construção de um novo bloco de salas de aula no Câmpus Florianópolis; reestruturação física do Câmpus Geraldo Werninghaus; urbanização dos Câmpus Lages e Gaspar; reestruturação dos laboratórios do Câmpus Xanxerê, possibilitando o aperfeiçoamento das aulas práticas; conclusão do sistema de calefação do Câmpus Urupema, oportunizando um ambiente mais adequado à comunidade acadêmica devido às condições climáticas da região.

Cabe salientar a finalização das obras do Câmpus Palhoça-Bílingue e o início das obras do Câmpus São Carlos e Garopaba. O Câmpus Tubarão tem o início das obras planejado para 2013. O Quadro 3 apresenta as obras realizadas bem como seu status de conclusão.

Unidade Organizacional	Nome da Obra	Status Conclusão
Câmpus Araranguá	Urbanização do câmpus	100,00%
Câmpus Araranguá	Construção do Bloco VI	65,00%
Câmpus Araranguá	Construção dos Blocos IV e V	10,00%
Câmpus Canoinhas	Obras complementares	100,00%
Câmpus Chapecó	Construção do bloco IV	100,00%
Câmpus Florianópolis	Instalação de rede para alimentação de ar condicionado Ala N	100,00%
Câmpus Florianópolis	Revitalização da Pista de Atletismo	100,00%
Câmpus Florianópolis	Reforma das Instalações Sanitárias	100,00%
Câmpus Florianópolis	Reforma do setor de saúde	100,00%
Câmpus Florianópolis	Novo Bloco de Salas de aula	100,00%
Câmpus Gaspar	Urbanização	100,00%
Câmpus Gaspar	Obras complementares	100,00%
Câmpus Garopaba	Construção do Câmpus	5,00%
Câmpus Jaraguá do Sul Geraldo Werninghaus	Reestruturação do câmpus Jaraguá do Sul Geraldo Werninghaus	100,00%
Câmpus Lages	Urbanização e obras complementares	100,00%
Câmpus Palhoça Bilingue *	Construção do câmpus	100,00%
Câmpus São Carlos **	Construção do câmpus	5,00%
Câmpus São José	Adaptação do Lab. De empresas juniores e empreendimentos inovadores	100,00%
Câmpus São Miguel do Oeste	Construção de Obras complementares	100,00%
Câmpus Urupema	Sistema de Calefação	100,00%
Câmpus Xanxerê	Reestruturação dos Laboratórios	15,00%
* Entregue em 2013.		
* * Início das obras.		

Quadro 3 - Obras realizadas no IFSC em 2012

Fonte: Diretoria de Administração/Departamento de Obras e Engenharia

Considerando a falta de espaço físico nas instalações disponíveis em Florianópolis, foi efetuada a locação de um prédio para o funcionamento do Departamento de Educação a Distância, Rádio IFSC e TV IFSC. No prédio há também uma sala destinada para as reuniões do Conselho Superior e Colégio de Dirigentes, além de atividades de capacitação. Para o correto funcionamento das instalações, foi realizado serviço de adaptação dos espaços e adequação elétrica. O Contrato de locação 18/2012 tem vigência de 01/07/2012 a 30/06/2013, podendo ser prorrogado por até cinco anos.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados.

O planejamento do IFSC pode ser consultado por qualquer servidor em ambiente virtual, tanto na intranet e como no site institucional, conteúdo este organizado e atualizado pela Diretoria de Gestão do Conhecimento e Coordenadoria de Planejamento. Os projetos planejados para 2012 foram divulgados através de matérias jornalísticas no portal do IFSC e na intranet. Nos câmpus, a divulgação foi feita pelos articuladores de planejamento, indicados pelos diretores gerais, com atividades orientadas pela Diretoria de Gestão do Conhecimento e Coordenadoria de Planejamento. Além disso, os objetivos traçados e resultados alcançados são temas constantemente avaliados nas reuniões dos órgãos colegiados institucionais e dos câmpus. O processo de elaboração do Planejamento 2013-2014 trouxe avanços no uso das ferramentas de interação e de comunicação com os câmpus. Para 2013 está prevista a disponibilização de novo sistema de planejamento, o qual possibilitará a ampliação da socialização das informações.

e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

A partir de 2012 a Instituição passou a reservar parte do seu orçamento para o Fundo de TI, uma ação aprovada no Colégio de Dirigentes na fase de transição de gestão, ainda em 2011. Esse recurso permitiu a modernização do *datacenter* da DTIC (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação). Essa aquisição possibilitará a ampliação da capacidade de armazenamento e do poder de processamento, o aumento da disponibilidade dos serviços e sistemas de informação por meio de grupo gerador, e a segurança dos dados da instituição através de replicação em outro local e novos equipamento de *backup*. Também foram adquiridos equipamentos que permitirão aos câmpus usufruírem de uma solução profissional de rede sem fio. A reestruturação física do *datacenter* foi diagnosticada como fundamental para o avanço em termos de sistemas e serviços oferecidos à comunidade acadêmica e comunidade externa.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Dos 43 projetos de âmbito institucional, quatro foram cancelados, treze foram concluídos e 26 estão em andamento ou foram convertidos em projetos do Planejamento Institucional 2013/2014. O Quadro 4 apresenta a situação de cada projeto.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
1	Elaboração do Programa de Gestão Sócio ambiental do IFSC	EM ANDAMENTO	- O projeto foi iniciado em 2012 e terá continuidade no Planejamento 2013/2014 como Macroprojeto IFSC Sustentável; - Relacionada a legislação aplicável ao tema; - Aquisição e distribuição de canecas aos servidores e alunos, como medida para redução do consumo de copos descartáveis.
2	Consolidação do Plano de Expansão II e implantação do Plano de Expansão III	EM ANDAMENTO	- Resultados alcançados em nível de consolidação do Plano de Expansão II: a) Inauguração do Campus Palhoça; b) Realização do processo de escolha das coordenadorias. - Resultados alcançados em nível de implantação do Plano de Expansão II: a) Construção do projeto de conclusão do Campus Tubarão; b) Conclusão do processo licitatório para construção do Campus São Carlos.
3	Realização de Concurso Público	EM ANDAMENTO	- Processo iniciado em 2012, a partir do levantamento das necessidades de vagas dos câmpus; - Códigos de vagas liberados pela SETEC apenas em dezembro, o que impossibilitou a publicação do edital no referido exercício.
4	Reestruturação das Comissões e Colegiados Institucionais	EM ANDAMENTO	- Projeto iniciado em 2012; - Confrontadas as limitações como a impossibilidade de pauta do Conselho Superior, em virtude de outras demandas prioritárias.
5	Elaboração de Programas de Auditoria para as áreas de Licitações, Contratos, Gestão	EM ANDAMENTO	- Elaboração dos Programas de Auditoria para todas as modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade.
6	Elaboração dos Questionários de Avaliação dos Controles Internos - QACIs.	EM ANDAMENTO	- Elaboração dos Questionários de Avaliação dos Controles Internos referentes a: a) pregão tradicional; b) pregão eletrônico para sistemas de registro de preço; c) convites; d) tomada de preços; e) concorrências.
7	Elaboração do Plano Diretor de Licitações	CONCLUÍDO	- Estruturação em rede do Plano Diretor de Licitações; - Sistematização do gerenciamento dos contratos do IFSC; - Realização, em rede, dos procedimentos licitatórios.
8	Elaboração do Plano de Qualificação Institucional	EM ANDAMENTO	- O projeto foi elaborado e encontra-se em fase de apreciação e encaminhamentos administrativos.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
9	Elaboração do Plano Diretor de Obras do IFSC	CONCLUÍDO	- Identificação das necessidades de obras dos câmpus e reitoria; - Definição de critérios técnicos e objetivos para a classificação de prioridade das obras a serem executadas; - Implantação da Coordenadoria de Regularização Imobiliária.
10	Elaboração do Plano Diretor de Orçamento	EM ANDAMENTO	- Criação das unidades gestoras responsáveis; - Capacitação dos servidores dos câmpus e reitoria nos processos e procedimentos necessários à política de descentralização orçamentária; - Execução do orçamento da rede IFSC em conformidade com a previsão da Lei Orçamentária Anual de 2012.
11	Reestruturação dos Processos Institucionais	REPLANEJADO	Foi replanejado como Macroprojeto M05, OE.05.08 para 2013-2014. Em 2012 foram atualizados 32 processos e mapeados 46 novos processos, o que totaliza no sistema de gestão de processos, 296 processos mapeados. No segundo semestre de 2012 foi constituído grupo de trabalho para analisar soluções disponíveis de software livre, para implantação de sistema BPMN para gestão de processos, o qual irá substituir o sistema interno utilizado atualmente. Considerando as demandas atuais do contexto institucional, este projeto foi replanejado como Macroprojeto M05, OE.05.08 para 2013-2014, de modo a contemplar outros aspectos relativos à governança de processos.
12	Melhoria do Fluxo Informacional do IFSC	REPLANEJADO	Elaborado o escopo do projeto e realizados pequenos ajustes na intranet. Considerando o afastamento de parte dos servidores envolvidos, devido a licença-maternidade e ao movimento de paralisação, bem como o atendimento a outras demandas, a implementação do projeto foi prejudicada. Considerando a relação com o Macroprojeto 15, que trata da Política de Comunicação Institucional, parte do escopo deste projeto será incorporado pelo referido Macroprojeto, e parte pelo desenvolvimentos de ações específicas no âmbito da DGC.
13	Readequação Organizacional do IFSC	PARCIALMENTE CONCLUÍDO	O estudo de um quadro de servidores como referência para os câmpus foi realizado para o planejamento da liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e será refinado em 2013, conforme Objetivo Específico 01.04 do Macroprojeto 01 do Planejamento 2013-2014; 14 dos 19 câmpus com regimentos internos novos e aprovados pelo Conselho Superior; 17 câmpus com colegiados implantados e dois câmpus com previsão de implantação em 2013; revisados os organogramas dos câmpus do Plano de Expansão II e das pró-reitorias de Ensino e Administração (ainda não implantados, aguardando aprovação do Conselho Superior) - os demais organogramas serão revisados em 2013. Os objetivos e metas ainda não atingidos foram incorporados pelos diferentes projetos que compõem o Macroprojeto 05 do Planejamento 2013-2014.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
14	Estudo da Implantação da Gestão de Documentos no IFSC	REPLANEJADO	O desenvolvimento do projeto foi impactado pela não realização do concurso público em 2012, no qual estava prevista a contratação de um arquivista, bem como pela impossibilidade de contratação de estagiário em arquivologia. Entre as ações realizadas em 2012, destaca-se a realização de visita técnica ao setor de arquivo da UFSC, a avaliação de duas opções comerciais de sistema de gestão eletrônica de documentos e a inserção da demanda de aquisição de sistema e equipamentos no PDTI 2013. Em 2013, com a possível contratação de arquivista, via concurso público, pretende-se dar continuidade ao projeto, o qual será retomado dentro dos objetivos do Macroprojeto 05, OE.05.08, do Planejamento 2013-2014.
15	Desenvolvimento de metodologia de implementação, acompanhamento e controle dos indicadores de gestão institucional	CANCELADO	Foi criado um grupo de trabalho, o qual elaborou o escopo do projeto, antes da paralisação dos servidores. Com a criação de um grupo de trabalho com o mesmo objetivo, pela SETEC/MEC, no segundo semestre de 2012, bem como pela priorização de projetos no pós-greve, esse projeto não foi retomado. Aguarda-se o resultado do trabalho do GT do MEC para que se possa replanejar o projeto, dentro dos objetivos específicos do Macroprojeto 05 do Planejamento 2013-2014.
16	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI)	REPLANEJADO	Foi replanejado como Macroprojeto M04 para 2013-2014. Em 2012 foi elaborada uma minuta de relatório do diagnóstico do PDI vigente e realizada pesquisa e definição de metodologia e plano de trabalho, ambos já aprovados pelo Conselho Superior.
17	Elaboração do Planejamento Institucional 2013	CONCLUÍDO	Metodologia de Planejamento revisada e melhorada; novo sistema de planejamento desenhado e em desenvolvimento pela DTIC; Planejamento 2013-2014 elaborado e encaminhado ao Conselho Superior para aprovação em fevereiro de 2013, com 18 Macroprojetos de âmbito institucional aos quais se relacionam os planos de ação de todas as unidades organizacionais.
18	Reestruturação física da Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação	CONCLUÍDO	Modernização do <i>datacenter</i> da DTIC, que resultará na ampliação da capacidade de armazenamento e do poder de processamento, no aumento da disponibilidade dos serviços e sistemas de informação por meio de grupo gerador, e na segurança dos dados da instituição através de replicação em outro local e novos equipamento de backup. Os equipamentos já foram comprados e estão sendo recebidos para instalação e implementação completa dos serviços até julho de 2013.
19	Revisão e elaboração de políticas institucionais para TICs	REPLANEJADO	Foi replanejado como Macroprojeto M08 para 2013-2014. Foi iniciado com a criação do Comitê de TI, mas não foi possível seguir o desenvolvimento desse projeto em 2013. Além da greve ter prejudicado a formação de grupos de trabalho para elaboração das minutas das políticas de TI, tanto DTIC quando Comitê de TI tiveram que se ocupar com outras prioridades, como a elaboração dos PDTI 2012 e 2013 e a avaliação de novos sistemas acadêmicos e administrativos.
20	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologias da Informação - PDTI 2013	CONCLUÍDO	Plano Diretor de TI elaborado conforme orientações da SISP/SLTI/MPOG e encaminhado para aprovação pelo Conselho Superior.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
21	Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Institucional Administrativos e Educacionais	CONCLUÍDO	Foram aperfeiçoados ou atualizados os sistemas de Compras, Concurso, Ingresso, Gestão de Pessoas, Patrimônio. Foi iniciado o desenvolvimento dos os sistemas de Documentos Oficiais (90%), Protocolo (50%) e Planejamento (30%), a serem disponibilizados no primeiro semestre de 2013. Foram analisadas pelo Comitê de TI as opções disponíveis de sistemas, o que resultou na indicação do sistema desenvolvido e utilizado pela UFRN. Definição da aquisição do sistema depende de da SETEC/MEC e CONIF.
22	Revitalização das Bibliotecas	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Resolução nº 09/2012/CS, que regulamenta e implanta a cobrança de multa; - Aprovação da resolução que regulamenta o empréstimo entre bibliotecas dos câmpus do IFSC; - Realização de treinamento das equipes das bibliotecas dos câmpus do Plano de Expansão II (Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí e Lages) para uso do sistema Sophia; - Elaboração da Nota Técnica “Aquisição Licença Biblioteca virtual <i>Ebrary</i> - Avaliação e Adequação”; - Organização e execução do Fórum do SIBI/IFSC, cuja temática incluía a revitalização das bibliotecas.
23	Implementação dos programas de assistência estudantil	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta do benefício de assistência ao estudante em três oportunidades distintas no exercício 2012; - Cumprimento, no percentual de 96%, da meta estabelecida pelo MEC, de atendimento a 3.000 alunos; - Execução do Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas; - Principiada a execução do Programa de Iniciação ao Mundo do Trabalho; - Regulamento das práticas de estágio nas dependências do IFSC em fase de construção; - Organização do processo para implementação do Programa Alimentação Estudantil, regulamentado pela Lei nº 11.947/2009
24	Revisão do processo de ingresso	EM ANDAMENTO	- Realização de pesquisas para apuração do perfil do ingressante e das inconsistências do processo de ingresso
25	Regulamentação da oferta de FIC, técnico e graduação	EM ANDAMENTO	- Criação de grupos de trabalho para elaboração de proposta de diretrizes e consulta pública para posterior apreciação pelo CEPE e validação pelo Conselho Superior.
26	Reestruturação e unificação da sistemática de apoio pedagógico	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de fóruns dos núcleos pedagógicos dos câmpus; - Definição de novas atribuições, dentre elas, de participação em todos os processos regulatórios com parecer e debates; - Previsão de articulação da PROEN com o CEPE, referente a ações de unificação de procedimentos pedagógicos.
27	Plano de divulgação das atividades da instituição	CANCELADO	O projeto foi cancelado e não foi replanejado, por impossibilidade de obtenção das informações

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
28	Realização de parcerias estratégicas externas	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação das parcerias firmadas em 2012 no site e na intranet; - Elaboração e divulgação no site institucional das diretrizes para formalização das parcerias entre o IFSC e entidades públicas e privadas e os respectivos modelos de documentos para efetivação; - Definição do processo para registro e acompanhamento das parcerias; - Centralização das informações referentes aos contratos celebrados junto à Coordenadoria de Parcerias e Convênios.
29	Fórum Mundial de Educação - Evento Internacional	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do evento no período de 28 de maio a 1 de junho de 2012; - Mobilização de aproximadamente 16.000 pessoas em âmbito nacional e internacional; - Promoção de ações na esfera da educação, ciência e tecnologia, da cultura e dos direitos humanos
30	Implantação do novo Site Institucional e outros portais institucionais	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do novo portal do IFSC em maio, atendendo às demandas de melhoria no acesso às informações buscadas pelos usuários, no gerenciamento e nas atualizações; - Inserção da ferramenta Guia de Cursos no portal, previsto no Planejamento 2011.
31	Identidade Visual do IFSC	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Construção do Projeto de Identidade Visual do IFSC; - Licitação da sinalização interna dos câmpus e reitoria; - Execução da sinalização interna nos câmpus; - Aquisição de totens para os câmpus Caçador e Lages.
32	Elaboração da Política de Comunicação do IFSC	REPLANEJADO	<ul style="list-style-type: none"> - Considerando a contratação do consultor em dezembro de 2012, a elaboração da Política foi replanejada para o exercício 2013; - Iniciados os trabalhos da comissão encarregada de coordenar o projeto e alcançadas parte da ações pretendidas, como o diagnóstico da conjuntura.
33	Realização do Encontro Nacional das Licenciaturas dos IF (ENALIF)	CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> - O evento foi cancelado pela SETEC.
34	Viabilização da participação do IFSC no <i>Worldskills</i> 2013	CANCELADO	<ul style="list-style-type: none"> - O evento foi cancelado pois não havia tempo hábil para organização. - Em princípio, foi replanejado para 2014.
35	Organização de eventos sociais, esportivos, culturais, tecnológicos e de gestão.	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes e assessoramento das pró-reitorias e dos câmpus na organização de eventos; - Realização de licitação específica para as demandas de eventos.
36	Acompanhamento de Egressos	REPLANEJADO	<ul style="list-style-type: none"> - Considerando o quantitativo de servidores da pró-reitoria, o projeto foi replanejado para o exercício 2013; - Avaliação de metodologias para análise do egresso em articulação com a Pró-Reitoria de Ensino.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
37	Implementação do Programa de Mobilidade Estudantil Nacional	REPLANEJADO	Projeto iniciado em 2012, porém replanejado para 2013, pela indisponibilidade de recursos orçamentários - SETEC.
38	Acompanhamento e fomento de cursos de pós-graduação	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de processo seletivo para programa de Doutorado Interinstitucional em Engenharia Mecânica, por intermédio de convênio firmado com a USP; - Conclusão das ações referentes ao programa de Mestrado Interinstitucional em Educação, por intermédio de convênio firmado com a UNICAMPI; - Aprovação, junto à CAPES, de convênio firmado com a UTFPR para implementação do programa de Doutorado Interinstitucional em Engenharia Elétrica; - Acompanhamento do programa dos cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade EaD; - Publicação de editais internos para capacitação de professores.
39	Incentivo à Pesquisa Científica	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de editais internos: <ul style="list-style-type: none"> a) de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica; b) de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, referente aos programas PIPCIT, PIBITI E PIBIC; c) para viabilizar a participação e apresentação de trabalhos de servidores em eventos de âmbito nacional e internacional; - Firmado acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Carijós; - Viabilização dos eventos Mostra de Pôsteres de Pesquisa e SEPEI; - Realização de capacitações dos servidores dos câmpus responsáveis pela área de Pesquisa e Extensão.
40	Incentivo à Inovação e Transferência de Tecnologia	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de editais internos de seleção de: <ul style="list-style-type: none"> a) pesquisador para o projeto de consolidação do núcleo de inovação tecnológica do IFSC; b) servidores para curso de pós-graduação lato sensu em Propriedade Intelectual e Inovação; c) inventos para busca de anterioridade e elaboração de patentes; d) propostas para realização de prospecção tecnológica para grupos de pesquisa; - Contratação do sistema Financiar; - Depósito de registro de programa de computador no INPI do software <i>NitDesk</i>; - Publicação de resolução pelo Conselho Superior que regulamenta a relação entre o IFSC e as fundações de apoio; - Aprovação pela CAPES da proposta de convênio para aquisição de uma planta para ensino e pesquisa em metrologia, informática industrial e controle de processos, para uso no programa de pós-graduação em Mecatrônica.

	Título do projeto	situação em dez/12	resultados alcançados
41	Internacionalização do IFSC (intercâmbios e assuntos internacionais)	CONCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação de editais internos: <ul style="list-style-type: none"> a) para viabilizar a participação discente em testes de proficiência em inglês; b) para seleção de discentes para intercâmbio no sentido de efetivar a realização de disciplinas e estágio em instituições de ensino do exterior; - Submissão ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão: <ul style="list-style-type: none"> a) de proposta de curso de idioma em inglês, com enfoque na preparação dos discentes para programas de intercâmbio; b) de resolução para intercâmbio internacional; - Implantação do Programa Família Acolhedora, com o objetivo de hospedar intercambistas; - Firmados convênios com instituições de ensino do Canadá, Chile, Itália e Portugal.
42	Criação do Portal do Conhecimento do IFSC	EM ANDAMENTO	O projeto foi iniciado em 2012, a partir da realização de estudos prévios, e replanejado para 2013.
43	Adequação do IFSC à Lei de Acesso à Informação	EM ANDAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) implementado; - Capacitação das recepcionistas da reitoria para dúvidas e atendimento; - Criação de um espaço no site institucional para transparência ativa de informações e de uma lista de perguntas e respostas para dúvidas acerca da Lei de Acesso à Informação; - Definição para metodologia de atendimento às questões encaminhadas para o SIC.

Quadro 4 – Execução do Plano de Ações do IFSC

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Diretoria de Gestão do Conhecimento

Os planos de ação dos câmpus para 2012 são compostos por conjuntos de projetos e ações muito grandes e diversificados, sendo impraticável apresentar, neste documento, sua listagem e avaliação pontual. A metodologia e o sistema de planejamento empregados no biênio 2011-2012 não proporcionam adequado relacionamento sistemático de metas locais e globais, nem medição dos resultados obtidos. Entretanto, a observação qualitativa e geral da execução dos planos de ação dos câmpus revela que vários projetos e ações não foram concluídos ou não alcançaram os resultados pretendidos, pelos seguintes motivos:

- a) falta de maturidade metodológica no processo de planejamento, gerando planos de ação pouco objetivos e de difícil acompanhamento e medição de desempenho por meio de indicadores;
- b) nos câmpus do Plano de Expansão I (Joinville, Chapecó, Florianópolis Continente e Araranguá), restrições de espaço físico (salas de aula e laboratórios, especialmente) decorrentes de um ritmo de construção que não acompanhou a demanda, em que pese um número de docentes suficiente para atendimento de maior número de alunos;
- c) nos câmpus do Plano de Expansão II, cuja estrutura física foi entregue praticamente completa antes do início das atividades, há o problema contrário, ou seja, o ritmo de liberação de vagas e códigos de vaga pelo MEC foi lento, atrasando a realização de concurso;
- d) para todos os câmpus, mas em especial para os mais antigos, a não realização de concurso público em 2011 e 2012 impediu a reposição de vacâncias no quadro de servidores técnico-administrativos, prejudicando especialmente os setores de compras e acompanhamento pedagógico;
- e) nível de integração de sistemas e bases de dados insuficiente para a adequada execução de alguns dos processos direta e indiretamente ligados à permanência e êxito dos estudantes;
- f) dificuldade de aquisição de produtos e materiais ou contratação de serviços por ausência de interessados (especialmente para os campi das cidades menores), desistências dos vencedores de pregões ou planejamento de compras inadequado;
- g) desconhecimento do IFSC e/ou dos serviços oferecidos ao cidadão por considerável parte dos públicos-alvo da instituição, especialmente nas cidades do interior do estado atendidas por câmpus do Plano de Expansão.

Ressalta-se que para o Planejamento Institucional 2013-2014 (elaborado no segundo semestre de 2012), houve significativo avanço metodológico na elaboração dos planos de ação dos câmpus e pró-reitorias, mas ainda é necessário avançar na forma de acompanhamento e avaliação da execução. Quando implantado, o novo sistema de planejamento fará com que essas etapas ocorram de modo mais estruturado.

2.4 INDICADORES

Em relação aos indicadores de desempenho da gestão da UJ para medir a efetividade dos principais processos, cabe esclarecer que não há indicadores formalizados. Alguns indicadores são utilizados para mensurar o alcance dos projetos das unidades de planejamento da UJ, mas sem uma metodologia pré-definida. Para cada um dos projetos listados no Quadro 4 foram elencados indicadores de desempenho pelos seus respectivos elaboradores, contudo, a grande maioria dos indicadores não se demonstrou eficiente, pela difícil mensuração ou pela falta de acompanhamento periódico. De forma geral, os indicadores não foram elaborados conforme metodologia definida e

disseminada, não se associam a metas ou referências e nem todos se relacionam direta e claramente a macroindicadores de gestão, com exceção aos Indicadores Institucionais, nos termos do Acordo N°2267/2005/TCU, constantes do Capítulo 15, deste Relatório.

Salienta-se que um dos projetos do IFSC para 2012 (n° 15) tinha como objetivo o desenvolvimento de metodologia de implementação, acompanhamento e controle dos indicadores de gestão institucional, tanto para a criação de novos indicadores como para definição de uma melhor forma de alinhamento dos indicadores do TCU com o planejamento da instituição. No entanto, com a criação de um grupo de trabalho com o mesmo objetivo, pela SETEC/MEC no segundo semestre de 2012, bem como pela priorização de projetos no período pós-greve, esse projeto não foi concluído e foi replanejado para 2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na Figura 8, a seguir, está demonstrada a formatação dos órgãos que compõem a estrutura de governança do IFSC.



Figura 8 – Estrutura de Governança
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

a) Conselhos e Colegiados: o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes, o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas têm regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto do IFSC e do Regimento Geral. Para apoiar a gestão pedagógica e administrativa, o IFSC ainda conta com os colegiados dos câmpus, de caráter deliberativo no âmbito de cada câmpus, conforme delegação do Conselho Superior. Na sequência, esclarecimentos

sobre a atuação dos conselhos e colegiados:

- **Conselho Superior** - é o órgão deliberativo e consultivo máximo do IFSC. É composto por integrantes da comunidade interna (alunos, professores, técnicos administrativos e diretores gerais de câmpus) eleitos por seus pares, e de segmentos ligados à educação profissional e tecnológica, tendo o Reitor como presidente. Reúne-se a cada dois meses e trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para Reitor e diretores gerais, entre outros.
- **Colégio de Dirigentes** - é um órgão normativo e consultivo formado pelo Reitor e pelos pró-reitores e diretores gerais de câmpus. Presidido pelo Reitor, trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira, relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos tratados pelo Colégio de Dirigentes.
- **Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** - é um órgão normativo e consultivo que trata, em suas reuniões mensais, de temas como movimentação de pessoal, aplicação de políticas para capacitação dos servidores do IFSC, alocação de recursos humanos e progressão funcional, entre outros. É formado por representantes dos alunos, professores e técnicos administrativos, além dos pró-reitores de Administração (presidente), Ensino e Desenvolvimento Institucional e do diretor de Gestão de Pessoas
- **Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)** - é um órgão normativo e consultivo que trata de políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC. É formado por representantes dos professores e dos técnicos administrativos, além dos pró-reitores de Ensino (presidente), Extensão e Relações Externas e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Passam pelo CEPE, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos no IFSC, assim como a suspensão de oferta de vagas.
- **Colegiado do Câmpus** - é órgão normativo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o diretor-geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC.

b) Órgão Executivo: Reitoria.

Compete à Reitoria:

- I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;
- III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição;
- IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;
- V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

O cumprimento das competências da Reitoria será desenvolvido pelos ocupantes dos cargos relacionados a seguir: Reitor; Diretoria Executiva; Pró-Reitorias; Gabinete; Ouvidoria; Auditoria Interna; e Procuradoria Geral.

d) Comitês e Comissões:

- **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** - tem como objetivo assegurar a condução do processo de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.
- **Comissão de Ética** - é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- **Comitê de Tecnologia da Informação** - é um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela Portaria nº 403 de 29 de março de 2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

e) **Instrumentos:** a instituição utiliza os seguintes documentos norteadores para exercício da Governança: Estatuto do IFSC; Regimento Geral do IFSC; regimentos internos; e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica: Foi introduzida, na metodologia de elaboração do Planejamento Anual da instituição, a análise de riscos ao atingimento dos objetivos gerais e específicos dos macroprojetos de abrangência institucional. Está prevista a ampliação da equipe de auditores internos com a regionalização das atividades, conforme aprovação do Conselho Superior, e consequente programação de concurso para mais dois auditores em 2013, que devem ser nomeados até junho. Está em curso, conforme macroprojeto 15 do Planejamento Institucional 2013-2014, a elaboração de uma política de comunicação para o IFSC, abrangendo tanto os procedimentos e meios de comunicação internos quanto externos. Ainda conforme o Planejamento, serão elaboradas políticas institucionais para Tecnologias da Informação e Segurança da Informação.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Quadro 5 – Avaliação dos controles internos da UJ

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Gabinete da Reitoria

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ não possui sistema de correição formal, porém, está planejando sua implantação no exercício de 2013.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Não se aplica à UJ, pela ausência de sistema formal de correição.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Os quadros a seguir apresentam as informações referentes às Ações Vinculadas aos Programas Temáticos sob a Responsabilidade do IFSC. Estas constam na Lei nº 12.595/2012, que aprovou a LOA para o exercício de 2012. As ações são acompanhadas de uma breve análise.

Identificação da Ação						
Código	181					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
21.068.398	23.568.398	23.476.966,35	23.476.966,35	-	-	23.476.966,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (R\$)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Quadro 6 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	00G5					
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
361.027	361.027	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (R\$)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Quadro 7 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	5					
Descrição	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
3.376.967	3.144.927	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Quadro 8 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	20RJ					
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica					
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
40.900	62.429	823.853,32	343.264,12	21.460,39	480.589,2	321.803,73

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afro brasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-racial, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.	Pessoa beneficiada (unidade)	240	450		
<p>Análise Crítica: A alocação dos recursos referentes à Universidade Aberta do Brasil foi feita nessa ação. Considerando esses recursos da UAB, tivemos um valor empenhado de R\$823.853,00, liquidado de R\$343.264,00 e pago de R\$321.803,73. Nos cursos oferecidos pela UAB, temos mais de 672 matrículas de alunos no Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências, em Mídias na Educação e em Educação para a Diversidade com Ênfase em EJA. Estes cursos, que têm como foco a capacitação de professores, atingem um percentual significativo de docentes da rede pública de ensino. Portanto, o percentual executado em 0% não reflete as ações que a instituição encaminhou nesse contexto. A reestruturação da Pró-Reitoria de Ensino, em 2012, em especial a criação da Coordenadoria de Capacitação de Formadores, ampliará as possibilidades de oferta de formação de formadores, cujos impactos poderão ser observados em 2014.</p>						

Quadro 9 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROEN

Identificação da Ação						
Código	20RG					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
8.200.000	13.615.723	12.317.795,16	2.509.624,72	274.930,37	9.808.170,44	2.234.694,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.	vaga disponibilizada (unidade)	2	1		
<p>Análise Crítica: Sobre o acompanhamento físico, vale destacar que o entendimento no momento do cadastro inicial do produto da ação foi o de número de câmpus que seriam construídos, e não o número de vagas disponibilizadas. Assim, o monitoramento do produto desta ação se torna prejudicado e a validação não faz sentido. A previsão da implantação do Câmpus Tubarão, prevista na PLOA, não foi efetivada pois o município não conseguiu regularizar a situação do terreno. Assim, os recursos foram realocados, com a autorização da SETEC/MEC, para a construção dos blocos IV, V e VI do Câmpus Araranguá. Com relação ao percentual dos valores empenhados, destaca-se que houve contingenciamento de recursos dessa ação no final do prazo para empenho, em 2012. Sobre os percentuais dos valores liquidados e pagos, destaca-se que as tomadas de preços e concorrências realizadas foram finalizadas no final do exercício 2012, com contratos assinados em dezembro/2012. Desta forma, não houve tempo hábil para efetivamente liquidar e pagar esses compromissos.</p>						

Quadro 10 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	20RL					
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
61.817.013	75.247.169	62.927.872,73	38.022.468,18	2.174.517,02	24.095.404,55	35.847.951,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	Aluno matriculado (unidade)	10.000	17.651		
<p>Análise Crítica: O percentual empenhado ultrapassou 100%, pois recebemos recursos extra orçamentários nessa ação durante o exercício 2012. Considerando que a meta prevista, de 10.000 alunos, é inferior ao número de alunos matriculados em 2011, pode-se presumir que a meta tenha sido cadastrada de forma equivocada. Desta forma, fica sem validade a análise crítica desta ação, tendo por referência a meta prevista. Porém, considerando o quantitativo de alunos informado em 2011(14.230) e o quantitativo de alunos matriculados em 2012 (17.651), pode-se aferir o resultado positivo alcançado. Com relação à utilização dos recursos financeiros, cabe informar que um dos fatores que prejudicaram a liquidação e o pagamento dos recursos foi a adesão, por parte dos servidores, ao movimento nacional de paralisação.</p>						

Quadro 11 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD/PRODIN/PROEN

Identificação da Ação						
Código	2994					
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional					
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
4.395.883	5.072.883	3.899.675,44	3.899.675,44	-	-	3.899.675,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.	Aluno assistido (unidade)	3.000	2.866		
Análise Crítica: O desenvolvimento desta ação em 2012, considerando o alcance da meta prevista e a execução dos recursos financeiros foi afetado pela adesão ao movimento de paralisação nacional, por parte dos servidores, o que implicou também na interrupção das aulas.						

Quadro 12 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROEN

Identificação da Ação						
Código	6358					
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional					
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
605.000	605.000	465.034,94	458.119,94	13.550,22	6.915	444.569,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios -visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.	Pessoa capacitada (unidade)	550	501	-	-
Análise Crítica: A meta atingida, correspondente a 501 servidores capacitados, foi um pouco inferior à meta inicialmente prevista, de 550 servidores capacitados. Entre as razões existentes destaca-se a adesão de parte dos servidores ao movimento nacional de paralisação, fato este que alterou a dinâmica das atividades programadas para esta ação.						

Quadro 13 – Ações de Programas Temáticos da UJ

Fonte: PROAD

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Os quadros a seguir apresentam as informações referentes às Ações Vinculadas aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços sob a Responsabilidade do IFSC. Estas constam na Lei nº12.595/2012, que aprovou a LOA para o exercício de 2012. As ações são acompanhadas de uma breve análise.

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
110.517,00	110.517,00	110.512,20	1.920,00		108.592,20	1.920,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Servidor beneficiado (unidade)	614	0	-	-
<p>Análise Crítica: Os exames não foram executados em razão do processo licitatório ter sido finalizado em dezembro/2012, mas serão executados até março/2013. Por esta razão, o valor empenhado não foi liquidado/pago. Quanto ao valor liquidado/pago de R\$ 1.920,00, refere-se ao pagamento efetuado à servidora matrícula SIAPE 0277732, referente ao ressarcimento do auxílio saúde, de janeiro/2011 a dezembro/2011. Como se trata de pagamento de exercício anterior, cuja solicitação deveria ser encaminhada a Brasília, visto que não havia tempo hábil para tal e havia recurso financeiro disponível nessa fonte/vinculação, foi utilizado o recurso orçamentário referente a exames periódicos.</p>						

Quadro 14 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
92.037.102,00	116.537.102,00	116.068.011,55	116.068.011,55	-	-	116.068.011,55
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1						

Quadro 15 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
1.860.000,00	2.286.320,00	2.286.320,00	2.286.320,00	1.920,00		2.284.400
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Servidor beneficiado (unidade)	1.632	2.288		

Análise Crítica: Meta atingida. O número de pessoas beneficiadas superou o previsto, considerando o aumento do número de servidores da instituição.

Quadro 16 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
228.000	249.000	243.879,97	243879,97	-	-	243.879,97
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Pessoa beneficiada (unidade)	235	254		
Análise Crítica: Meta atingida. O número de servidores atendidos superou o previsto, considerando o aumento do número de servidores da instituição.						

Quadro 17 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26438-Instituto Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
696.000	696.000	547.123,2	-	-	-	547.123,2
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.	Servidor beneficiado (unidade)	377	280	-	-
Análise Crítica: O número de servidores atendidos ficou abaixo do previsto. A concessão do auxílio transporte ocorre mediante solicitação do servidor, atendidos os requisitos legais.						

Quadro 18 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ
Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
5.400.000	6.034.092	6.032.301,5	6.032.301,5			6.032.301,5
Metas do Exercício Para a Ação						
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.	Servidor beneficiado (unidade)	1.480	1.689	-	-

Análise Crítica: Foram beneficiados 1689 servidores, superando a meta inicial. Houve um aumento do número de servidores da instituição, decorrente do processo de expansão.

Quadro 19 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
520.000	520.000	282.576,85	274.366,85	11.154,13	8.210	263.212,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Servidor capacitado (unidade)	400	718	-	-
Análise Crítica: O desenvolvimento da ação apresentou em 2012 resultados acima dos previstos inicialmente, considerando que a meta prevista abrangia 400 servidores capacitados e foram capacitados 718 servidores. Corroboraram para o alcance destes resultados a realização de capacitações internas, por meio de servidores que atuaram como multiplicadores. Considerando que as capacitações internas demandam um custo menor para a instituição, o valor do recurso previsto inicialmente não foi utilizado na íntegra.						

Quadro 20 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		2109/00ID				
Descrição		Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
75.908	75.908	75.654	75.654	-	-	75.654
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1			1	1	-	-

Quadro 21 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

Identificação da Ação						
Código		2109/09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26438-Instituto Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos (R\$)
Inicial (R\$)	Final (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Processados (R\$)	Não Processados	
18.666.620	22.054.699	21.527.609,32	21.527.609,32			21.527.609,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	-	-

Quadro 22 – Ações Vinculadas a Programas de Gestão da UJ

Fonte: PROAD

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	26438	158516

Quadro 23 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Fonte: Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		146.018.689,00	131.772.120,00			59.240.803,00	53.160.221,00
	PLOA		135.415.207,00	98.549.359,00			53.255.128,00	38.758.631,00
	LOA		135.415.207,00	98.549.359,00			53.255.128,00	38.758.631,00
CRÉDITOS	Suplementares		30.388.079,00	37.717.978,00			4.131.131,00	2.243.000,00
	Especiais	Abertos	-	-			-	-
		Reabertos	-	-			-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-			-	-
		Reabertos	-	-			-	-
	Créditos Cancelados		225.579,00	39.461,00			1.269.632,00	-
Outras Operações		-	-			-	-	
Total		165.577.707,00	136.227.876,00	-	-	56.116.627,00	41.001.631,00	

Quadro 24 – Programação das Despesas Correntes

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial Consulta Construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 - SPO/SE/MEC

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	31.698.909,00	30.466.000,00				
	PLOA	30.466.000,00	42.467.253,00				
	LOA	31.466.000,00	42.767.253,00				
CRÉDITOS	Suplementares	6.630.556,00	3.351.000,00				
	Especiais	Abertos	-	-			
		Reabertos	-	-			
	Extraordinários	Abertos	10.566.304,00	-			
		Reabertos	-	-			
	Créditos Cancelados	-	-				
Outras Operações	-	-					
Total		48.662.860,00	46.118.253,00				

Quadro 25 – Programação das Despesas de Capital

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial Consulta Construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 - SPO/SE/MEC

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9- Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	205.259.492,00	184.932.341,00	31.698.909,00	30.466.000,00	-	-	
	PLOA	188.670.335,00	137.307.990,00	30.466.000,00	42.467.253,00	-	-	
	LOA	188.670.335,00	137.307.990,00	31.466.000,00	42.767.253,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	34.519.210,00	39.960.978,00	6.630.556,00	3.351.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	10.566.304,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	1.495.211,00	39.461,00	-	-	-	-	
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
Total	221.694.334,00	177.229.507,00	48.662.860,00	46.118.253,00	-	-		

Quadro 26 – Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/Fonte: SIAFI Gerencial Consulta Construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 - SPO/SE/MEC

4.2.2.4 Análise Crítica

De acordo com os Quadros 24, 25 e 26, que tratam da identificação das despesas constantes do orçamento do IFSC, observa-se que as despesas de pessoal tiveram um aumento de 37,41%. As outras despesas correntes tiveram um aumento similar de 37,40%; já as despesas de capital tiveram queda de 26,42%. Esse fato ocorreu em virtude de que as despesas de pessoal estão crescendo na proporção das novas contratações e no aumento de capacitações para docentes (mestrado e doutorado), o que eleva a faixa salarial e seus benefícios. Com relação às despesas de outros custeios, seu crescimento é mais do que proporcional em virtude do aumento da infraestrutura de capital (em 2012 a estrutura multicâmpus foi ampliada), gerando aumento de custeio (energia, água, limpeza, vigilância, manutenção de equipamentos e imóveis, dentre outros).

Quanto a queda em relação às despesas de capital, esse fato ocorreu pois houve complementação dessas despesas realizadas mediante descentralizações de créditos referentes aos projetos submetidos pela instituição. A queda ocorreu porque várias obras já haviam sido empenhadas em anos anteriores e em 2012, por meio de descentralizações, o montante de recursos chegou ao valor de R\$ 10.187.697,45.

Outra questão que se deve destacar é que a Instituição destina grande parte de suas despesas com os serviços continuados (terceirizados), inviabilizando a aplicação de recursos em áreas estratégicas.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

4.2.3.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes 2012							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Externa	Concedidos	158516	090033	2643828846090100050042			3.056.481,00
		158516	090033	2643828846090100G50001			361.027,00
		158516	158141	2643812128210945720042			240,00
		158516	158517	2643812363203120RL0042			1.600,00
		158517	158518	2643828846090100050042			88.446,00
	Recebidos	150016	158516	2610109272008901810053			644.005,86
		150016	158516	2610112122210920RH0001			4.164,12
		150016	158516	2610112363203163800001			7.479.582,83
		153163	158516	2624612364203220RK0042			39.195,56
		153028	158516	2626012364203220RK0031			2.609,28
		154003	158516	2629112368203020RJ0001			823.853,32
		153173	158516	2629812363203120RW0001			1.235.927,06
		153173	158516	2629812363203182520001			25.479,74
		158127	158516	2642012363203120RL0043			4.120,00
158125	158516	2642212363203120RL0042			900,00		
110008	158516	5810120604202820TD0001			1.387.000,00		
Despesas de Capital 2012							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Externa	Recebidos	240901	158516	2490119572202120950001	426.204,00		
		150016	158516	2610112363203120RG0001	4.188.716,46		
		150016	158516	2610112363203163800001	36.933,28		
		154003	158516	2629112571203240190001	150.000,00		
		153173	158516	2629812363203182520001	3.990.691,97		
		110008	158516	5810120604202814KN0001	1.395.151,74		

Quadro 27 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/ SIAFI Gerencial Consulta Construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 – SPO/SE/MEC

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2012	2011	2012	2011
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	416.714,47	4.965.603,66	416.714,47	4.877.598,50
Concorrência	5.611.403,31	9.446.741,27	5.611.403,31	9.446.741,27
Pregão	23.478.172,28	4.047.565,73	21.500.763,14	2.825.913,88
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	2.695.606,05	1.973.932,79	2.568.398,53	1.815.655,91
Inexigibilidade	1.388.430,98	1.413.171,86	1.239.602,20	1.191.769,43
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	89.587,01	75.347,82	89.587,01	75.347,82
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	166.868.685,87	143.234.851,14	166.868.685,87	143.234.851,14
Diárias	1.532.967,13	1.728.691,95	1.532.967,13	1.728.691,95
Outros	11.527.243,94	7.121.676,39	11.468.508,58	7.121.676,39

Quadro 28 – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças - SIAFI Gerencial consulta construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 - SPO/SE/MEC.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	163.759.374,77	135.655.417,89	163.759.374,77	135.655.417,89	-	-	160.813.941,77	135.650.349,48
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	109.375.959,77	90.496.408,34	109.375.959,77	90.496.408,34	-	-	106.528.641,16	90.496.408,34
13 - Obrigações Patronais	22.465.283,90	19.231.154,76	22.465.283,90	19.231.154,76	-	-	22.367.169,51	19.231.154,76
01 - Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	18.114.216,89	16.359.145,32	18.114.216,89	16.359.145,32	-	-	18.114.216,89	16.359.145,32
Demais elementos do grupo	13.803.914,21	9.568.709,47	13.803.914,21	9.568.709,47	-	-	13.803.914,21	9.563.641,06
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	50.106.321,41	39.429.939,04	40.750.294,77	37.156.009,08	9.356.026,64	2.273.929,96	38.947.817,54	35.493.810,51
37 - Locação de Mão-de-Obra	13.221.971,26	9.519.297,96	12.039.165,44	8.839.331,06	1.182.805,82	679.966,90	11.101.218,15	8.339.831,73
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	12.752.479,56	9.152.936,48	6.980.762,17	8.508.265,81	5.771.717,39	644.670,67	6.625.703,44	7.879.450,19
46 – Auxílio-Alimentação	6.032.175,50	5.470.047,31	6.032.175,50	5.470.047,31			6.032.175,50	5.470.047,31
30 - Materiais de Consumo	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	18.099.695,09	15.287.657,29	15.698.191,66	14.338.364,90	2.401.503,43	949.292,39	15.188.720,45	13.804.481,28
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 - Investimentos	34.978.973,27	41.855.867,27	12.046.494,50	13.770.727,46	22.932.478,77	10.461.044,71	11.534.870,93	13.682.422,30
51 - Obras e Instalações - Op.Int.Orc.	19.506.585,63	21.694.837,62	5.836.404,39	13.294.258,23	13.670.181,24	8.400.579,39	5.324.780,82	13.206.253,07
52 - Equip. e Material Permanente - Op.Intra-Orc.	14.397.870,33	20.161.029,65	5.819.243,70	476.469,23	8.578.626,63	2.060.465,32	5.819.243,70	476.169,23
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.074.517,31	-	390.846,41	-	683.670,90	-	390.846,41	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

Quadro 29 – Despesa por grupo e elemento de Despesa – Créditos Originários

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças - SIAFI Gerencial consulta construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 – SPO/SE/MEC.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2012	2011	2012	2011
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	1.639.929,68	-	1.477.958,74	-
Pregão	4.506.364,38	1.082.489,19	4.401.032,65	565.812,24
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	735.880,98	97.200,00	735.880,98	96.000,00
Inexigibilidade	226.296,74	65.636,55	14.886,70	65.636,55
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	686.000,42	44.218,94	686.000,42	44.218,94
Diárias	74.321,43	60.259,12	74.321,43	60.259,12
Outros	843.055,83	692.911,35	843.055,83	372.710,19
Total				

Quadro 30 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por movimentação

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/ SIAFI Gerencial consulta construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 – SPO/SE/MEC.

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	644.005,86	-	644.005,86	-	-	-	644.005,86	-
01 -Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	644.005,86	-	644.005,86	-	-	-	644.005,86	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
3- Outras Despesas Correntes	11.002.121,63	6.060.143,69	6.410.377,00	1.798.417,18	4.591.744,63	4.261.726,51	6.104.068,23	960.545,64
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.349.620,30	3.303.812,67	4.906.193,18	782.253,44	4.443.427,12	2.521.559,23	4.681.650,67	390.879,72
33- Passagens e Despesas com Locomoção	451.053,00	-	447.829,50	-	3.223,50	-	447.829,50	-
30 - Material de Consumo	-	1.280.306,26	-	-	-	1.191.053,00	-	-
37 - Locação de Mão-de-Obra	390.060,72	494.565,04	273.440,36	148.278,25	116.620,36	346.286,79	191.912,90	-
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	-	-	-	-	-	-	91.297,00
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	-	-	-	475.554,12	-	-	-	204.563,38
Demais elementos do grupo	811.387,61	981.459,72	782.913,96	392.331,37	28.473,65	202.827,49	782.675,16	273.805,54
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 - Investimentos	10.187.697,45	1.922.898,60	1.657.466,60	244.297,97	8.530.230,85	1.678.600,63	1.485.062,66	244.091,40
52 - Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orc.	7.785.321,97	1.922.898,60	17.536,92	244.297,97	7.767.785,05	1.678.600,63	7.103,92	244.091,40
51 - Obras e Instalações - Op. Int. Orc.	2.402.375,48	-	1.639.929,68	-	762.445,80	-	1.477.958,74	-
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S

Quadro 31 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/ SIAFI Gerencial consulta construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 – SPO/SE/MEC.

4.2.4.2.2 *Análise crítica*

Os créditos de movimentações constantes no Quadro 27 referem-se às descentralizações de créditos concedidas e recebidas pela Instituição. As descentralizações recebidas estão vinculadas a projetos específicos que não constavam na Lei Orçamentária Anual. Os créditos constantes no referido quadro foram mencionados ao longo do Relatório de Gestão e são de suma importância para a manutenção da estrutura física e atividades de ensino. Os créditos descentralizados possibilitaram a aquisição de equipamentos de informática, estruturas de redes, mobiliário em geral, construção de novos blocos nos campi da Expansão II e o desenvolvimento de programas de Educação a Distância. Houve, ainda, descentralizações de créditos de custeio, que possibilitaram, dentre outras ações, o pagamento de energia elétrica, água e esgoto, e pagamento de empresas terceirizadas de mão de obra.

Nos créditos recebidos por movimentação constam também os vinculados aos editais de agências de fomento a pesquisa, inserção social, capacitação, dentre outros. Dessa forma, o gerenciamento desses recursos está vinculado aos projetos de origem e os recursos devem ser despendidos em consonância com o planejado.

Os créditos de capital recebidos por movimentação financeira foram obtidos mediante projetos vinculados a termos de cooperação para objetivos específicos da Instituição, conforme consta nas Ações Orçamentárias já supracitadas. Ressalta-se que os créditos recebidos mediante descentralização são de grande importância para o alcance dos objetivos do IFSC, pois os créditos orçamentários aprovados na LOA são insuficientes para atender todas as demandas institucionais.

O Quadro Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, apresenta a relação de despesas relativas às modalidades de licitação. Embora os valores pareçam ter reduzido de 2011 para 2012, isso não ocorreu porque o relatório considera os valores liquidados ou pagos e a grande maioria das 13 obras/serviços de engenharia foram licitadas no final do exercício não havendo vulto considerável de pagamento no exercício de 2012. As despesas com pregão aumentaram consideravelmente, em relação a 2011, pois se intensificou o planejamento das aquisições, com a implantação do cronograma de licitações. Ressalta-se ainda o aumento do controle sobre a execução orçamentária e a qualidade do gasto público orientando a execução orçamentária ao longo do ano e não somente ao final do exercício.

O Quadro Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários, apresenta diferenças significativas em relação às despesas com pessoal, pois o número de servidores aumentou em 2012 em relação ao ano de 2011. Além disso, houve reajuste na remuneração dos servidores docentes. Outro acréscimo significativo nas despesas foi causado pela concessão da progressão por titulação aos servidores docentes, em razão da publicação do Decreto 7.806.

No Quadro Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação, verifica-se o aumento significativo das despesas liquidadas/pagas relativas às Notas de Crédito (descentralizações) recebidas em 2011. Justifica-se esse aumento pela intensificação no planejamento das aquisições por pregão eletrônico, em especial nos programas UAB, E-Tec, Pronatec e Mulheres Mil, além dos recursos recebidos para obras/serviços para os Câmpus Xanxerê, Chapecó e Urupema e aquisições de equipamentos de laboratórios para o Câmpus Palhoça Bilingue.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.1.2 Análise Crítica

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.835.232,12		3.751.271,63	83.960,49
2010	115.364,48		-	115.364,48
2009	396.978,96		-	396.978,96
2008	39.215,58		-	39.215,58
2007	862,32		-	862,32
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	29.599.972,92	1.205.172,17	26.556.100,07	1.838.700,68
2010	2.991.267,90	2.816.901,41	57.803,71	116.562,78
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Observações: Nos Restos a Pagar não Processados de 2007, 2008 e 2009, 2010 o montante inscrito é reinscrição				

Quadro 32 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI Gerencial consulta construída 2012 - Orientações Suplementares Manual de Elaboração do Relatório de Gestão 2012 – SPO/SE/MEC.

5.2.2 Análise Crítica

Os valores inscritos em restos a pagar estão sendo gerenciados com muito critério pela instituição por se tratar de valores referentes ao orçamento de exercícios anteriores, ou seja, os objetos contratados devem ser entregues nas condições contratuais e no tempo correto.

Os valores evidenciam que grande parte dos restos a pagar referem-se aos não processados, ou seja, aqueles no qual o objeto ainda não foi entregue ou somente entregue parcialmente. Dessa forma, observa-se que os valores vêm sendo cancelados para os anos de 2010 e 2011 e que medidas eficazes estão sendo tomadas para o gerenciamento e efetivo pagamento de RP.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.3.6 Análise Crítica

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, responsável por este item, não houve ocorrência no exercício 2012 referente a transferência de recursos.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

De acordo com a Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças o IFSC não possui contas do Tipo B. Portanto o preenchimento deste demonstrativo não se aplica à UJ.

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

De acordo com a Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças o IFSC não possui contas do Tipo B. Portanto o preenchimento deste demonstrativo não se aplica à UJ.

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos													
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF						
	2012		2011		2010		2012		2011		2010		
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	71	89587,02	47	75347,82	-	-	-

Quadro 35 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (conta tipo "B" e CPGF)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Orçamento e Finanças

Obs. Os valores de 2010 não foram registrados.

5.4.1.6 Análise Crítica

Salienta-se que controles internos vêm sendo instituídos para assegurar, de maneira razoável, que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente, tais como, apresentação de relatórios periódicos dos gastos antes da liberação de novo suprimento. Estes controles vem sendo realizados pelo Departamento de Orçamento e Finanças.

Evidenciamos, assim, que os resultados atingidos e as razões que levaram o gestor a optar pelo o uso dessa medida excepcional, contribuíram para que o acréscimo nos gastos não ultrapassasse o 19% em relação ao ano de 2011, mesmo com a expansão da rede multicâmpus do Instituto (maior número de supridos).

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.7 Comunicações à RFB

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1549*	74	59
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1549	74	59
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1540	74	59
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	0	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório		4	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		164	119	56
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0		
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1713	193	115

Quadro 36 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

* No cômputo dos servidores docentes com dedicação exclusiva, são considerados 2 (dois) docentes em exercício provisório e 1 (um) docente excedente à lotação.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	7
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	24
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	24
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2

3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	43

Quadro 37 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	89	45	25
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	89	45	25
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		87	44	25
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1	1	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	229	202	151
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		227	200	150
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		2	2	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	318	247	176

Quadro 38 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Fonte: Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	312	461	384	212	26
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	246	400	360	201	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários	66	61	24	11	2
2. Provimento de Cargo em Comissão	54	130	95	34	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	7	30	35	17	0

Superior					
2.3. Funções Gratificadas	47	100	60	17	5
3. Totais (1+2)	366	591	479	246	31

Quadro 39 – Quantitativo de Servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Fonte: Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	0	2	8	15	119	263	394	445	149
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	8	15	119	193	365	393	136
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	70	29	52	13
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	21	49	105	78	63
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	6	30	28	24
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	20	43	75	50	39
3. Totais (1+2)	0	2	8	17	140	312	499	523	212

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro 40 – Quantitativo de servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	68.399.889,82	16.071.546,98	15.803.999,45	6.623.608,92	7.426.085,91	(1.526.141,86)	397.916,09	42.941,29	2.025.226,15	115.265.072,75
	2011	53.659.413,31	21.727.193,90	28.429.364,06	4.203.619,34	288.477,30	8.236.275,14	773.247,99	281.780,04	2.134.302,71	119.733.673,79
	2010	54.216.995,84	3.281.245,73	3.206.417,27	3.792.137,76	1.793.093,67	1.350.022,05	237.322,49	-	-	67.877.234,81
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	3.848.736,31	-	466.970,94	167.476,96	735.887,29	9.802,35	-	-	-	5.228.873,85
	2011	2.760.052,64	-	292.473,12	70.870,55	79.697,28	444.180,80	455,23	-	-	3.647.729,62
	2010	2.590.535,94	-	185.659,91	150.932,05	-	-	-	-	-	2.927.127,90
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	517.851,73	215.599,43	199.945,56	-	73.466,89	2.274,77	-	320,10	7.709,76	1.017.168,24
	2011	262.588,90	157.874,43	170.045,56	22.122,81	4.387,63	37.812,86	3.582,08	-	5.449,21	878.707,75
	2010	167.654,85	-	26.817,48	17.381,94	-	2.990,00	-	-	-	214.844,27
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	4.197.756,83	2.127.563,51	4.980.349,03	49.553,65	472.783,03	506.081,74	-	1.100,81	72.795,37	12.407.983,97
	2011	3.125.820,32	-	8.750,62	3.078,93	3.403,05	-	31,17	-	-	3.141.084,09
	2010	-	-	16.751,18	-	-	-	-	-	-	16.751,18
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	9.447.394,22	3.052.891,93	3.951.072,24	169.070,71	741.156,24	1.298.571,81	-	9.514,05	67.656,74	18.737.327,94
	2011	225.831,23	-	370.822,70	721.308,46	-	-	-	-	-	1.317.962,39
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 41 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	222	19
1.1 Voluntária	192	16
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	30	3
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	67	1
2.1 Voluntária	58	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	8	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	289	20

Quadro 42 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro
Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	55	1
1.1. Integral	44	1
1.2. Proporcional	11	0
2. Em Atividade	21	1
3. Total (1+2)	76	2

Quadro 43 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12
Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

De acordo com a Diretoria de Gestão de Pessoas, a verificação da existência de eventuais acumulações indevidas de cargos, funções e empregos públicos ocorre, essencialmente, no momento do ingresso do servidor na instituição e nos recadastramentos anuais. Nesse sentido, não foram detectados casos de servidores que acumulam cargos indevidamente.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

De acordo com a Diretoria de Gestão de Pessoas, em razão da inocorrência desse evento, não foram adotadas providências no exercício 2012.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	176	393	156	221
Concessão de aposentadoria	21	17	21	17
Concessão de pensão civil	4	4	4	4
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	16	0	16	0
Totais	217	414	197	242

Quadro 44 – Atos sujeitos ao registro do TCU (ART. 3º IN 55/2007)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	101	122	101	122
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	101	122	101	122

Quadro 45 – Atos sujeitos a comunicação ao TCU (ART. 3º IN 55/2007)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	32	61	12	51
Concessão de aposentadoria	8	10	3	0
Concessão de pensão civil	0	1	2	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	14	0	1	1
Total	54	72	18	53
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	85	13	3	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	85	13	3	0

Quadro 46 – Regularidade do Cadastro dos atos no SISAC

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Quadro 47 – Atos sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

Obs. Não houve ocorrência no exercício

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	30	48	2	1
Concessão de aposentadoria	3	2	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	33	50	2	1

Quadro 48 – Atuação do OCI sobre atos submetidos a registro

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em conformidade com a Diretoria de Gestão de Pessoas, a instituição não possui indicadores desenvolvidos para o gerenciamento de recursos humanos. Entretanto, os mecanismos de identificação de informações relevantes, bem como seu registro e acompanhamento, vêm sendo aperfeiçoados de modo que se possa construir, gradativamente, um conjunto de indicadores.

6.2 DEMOSTRAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS DE CONTROLE NA ÁREA DE PESSOAL, INCLUSIVE QUANTO ÀS ROTINA RELACIONADAS AOS REGISTROS FUNCIONAIS E À FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES, INCLUSIVE DOCENTES, SEUS REGIMES E JORNADAS DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO, DE MODO A EVITAR A CONCESSÃO, A MANUTENÇÃO E O PAGAMENTO DE VANTAGENS E BENEFÍCIOS NÃO AUTORIZADOS EM LEI – ACÓRDÃO TCU N°787 DE 2010

Quanto à frequência dos servidores, o IFSC adota o registro eletrônico de frequência para o servidores do segmento administrativo. Os servidores do segmento docente apresentam, a cada semestre letivo, um plano de atividades, conforme previsto em Resolução interna, considerando o regime de trabalho correspondente. O acompanhamento do desenvolvimento dessas atividades é realizado pelo setor competente no câmpus em que o docente está lotado. Outro projeto de destaque viabilizado no ano de 2012 foi a disponibilização do Plano Semestral de Atividade Docente (PSAD)

na *web*, o que permitiu a emissão de relatórios, que dentre outras informações permite visualizar a distribuição da força de trabalho docente no IFSC.

6.3 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.3.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não houve ocorrência no período.

6.3.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não houve ocorrência no período.

6.3.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve ocorrência no período.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC													
UG/Gestão: 158516							CNPJ: 11.402.887/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	011/2009	00.482.840/0001-38	09/02/09	22/03/12	12	12					E
2009	L	O	012/2009	00.482.840/0001-38	09/02/09	09/02/13	11	11					P
2009	L	O	013/2009	00.482.840/0001-38	09/02/09	07/02/13	9	9					P
2010	V	O	046/2010	71.681.670/0001-05	17/06/10	16/06/13	6	6					P
2010	V	O	049/2010	95.832.986/0001-72	21/06/10	20/08/12	7	7					E
2010	V	O	050/2010	95.832.986/0001-72	28/06/10	27/08/12	6	6					E
2010	V	O	051/2010	71.681.670/0001-05	21/07/10	20/07/13	4	4					P
2010	V	O	059/2010	71.681.670/0001-05	20/07/10	19/07/13	6	6					P
2010	V	O	060/2010	07.168.167/0001-05	20/07/10	19/07/13	7	7					P
2010	L	O	069/2010	10.565.981/0001-60	08/09/10	08/09/12	4	4					E
2010	L	O	070/2010	10.565.981/0001-60	08/09/10	07/09/12	14	14					E
2010	L	O	071/2010	10.565.981/0001-60	08/09/10	08/09/12	1	1					E
2010	L	O	072/2010	10.565.981/0001-60	17/09/10	17/09/12	9	9					E
2010	L	O	073/2010	10.565.981/0001-60	13/09/10	13/09/13	16	16					P
2010	L	O	078/2010	10.565.981/0001-60	13/09/10	13/09/12	33	33					E
2010	L	O	079/2010	10.565.981/0001-60	23/09/10	22/09/12	11	11					E
2010	V	O	081/2010	07.168.167/0001-05	23/09/10	22/09/13	7	7					P
2010	L	O	088/2010	10.565.981/0001-60	06/10/10	05/10/12	2	2					E
2010	L	O	092/2010	10.565.981/0001-60	01/11/10	02/11/12	2	2					E
2010	V	O	103/2010	05.822.551/0001-54	16/11/10	14/11/13	6	6					P
2010	L	O	107/2010	08.629.207/0001-31	17/11/10	14/04/12	11	11					E
2010	L	O	111/2010	10.565.981/0001-60	30/11/10	28/11/12	2	2					E
2010	L	O	118/2010	10.565.981/0001-60	20/12/10	18/12/12	10	10					E
2010	V	O	121/2010	05.497.780/0001-40	03/01/11	03/01/14	6	6					P
2010	V	O	122/2010	05.497.780/0001-40	03/01/11	01/01/14	7	7					P
2010	V	O	123/2010	05.497.780/0001-40	03/01/11	02/01/12	4	4					E
2010	V	O	124/2010	95.832.986/0001-72	03/01/11	01/01/13	6	6					E

2010	L	O	125/2010	10.565.981/0001-60	06/01/11	04/03/13	10	10											P	
2011	L	O	009/2011	10.581.285/0001-55	11/03/11	10/03/13	13	13												P
2011	L	O	048/2011	09.284.904/0001-60	17/06/11	14/09/12	5	5												E
2011	V	O	049/2011	05.497.780/0001-40	29/06/11	29/06/13	2	2												P
2011	V	O	051/2011	05.497.780/0001-40	01/07/11	01/07/13	5	5												P
2011	L	O	057/2011	10.581.285/0001-55	15/08/11	15/08/13	8	8												P
2011	L	O	104/2011	89.953.331/0001-73	23/09/11	23/09/12	1	1												A
2011	L	O	105/2011	83.953.331/0001-73	20/09/11	19/09/12	1	1												A
2011	V	O	107/2011	05.497.780/0001-40	13/09/11	12/09/12	6	6												A
2011	V	O	111/2011	05.497.780/0001-40	03/10/11	02/10/12	15	15												A
2011	V	O	118/2011	05.497.780/0001-40	05/10/11	04/10/12	11	11												A
2011	V	O	119/2011	82.949.652/0001-31	13/10/11	09/10/13	6	6												P
2011	V	O	120/2011	82.949.652/0001-31	13/10/11	12/10/13	3	3												P
2011	V	O	121/2011	05.497.780/0001-40	13/10/11	12/10/13	6	6												P
2011	L	O	166/2011	03.116.865/0001-06	04/01/12	03/01/13	1	1												E
2012	V	O	001/2012	54.492.860/0001-00	11/01/12	10/01/14	13	13												P
2012	L	O	015/2012	83.317.487/0001-68	20/03/12	19/03/13	10	10												A
2012	L	O	016/2012	83.317.487/0001-68	11/04/12	10/04/13	10	10												A
2012	L	O	019/2012	10.581.285/0001-55	28/03/12	27/03/13	1	1												A
2012	V	O	083/2012	83.411.025/0001-05	28/08/12	27/08/13					3	3								A
2012	V	O	084/2012	10.364.152/0001-27	21/08/12	20/08/13					4	4								A
2012	L	O	105/2012	07.592.889/0001-92	14/09/12	13/09/13	47	47												A
2012	L	O	110/2012	09.284.904/0001-60	15/09/12	14/09/13	5	5												A
2012	L	E	111/2012	07.592.889/0001-92	13/09/12	12/09/13	1	1												A
2012	L	E	112/2012	07.592.889/0001-92	14/09/12	13/09/13	16	16												A
2012	L	E	114/2012	07.592.889/0001-92	14/09/12	13/09/13	14	14												A
2012	L	E	115/2012	07.592.889/0001-92	18/09/12	17/09/13	9	9												A
2012	L	E	116/2012	07.592.889/0001-92	23/09/12	22/09/13	9	9												A
2012	L	E	117/2012	02.531.343/0001-08	03/11/12	03/03/13	-	-												E
2012	L	E	118/2012	07.006.622/0001-76	10/09/12	08/01/13	4	4												E
2012	L	E	119/2012	07.006.622/0001-76	06/10/12	03/02/13	2	2												E
2012	L	O	120/2012	07.006.622/0001-76	24/09/12	23/09/13	12	12												A
2012	V	O	121/2012	05.497.780/0001-40	24/09/12	23/09/13					12	12								A
2012	L	O	122/2012	07.809.721/0001-96	01/10/12	30/09/13	1	1												A
2012	L	O	152/2012	07.592.889/0001-92	03/09/12	02/09/13	2	2												A
2012	L	O	156/2012	03.814.774/0001-44	01/12/12	01/12/13	X	X												A
2012	L	O	157/2012	07.006.622/0001-75	01/12/12	01/12/13	X	X												A
2012	L	O	160/2012	03.814.774/0001-44	14/01/13	14/01/14	X	X												A
2012	V	O	161/2012	07.168.167/0001-05	15/12/12	15/12/13	X	X												A

2012	V	O	163/2012	05.497.780/0001-40	03/12/12	03/12/13	X	X					A
2012	L	O	167/2012	13.026.997/0001-09	20/12/12	20/12/13	X	X					A
2012	L	O	169/2012	13.682.207/0001-35	13/12/12	13/12/13	X	X					A
2012	L	O	170/2012	13.682.207/0001-35	13/12/12	13/12/13	X	X					A
2012	L	O	171/2012	13.682.207/0001-35	17/12/12	17/12/13	X	X					A
2012	L	O	172/2012	13.682.207/0001-35	24/12/12	24/12/13	X	X					A
2012	L	O	173/2012	13.682.207/0001-35	24/12/12	24/12/13	X	X					A
2012	L	O	180/2012	13.026.997/0001-09	29/01/13	29/01/14	X	X					A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 49 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Contratos

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC													
UG/Gestão: 158516							CNPJ: 11.402.887/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	4	O	110/2007	80.980.162/0001-72	17/08/07	17/08/12	1	1					E
2009	9	O	004/2009	00.482.840/0001-38	02/02/09	02/02/13	5	5					P
2009	9	O	005/2009	00.482.840/0001-38	02/02/09	02/02/13	1	1					P
2009	9	O	006/2009	00.482.840/0001-38	02/02/09	02/02/13	1	1					P
2009	9	O	058/2009	72.616.780/0001-77	17/08/09	16/08/13	1	1					P
2009	12	O	060/2009	82.949.652/0001-31	13/08/09	12/08/13	1	1					P
2009	12	O	062/2009	02.531.343/0001-08	01/09/09	01/09/13	2	2					P
2009	12	O	063/2009	07.261.678/0001-77	03/08/09	03/09/12	2	2					E
2010	2	O	022/2010	10.565.981/0001-60	20/04/10	18/04/13			1	1			P

2010	2	O	023/2010	10.565.981/0001-60	20/04/10	18/06/12			1	1			E
2010	2	O	024/2010	10.565.981/0001-78	20/04/10	18/04/13			1	1			P
2010	2	O	030/2010	10.565.981/0001-60	06/05/10	05/05/13			1	1			P
2010	2	O	031/2010	10.565.981/0001-60	06/05/10	05/07/12			1	1			E
2010	2	O	032/2010	10.565.981/0001-60	06/05/10	05/05/13			1	1			P
2010	2	O	033/2010	10.565.981/0001-78	06/05/10	05/05/13			2	2			P
2010	2	O	034/2010	84.965.706/0002-88	06/05/10	05/05/13			1	1			P
2010	12	O	087/2010	06.278.833/0001-03	13/10/10	12/01/12			2	2			E
2010	5	O	091/2010	02.531.343/0001-08	01/11/10	30/10/13			1	1			P
2010	5	O	095/2010	02.531.343/0001-08	11/11/10	09/11/13			2	2			P
2010	5	O	096/2010	02.531.343/0001-08	11/11/10	09/11/13			2	2			P
2010	5	O	097/2010	02.531.343/0001-08	11/11/10	09/11/13			1	1			P
2010	5	O	104/2010	05.822.551/0001-54	18/11/10	16/11/13			1	1			P
2010	5	O	105/2010	05.822.551/0001-54	18/11/10	16/11/12			2	2			E
2010	5	O	106/2010	05.822.551/0001-54	18/11/10	16/11/13			1	1			P
2011	12	O	024/2011	03.814.774/0001-44	23/03/11	21/03/13	1	1					P
2011	5	O	025/2011	05.822.551/0001-54	23/03/11	21/03/13			2	2			P
2011	5	O	081/2011	08.629.207/0001-31	24/08/11	24/08/13			7	7			P
2011	4	O	088/2011	09.310.539/0001-11	30/08/11	29/08/13	2	2					P
2011	4	O	089/2011	09.310.539/0001-11	30/08/11	30/08/13	2	2					P
2011	4	O	090/2011	09.310.539/0001-11	31/08/11	31/08/13	1	1					P
2011	4	O	091/2011	79.283.065/0001-41	31/08/11	31/08/13	1	1					P
2011	5	O	092/2011	13.420.610/0001-96	31/08/11	30/09/12			1	1			E
2011	5	O	093/2011	09.310.539/0001-11	14/09/11	14/09/13			3	3			P
2011	5	O	095/2011	09.310.539/0001-11	06/09/11	06/09/13			2	2			P
2011	4	O	096/2011	09.310.539/0001-11	26/08/11	26/08/13	1	1					A
2011	12	O	101/2011	03.814.774/0001-44	13/09/11	12/09/13	6	6					P
2011	12	O	102/2011	83.953.331/0001-73	16/09/11	15/09/13	1	1					P
2011	12	O	103/2011	83.953.331/0001-73	26/09/11	15/09/13	2	2					P
2011	9	O	104/2011	89.953.331/0001-73	23/09/11	23/09/13	1	1					P
2011	9	O	105/2011	83.953.331/0001-73	20/09/11	19/09/13	1	1					P
2011	12	O	106/2011	63.235.220/0001-14	16/09/11	16/09/12	1	1					E
2011	12	O	132/2011	89.953.331/0001-73	04/11/11	03/11/13	3	3					P
2011	12	O	157/2011	70.066.220/0001-76	14/11/11	13/11/13	2	2					P
2011	5	O	158/2011	07.006.622/0001-76	16/11/11	15/11/13			8	8			P
2011	9	O	159/2011	07.006.622/0001-76	29/11/11	27/05/13	1	1					P
2011	9	O	160/2011	70.066.220/0001-76	16/11/11	15/11/13	1	1					P

2011	9	O	161/2011	07.006.622/0001-76	30/11/11	29/11/13	2	2						P
2011	4	O	162/2011	07.006.622/0001-76	30/11/11	29/11/13	2	2						P
2011	9	O	163/2011	07.006.622/0001-76	14/11/11	13/11/13	1	1						P
2012	9	O	011/2012	10.581.285/0001-55	27/02/12	26/02/13	1	1						A
2012	9	O	012/2012	10.581.285/0001-55	27/02/12	26/02/13	1	1						A
2012	2	O	051/2012	10.565.981/0001-78	19/06/12	18/06/13			2	2				A
2012	2	O	052/2012	10.565.981/0001-78	06/07/12	05/07/13			1	1				A
2012	12	O	053/2012	83.953.331/0001-73	29/06/12	28/06/13	1	1						A
2012	2	O	054/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	2	O	055/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	2	O	056/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	2	O	057/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	2	O	058/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	2	O	059/2012	10.565.981/0001-78	02/07/12	01/07/13			1	1				A
2012	4	O	097/2012	13.420.610/0001-96	18/08/12	17/08/13	1	1						A
2012	1	O	098/2012	02.531.343/0001-08	17/09/12	16/09/13			1	1				A
2012	12	O	100/2012	05.600.954/0001-59	04/09/12	03/09/13	4	4						A
2012	1	O	101/2012	02.531.343/0001-08	17/09/12	16/09/13			1	1				A
2012	5	O	102/2012	79.283.065/0001-41	13/10/12	12/10/13	2	2						A
2012	9	O	103/2012	07.006.622/0001-76	17/09/12	16/09/13	1	1						A
2012	4	O	104/2012	02.531.343/0001-08	17/09/12	16/09/13	1	1						A
2012	9	O	106/2012	07.006.622/0001-76	17/09/12	16/09/13	1	1						A
2012	12	O	109/2012	79.283.065/0001-41	24/09/12	23/09/13	1	1						A
2012	12	O	113/2012	05.600.954/0001-59	17/09/12	16/09/13	1	1						A
2012	1	O	123/2012	02.531.343/0001-08	08/10/12	07/10/13			2	2				A
2012	5	O	124/2012	02.531.343/0001-08	19/11/12	18/11/13	2	2						A
2012	9	O	125/2012	05.600.954/0001-59	08/10/12	07/10/13	1	1						A
2012	4	O	127/2012	83.953.331/0001-73	08/10/12	07/10/13	1	1						A
2012	2	O	153/2012	03.814.774/0001-44	01/11/12	01/11/13			1	1				A
2012	5	O	154/2012	79.283.065/0001/41	01/11/12	01/11/13	1	1						A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Quadro 50 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Contratos

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	57	65	61	74	R\$ 348.851,98
1.1 Área Fim	38	44	37	52	R\$ 216.483,42
1.2 Área Meio	19	21	24	22	R\$ 132.368,56
2. Nível Médio	83	124	76	122	R\$ 297.160,29
2.1 Área Fim	31	59	45	59	R\$ 150.341,49
2.2 Área Meio	52	65	31	63	R\$ 146.818,80
3. Total (1+2)	140	189	137	196	R\$ 646.012,27

Quadro 51 – Composição do quadro de Estagiários

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças e câmpus

7 GESTÃO DO PATRIMONIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

7.1.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Atualmente o IFSC está em fase de revisão de seus processos e normas relacionadas à gestão da frota de veículos. A legislação utilizada como base para gestão da frota é:

- Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Resolução nº 347, de 29 de abril de 2010, CONTRAN; e
- Portaria nº 513, de 23 de julho de 2003, de 25/07/2003, Procuradoria-Geral da República

Cabe salientar que o Câmpus Joinville utiliza a Resolução nº 08/2011 do Colegiado do Câmpus como norma para a utilização dos veículos oficiais.

O IFSC está analisando outras normatizações de gestão de frotas com o objetivo de aperfeiçoar as práticas em vigor.

7.1.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Considerando a estrutura multicâmpus do IFSC, os veículos leves são indispensáveis porque permitem o deslocamento dos servidores entre os câmpus, dos câmpus para a reitoria e vice-versa. Por ser uma Instituição de ensino, os ônibus/micro-ônibus/vans são importantes para viabilizar as atividades pedagógicas como visitas técnicas dos alunos e professores às empresas e viagens de pesquisa dentro do território nacional. Os Câmpus Lages e São Miguel do Oeste possuem tratores que são utilizados nas aulas dos cursos técnicos.

7.1.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Tipo	Quantidade
Veículos leves	50
Ônibus/micro-ônibus/vans	17
Trator	02
TOTAL	69

Quadro 52 – Quantitativo de veículos de responsabilidade da UJ

Fonte: Diretoria de Administração/Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

7.1.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos conforme a classificação utilizada pelo IFSC é apresentada no Quadro 53.

Tipo	Km média anual
Veículos leves	576.547
Ônibus/micro-ônibus/vans	53.129

Quadro 53 – Quilometragem média anual

Fonte: Diretoria de Administração/Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

7.1.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos:

O Quadro 54 apresenta a idade média da frota de veículos do IFSC.

Tipo	Idade média anual (anos)
Veículos leves	6
Ônibus/micro-ônibus	9

Quadro 54 – Idade média anual

Fonte: Diretoria de Administração/Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

7.1.1.6 Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

O quadro 55 apresenta os custos associados à manutenção da frota de veículos do IFSC.

Despesas	Combustível (R\$)	Litros (l)	Manutenção (R\$)	Seguros (R\$)
Veículos leves	142.033,11	54.055,68	83.184,59	27.000,00
Ônibus/micro-ônibus/vans	26.822,11	9.156,67	69.726,40	39.000,00

Quadro 55 – Custos de manutenção da frota

Fonte: Diretoria de Administração/Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

7.1.1.7 Plano de substituição da frota

O levantamento de dados para proposição de um projeto de substituição da frota ou terceirização está em andamento com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2013.

7.1.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O IFSC está realizando levantamento de dados para propor um projeto relacionado a frota de veículos. Após este levantamento será analisada a opção mais vantajosa para a Instituição, aquisição ou terceirização.

7.1.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O IFSC conta com contrato de manutenção veicular com o fornecedor *TICKETCAR*, que disponibiliza um sistema via *web*, por meio do qual podem ser extraídos relatórios, para controle de gastos com a frota.

Para os abastecimentos em postos de combustíveis, lavagens e serviços afins, o IFSC possui contrato junto ao fornecedor *SEFFNET LTDA*, este também disponibiliza sistema *web* para controle dos gastos.

O controle da utilização de veículos pelas Unidades Organizacionais é realizado de forma manual. Cabe salientar que os Câmpus de Jaraguá do Sul e Gaspar desenvolveram um sistema online de agendamento.

Cada veículo possui juntamente com a documentação uma caderneta de controle de utilização, onde são anotadas as seguintes informações: dia; quilometragem de saída e chegada; horário de saída e chegada; nome do motorista; e assuntos tratados. Tal documento é arquivado nos câmpus para consultas posteriores e identificação/responsabilização do condutor em casos de notificações de trânsito. A maioria dos câmpus fazem uso do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial – oriundo da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na reitoria o controle é realizado de forma manual. Realiza-se o recebimento das notas fiscais/faturas dos contratos terceirizados e conferência. Verifica-se a regularização dos documentos de toda a frota (licenciamentos e seguro DPVAT), providencia-se a atualização de dados junto ao órgão de trânsito estadual e gerencia-se as apólices de seguro.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1: Santa Catarina	26	26
	Araranguá	1	1
	Biguaçu	1	1
	Caçador	2	2
	Canoinhas	1	1

	Chapecó	1	1
	Criciúma	1	0
	Florianópolis	2	2
	Garopaba	1	2
	Gaspar	1	1
	Itajaí	2	2
	Jaraguá do Sul	2	2
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Navegantes	1	1
	Palhoça	1	1
	São Carlos	1	1
	São José	1	1
	São Miguel do Oeste	2	2
	Xanxerê	2	2
	Urupema	1	1
	Subtotal Brasil	26	26
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	26	26

Quadro 56 – Distribuição dos bens imóveis de uso especial de Propriedade da União
Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Coordenadoria de Regularidade Imobiliária /Departamento de Obras e Engenharia/SPIUnet em 30/11/2012

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1: Santa Catarina	4	3
	Florianópolis	1	1
	Itajaí	1	1
	Chapecó	1	1
	Garopaba	1	0
Subtotal Brasil		4	3
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	3

Quadro 57 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Departamento de Obras e Engenharia/SPIUnet em 30/11/2012

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158516	8027.00081.500-0	12	2	Cessão de uso	10/10/2012	4.535.071,83		1.739,00
158516	8045.00025.500-2	10	8	984.530,00	06/11/2012	1.114.586,41		
158516	8057.00017.500-2	12	2	770.352,49	06/11/2012	1.598.402,99		5.435,00
158516	8057.00019.500-3	10	8	118.286,98	06/11/2012	128.566,11		
158516	8073.00036.500-8	12	1	849.684,87	10/10/2012	8.821.677,80		12.495,00
158516	8081.00044.500-2	12	2	121.500,00	06/11/2012	3.583.080,36		4.614,00
158516	8089.00032.500-2	12	1	1.332.315,60	10/10/2012	9.411.404,29		7.793,00
158516	8105.00222.500-0	12	3	1.179.175,31	17/10/2012	7.814.381,17		70.437,00
158516	8105.00425.500-4	12	3	24.736.476,53	17/10/2012	59.658.278,74		73.465,00
158516	8113.00003.500-0	10	8	1.218.262,00	13/06/2011	1.218.262,00		
158516	8117.00009.500-6	12	1	120.000,00	10/10/2012	7.934.563,86		5.654,00
158516	8161.00086.500-3	12	8		24/07/2012	9.359.971,61		
158516	8161.00110.500-2	12	8	4.828.358,46	07/11/2012	5.954.331,65		
158516	8175.00006.500-7	12	2	15.000,00	17/10/2012	7.826.310,86		2.851,00
158516	8175.00016.500-1	12	2	514.262,90	17/10/2012	5.396.201,20		13.487,00
158516	8179.00072.500-0	12	2	396.916,50	17/10/2012	8.716.889,16		153.410,00
158516	8183.00069.500-1	12	1	Comodato	26/10/2012	8.817.727,86		2.956,00
158516	8221.00008.500-5	10	8		24/07/2012	2.352.111,21		
158516	8233.00021.500-0	12	1	2.000.000,00	09/11/2012	8.110.283,09		
158516	8315.00003.500-0	10	8	74.100,00	09/11/2012	85.066,80		
158516	8327.00068.500-8	12	3		17/10/2012	11.811.551,09		2.382,00
158516	8339.00016.500-8	10	8	63.389,00	31/08/2012	73.943,26		
158516	8339.00018.500-9	12	1	122.406,96	31/08/2012	7.933.016,92		8.269,00
158516	8383.00014.500-4	12	3	1.361.287,92	09/11/2012	1.511.029,58		18.008,00
158516	8383.00016.500-5	10	8	36.708,00	09/11/2012	40.745,88		
158516	9975.00001.500-6	12	1	32.000,00	17/10/2012	784.536,63		1.039,00
							Σ	384.034,00

Quadro 58 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Coordenadoria de Regularidade Imobiliária / Departamento de Orçamento e Finanças/ SPIUnet em 30/11/2012/SIMEC em 12/11/2012.

7.2.4 Análise Crítica

Em 2012 foi implantada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária subordinada ao Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração, com a finalidade de regularizar a gestão dos bens imóveis do IFSC no que diz respeito a documentação, planos de manutenção preventiva e outros serviços/reformas necessárias para a manutenção do patrimônio público e segurança dos usuários.

A Coordenadoria trabalhou inicialmente no diagnóstico da situação de cada imóvel em relação à sua regularidade documental junto aos órgãos competentes (prefeituras, SPU, corpo de bombeiros, etc). Verificou-se a necessidade de um acompanhamento mais intenso junto a cada

imóvel, bem como a realização de algumas ações, tais como a atualização do cadastro dos imóveis no SPIUnet e a atualização dos valores dos mesmos.

Foram realizadas algumas ações específicas em alguns imóveis como a regularização do sistema preventivo de incêndio do Câmpus Criciúma e a regularização do “habite-se” do prédio da Reitoria. Diversas ações junto aos câmpus estão em andamento para regularização dos terrenos e prédios bem como a elaboração de planos de manutenção preventiva.

Cabe salientar que no quadro referente a distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, os valores informados para o exercício de 2011 foram retirados do Relatório de Gestão de 2011 - Quadro 47 – Patrimônio Gerenciado pela UJ, no subitem 18.1.3 - Patrimônio Gerenciado pela UJ. Este quadro foi criado para demonstrar todos os bens imóveis sob responsabilidade da UJ em 2011, pois nem todos estavam atualizados no SPIUnet naquele momento.

Em 2011 no município de Garopaba havia dois imóveis de uso especial de propriedade da União. Sendo que, um destes é o terreno onde será construída a sede do câmpus e um espaço físico (utilizado para atividades administrativas e pedagógicas) que estava em comodato. Em 2012 o espaço físico passou a ser locado.

Em 2012, os bens imóveis locados de terceiros correspondem ao prédio da EAD, localizado em Florianópolis, à sede do Câmpus Itajaí, ao ginásio de esportes do Câmpus Chapecó e à sede do Câmpus Garopaba.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a alta administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a alta administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.

3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEL, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.ifsc.edu.br/images/sic/2/pdti-2013.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
-	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
-	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
-	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
-	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(1)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(2)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Quadro 59 - gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Fonte – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Desde 2010 o IFSC vem adotando critérios de sustentabilidade em questões específicas de suas licitações, como a aquisição de materiais reciclados (papel e outros), bem como a exigência de certificações ambientais, como no caso da aquisição de computadores. Nos projetos de obras e serviços de engenharia constam itens como aproveitamento de água, torneiras com fechamento automático e iluminação LED. Em 2012 a instituição intensificou a adoção de critérios de sustentabilidade e será publicado em breve o primeiro pregão eletrônico para aquisição exclusiva de materiais sustentáveis.

Está em andamento também o projeto IFSC Sustentável que, dentre outras questões, exige a adoção de todos os critérios previstos na IN 01/2010, bem como o treinamento dos servidores para esses procedimentos. Em março de 2013 será realizado o I Seminário de Licitações, Contratos e Convênios do IFSC, envolvendo todos os gestores e servidores da área de compras para atualização e treinamento em licitações sustentáveis.

Ressalta-se que, tanto nos projetos quanto nas fiscalizações de execução das obras, são exigidas medidas de sustentabilidade para economia de energia e consumo de água, redução de desperdícios de materiais e controle de entulho e lixo.

A seguir são apresentadas as medidas já adotadas nas obras de contratos que iniciaram em 2012:

- a) gestão e coleta seletiva de entulho nas obras dos contratos: 020/2012 - construção da cantina do Câmpus Araranguá; 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá; e TP 05/2012 - execução de sistema de aquecimento por calefação no bloco I do Câmpus Urupema. Nessas obras a fiscalização exige a separação de lixos e entulhos para a coleta seletiva de materiais recicláveis. A gestão de resíduos sólidos das obras consiste na separação, quantificação, armazenamento e destinação correta pelos seus geradores de acordo com as definições da resolução 307/ 2002 do CONAMA;
- b) reaproveitamento de madeira de caixaria nas obras dos contratos: 020/2012 - construção da cantina do Câmpus Araranguá; 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá; e TP 05/2012 - execução de sistema de aquecimento por calefação no bloco I do Câmpus Urupema. Os projetos e a fiscalização exigem que as madeiras de formas e caixaria sejam reaproveitadas para reduzir o desperdício desses materiais. Está estabelecido nos contratos do IFSC que todas as madeiras utilizadas devem ter certificação de madeira de reflorestamento. A fiscalização exige que as madeiras utilizadas sejam recolhidas por empresas especializadas para a devido destino;
- c) economia de energia: 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá. Nos projetos das novas edificações são implantados projetos arquitetônicos que valorizam o uso de luz natural, reduzindo dessa forma o uso de energia elétrica. Estão presentes nesses projetos as aberturas em área comum e o uso de vidro em locais elevados para iluminação indireta em salas e laboratórios;
- d) uso de torneiras do tipo *pressmatic*: 081/2012 – construção do bloco VI do Câmpus Araranguá. Esse tipo de torneira possui mecanismo com vedação reforçada e temporizador e deve proporcionar uma economia considerável do uso da água nos

câmpus;

- e) uso de luminárias de emergência com lâmpadas do tipo LED: 03/2012 – reestruturação elétrica do Câmpus Florianópolis; 020/2012 – construção da cantina do Câmpus Araranguá. As vantagens do uso deste tipo de luminárias são o aumento da vida útil e o menor consumo de energia. São consideradas lixo comum, não demandando tratamento especial em sua fabricação ou descarte. Não tem em sua composição substâncias tóxicas, nem mercúrio, nem filamentos.

Na sequência são apresentadas as medidas já adotadas nos processos/contratos que iniciaram em 2012 e nas obras que iniciarão em 2013:

- a) construção de cisterna para reaproveitamento da água da chuva: esses sistemas de cisternas aproveitam a água das chuvas para abastecer os vasos sanitários e torneiras de jardinagem para uma economia considerável do uso da água nos câmpus :

CC 03/2012 - Contratação de PJ para Construção do Bloco II do Câmpus Caçador;
CC 04/2012 - Contratação de PJ para Construção dos Blocos IV e V do Câmpus Araranguá;
CC 05/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus São Carlos;
CC 06/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus Garopaba;

- b) uso de luminárias de emergência com lâmpadas do tipo LED:

TP 09/2012 - Contratação de PJ para Reforma na Direção, Substituição do Muro Frontal, Recuperação de Estrutura, Instalação de Elevador no DACC e Reforma do Ginásio II – Câmpus Florianópolis.

- c) economia de energia: nos projetos das novas edificações são implantados projetos arquitetônicos que valorizam o uso de luz natural, reduzindo assim o uso de energia elétrica. Nesses projetos há aberturas em área comum e uso de vidro em locais elevados para iluminação indireta em salas e laboratórios:

CC 03/2012 - Contratação de PJ para Construção do Bloco II do Câmpus Caçador do IFSC.
CC 04/2012 - Contratação de PJ para Construção dos Blocos IV e V do Câmpus Araranguá do IFSC.
CC 05/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus São Carlos do IFSC.
CC 06/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus Garopaba do IFSC

- d) uso de torneiras eletrônicas com sensor ou do tipo *pressmatic/pé-matic*: esses modelos possuem mecanismo com vedação reforçada e temporizador para uma economia considerável do uso da água nos câmpus:

TP 06/2012 - Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de Reforma e Adequação do Câmpus Xanxerê do IFSC.
TP 09/2012 - Contratação de PJ para Reforma na Direção, Substituição do Muro Frontal, Recuperação de Estrutura, Instalação de Elevador no DACC e Reforma do Ginásio II do IFSC – Câmpus Florianópolis.
CC 03/2012 - Contratação de PJ para Construção do Bloco II do Câmpus Caçador do

IFSC.

CC 04/2012 - Contratação de PJ para Construção dos Blocos IV e V do Câmpus Araranguá do IFSC.

CC 05/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus São Carlos do IFSC.

CC 06/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus Garopaba do IFSC

- e) uso do sistema de caixas acopladas nos vasos sanitários nos banheiros: o sistema pode economizar até 40% do uso da água com relação ao sistema de válvulas para uma economia considerável nos câmpus:

CC 05/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus São Carlos do IFSC.

CC 06/2012 - Contratação de PJ para Construção do Câmpus Garopaba do IFSC

Quanto às campanhas de conscientização da necessidade de proteção ao meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os servidores, destacam-se ações desenvolvidas por alguns câmpus.

O Câmpus Araranguá participou da limpeza do Rio Araranguá, elaborou uma cartilha sobre meio ambiente e promoveu a coleta de lixo seletivo.

O Câmpus Florianópolis Continente possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com os seguintes objetivos: reduzir a geração, separar e destinar adequadamente os resíduos sólidos; instituir um sistema de compostagem com os resíduos orgânicos; destinar os resíduos recicláveis a associações legalmente estabelecidas de triagem e comercialização desse material; reduzir o consumo de água e energia, através da educação ambiental e da implantação de procedimentos padrões e de estrutura física; adquirir insumos e matérias primas em concordância com os princípios do consumo consciente; conscientizar a comunidade interna da instituição (professores, servidores em geral, funcionários terceirizados e alunos) em prol da conservação ambiental e da sustentabilidade, assim como da adoção de medidas para esta finalidade; instituir o Espaço Verde (horto/horta didática) com intuito de oferecer à comunidade do Câmpus Florianópolis Continente um espaço de interação com a natureza; formar profissionais com comprometimento socioambiental, garantindo, no processo educativo, a presença de unidades curriculares que trabalhem a educação ambiental voltada ao setor.

9.1.1 Quadro gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levam em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>PE 58/2012 Móveis – Licenciamento FATMA, conforme Portaria MMA253/2006 e IN 112/2006 do IBAMA;</p> <p>PE75/2012 Computadores – Concentração de substâncias perigosas de acordo com a recomendada na diretiva RoHS;</p> <p>PE94/2012 Consumo Informática – solicitação de certificados;</p> <p>PE95/2012 Coleta de Resíduos – finalidades coletar resíduos sólidos para seu descarte por empresa especializada;</p> <p>PE103/2012 Permanente Informática – solicitação de certificados;</p> <p>PE106/2012 Permanente Informática – solicitação de certificados;</p> <p>PE108/2012 Equipamentos Tecnológicos – solicitação de certificados.</p>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Certificação EPEAT Gold, www.80plus.com categoria Silver ou superior; concentração de substâncias perigosas recomendadas na diretiva ROHS;</p> <p>Certificação de eficiência energética, certificações do INMETRO; ISO 9001, PTS, UL e CE, Selo PROCEL.</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 				X	
	Sim (x)			Não ()	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Aquisição de cartuchos e <i>toners</i> reutilizáveis, locação de máquinas impressoras, marcadores de quadro branco recarregáveis.			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Os câmpus desenvolveram, de forma interna e autônoma, campanhas de conscientização, por intermédio de comunicações oficiais, cartazes, palestras, entre outros.		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Os câmpus desenvolveram, de forma interna e autônoma, campanhas de conscientização, por intermédio de comunicações oficiais, cartazes e palestras, por meio de oficinas, palestras, folders, projetos de extensão, etc.			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro 60 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração/câmpus

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

9.2.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos:

O IFSC desenvolve o programa IFSC Sustentável com o objetivo de reduzir o impacto ambiental das atividades desenvolvidas pela instituição. Iniciado em 2012 e incluído como macroprojeto no Planejamento 2013/2014, realiza diversas ações relacionadas com a sustentabilidade. No exercício 2012, a Coordenação do Programa realizou um levantamento da legislação pertinente ao tema e efetuou a aquisição de canecas produzidas com fibra de coco e agendas confeccionadas em papel reciclado, distribuídas para alunos e servidores, com vistas à redução do consumo de copos descartáveis.

Em relação às campanhas desenvolvidas pelos câmpus, com os servidores, visando à diminuição do consumo de água e energia elétrica merecem ser destacadas, a título de exemplo, algumas ações:

- a) o Câmpus Florianópolis Continente realizou campanhas de conscientização junto aos alunos. Além disso, os cursos ofertados possuem em média 24h destinadas à unidade curricular de Responsabilidade Ambiental.
- b) o Câmpus Gaspar realizou a I Semana do Meio Ambiente, entre 4 e 14 de junho. O evento envolveu cerca de 435 pessoas e teve em sua programação palestras, cursos e minicursos ligados à temática da sustentabilidade. Além disso, o câmpus promoveu um projeto de extensão de formação ambiental. Este projeto proporcionou a realização de nove oficinas relacionadas a temáticas ambientais.

9.2.2 Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);

O IFSC faz parte desde 2010 do Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG) e vem realizando análises e implementando projetos com o intuito de tornar mais eficiente a alocação dos recursos. Destacam-se a licitação da telefonia fixa e móvel, a aquisição de equipamentos e serviços para implementação do VOIP e a adoção de luminárias e lâmpadas com critérios de sustentabilidade (LED, por exemplo). Desde 2012 o IFSC passou a analisar e implementar questões pontuais ligadas à A3P e pretende, em 2013, ingressar no projeto e adotar todos os critérios de sustentabilidade previstos na IN 01/2010 do IBAMA e também verificar as boas práticas de outros órgãos que já fazem parte do programa.

9.2.3 Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

Não havia registro e controle do consumo de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o IFSC, principalmente em relação aos quantitativos dos anos anteriores. A análise foi prejudicada pois a quantidade de unidades consumidoras variou muito ao longo dos últimos quatro ou cinco anos e o pagamento/controle era realizado de forma geral até 2011. A divisão em Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R) se deu somente em 2012, o que facilitará o processo de controle dos gastos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
PEG (Programa de Eficiência do Gasto)			2010	Execução do processo licitatório telefonia móvel e fixa. Aquisição de equipamentos para utilização do sistema <i>VOIP</i> .		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.536 (caixas)	1.320 (caixas)	Não foi possível fazer levantamento dos dados	113.684	97.680	Não foi possível fazer levantamento dos dados
Água	40.937,99 cm ³	33.651,62 cm ³	50.631,71 cm ³	258.633,96	212.600,88	209.615,32
Energia Elétrica	2.645.544 kWh	2.005.814 kWh	1.832.414 kWh	1.251.923,22	1.373.722,89	938.301,12
			Total	1.624.241,18	1.684.003,77	1.147.916,44

Quadro 61 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Administração

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	045.927/2012-0	-	-	Representação	964/2012/TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
Representação contra atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações – CPL do IFSC em relação à Concorrência nº 005/2012 – Construção do Câmpus São Carlos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração – Departamento de Compras da Reitoria do IFSC					107728
Síntese da providência adotada:					
Os atos da CPL foram revistos. A Instituição, com o apoio da Procuradoria Jurídica manifestou-se favorável à decisão da Comissão.					
Situação Regularizada					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade dos processos licitatórios relativos a Construção do Câmpus São Carlos do IFSC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Quadro 62 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Fonte: UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	015.036/2011-1	2315/2012	9.9	Deliberação	1166/2012-TCU/SECEX-SC de 10/09/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
<p>9.9 Determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IF Goiano, IFMT, IFMG, IF Norte de Minas, IF Sudeste de Minas, IF Sul de Minas, IFT Triângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IF Sertão Pernambucano, IFPI, IFRJ, IF Fluminense, IFRN, IF Rio Grandense, IF Farroupilha, IFRS, IF Catarinense, IFSC), IFSP, CEFET/MG, CEFET/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que:</p> <p>9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus câmpus, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao</p>					

regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;	
9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;	
9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;	
9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;	
9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC	107729
Síntese da providência adotada:	
Foi realizado, entre novembro e dezembro/2012 o recadastramento anual de servidores do IFSC visando averiguar essa situação. Não houve constatação/comprovação de evidências relacionadas com acúmulo de cargos, realização de jornadas superiores a 60 horas e descumprimento de carga horária, incluindo docentes no regime de 40h – dedicação exclusiva, por parte de servidores da Instituição.	
Situação Regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade dos processos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Quadro 62.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício
Fonte: UNAI

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	009.102/2012-4	9.220/2012	9.4	Notificação	Ofício 70595/2012-TCU/SEFIP de 21/12/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina					000455
Descrição da Deliberação:					
9.4 determinar ao Instituto Federal de Santa Catarina que:					
9.4.1 no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar nos proventos do servidor matrícula SIAPE nº 0277679 o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17% (URV) judicial, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;					
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar o pagamento dos proventos do servidor matrícula SIAPE nº 0277989, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;					

<p>9.4.3 cientifique os interessados do inteiro teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;</p> <p>9.4.4 esclareça do servidor matrícula SIAPE nº 0277989 que, relativamente ao tempo de serviço faltante, poderá:</p> <p>9.4.3.1 comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias, de forma indenizada, do tempo prestado como pescador, hipótese em que a autoridade administrativa responsável poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e submetê-lo a nova apreciação por este Tribunal, com fundamento nos artigos 262, § 2º, e 260, caput, do Regimento Interno desta Corte;</p> <p>9.4.3.2 retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, alertando-o que esta dar-se-á pelas regras vigentes no momento da concessão.</p> <p>9.5 no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes da data em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte.</p> <p>9.6 determinar à Sefip que monitore o cumprimento dos subitens 9.4.1 e 9.4.2 da presente deliberação.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas e Reitoria do IFSC	107729
Síntese da providência adotada:	
<p>O do servidor matrícula SIAPE nº 0277989 foi cientificado da decisão da Corte sobre a ilegalidade de sua aposentadoria. Houve pedido de consideração ao IFSC que negou, baseado nas conclusões do Acórdão 9.220/2012. O IFSC encaminhou ao servidor o Ofício nº 134/2013-GABINETE/IFSC de 13/02/2013 informando que as medidas apontadas no Acórdão serão implantadas imediatamente.</p>	
Situação atendida/regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade dos processos de Aposentadoria de servidores do IFSC	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Quadro 62.2 – Deliberações do TCU atendidas no exercício
Fonte: UNAI

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Todos os processos recebidos do Tribunal de Contas da União pelo Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – IFSC, relativos ao exercício de 2012, com recomendações específicas, foram atendidos pela Instituição nos prazos estabelecidos, não existindo demandas do TCU não atendidas pelo IFSC no exercício de 2012.

Destaca-se que, além das determinações elencadas no Quadro 62, acima, o Tribunal de Contas da União – TCU expediu 38 acórdãos específicos sobre atos de pessoal relativos a cadastramento de admissão/exoneração, no SISAC e exames e reexames de processos de pensões e de aposentadorias. Todos os acórdãos, a seguir listados, não geraram nenhuma recomendação ou determinação específica ao IFSC:

Documento de Referência	Descrição	Situação Atual
Acórdão nº 099/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento

Acórdão nº 115/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 308/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 860/2012	Atos Aposentadoria Voluntária à Orçante Marçal Vieira. Indeferimento do registro.	Reenviado. Situação Regularizada
Acórdão nº 1362/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 1665/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 1723/2012	Atos de Pensão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 1911/2012	Representação Edital PE 49/2011 Empresa Teczap Comércio Ltda.	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 2077/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 2085/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 2419/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 2438/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 2954/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 2976/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 3011/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 3406/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 3405/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 4024/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão 4244/2012	Atos Aposentadoria Especial à servidora matrícula 0277752. Indeferimento do registro.	Reenviado. Situação Regularizada
Acórdão nº 4362/2012	Atos de Aposentaria	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão 4454/2012	Atos Aposentadoria Especial à servidora matrícula 0277752. Indeferimento do registro.	Reenviado. Situação Regularizada
Acórdão nº 5251/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 5499/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento

Acórdão nº 5718/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão 5979/2012	Atos Aposentadoria: Indeferimento do registro do servidor matrícula 0277553.	Reenviado. Situação Regularizada
Acórdão nº 6057/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 6215/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 7131/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 7339/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 7725/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 7958/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 8050/2012	Atos de Admissão	Reenviados. Situação Regularizada
Acórdão nº 8241/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 8872/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 9095/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 9101/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão nº 9102/2012	Atos de Admissão	Resolvido. Não gerou monitoramento
Acórdão 8925/2012	Atos de Pensão Civil. Indeferimento.	Resolvido.

Quadro 63 - Acórdãos TCU que não geraram recomendações ao IFSC – 2012

Fonte: Sistema de Consultas processuais TCU. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/TCU>. Consulta em 28/01/2013.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244000	4.2.2.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
A Unidade deverá concluir o levantamento dos valores a serem ressarcidos pelos contratados nos casos de pagamentos indevidos a título de CPMF, bem como, efetuar a cobrança destes valores junto às empresas contratadas.			

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração (Departamentos de Contratos/Orçamento e Finanças do IFSC)	107728
Síntese da providência adotada:	
Foram encaminhadas às empresas as respectivas guias GRU, referentes ao ressarcimento dos valores apurados a título de CPMF pagos indevidamente pelo IFSC.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Ressarcimentos dos valores pagos indevidamente a título de CPMF, pagos pelo IFSC após extinção desta Contribuição.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<ul style="list-style-type: none"> - Análise preliminar dos contratos terceirizados visando apurar pagamentos de CPMF indevidos; - Solicitação ao Departamento de Orçamento e Finanças do cálculo dos valores devidos pelas empresas. Houve atraso na identificação desses valores devido ao acúmulo de tarefas do setor que, na ocasião, contava com apenas um contador com prática nas áreas de repactuação e contratações terceirizadas. 	

Quadro 64 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	244000	4.1.3.1	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação:			
Ausência de comprovação da utilização integral da capacitação contratada.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC			107729
Síntese da providência adotada:			
Sempre após o encerramento dos cursos são solicitados/exigidos os certificados dos participantes como condição para pagamento das respectivas notas fiscais de serviços e comprovar as ausência no controle de frequência. O processo de inexigibilidade nº 089/2009 encontra-se na Reitoria do IFSC para consultas da CGU-R/SC			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularização das pendências apontadas pela CGU			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.1 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	224772	5.3.1.2	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
A Unidade deverá, de imediato, suspender o pagamento da vantagem do Art. 192 e fazer levantamento dos valores pagos indevidamente para fins de ressarcimento ao Erário, mantendo a CGU informada do andamento dos trabalhos.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC			107729
Síntese da providência adotada:			
Foi realizado levantamento para identificar os servidores que estavam recebendo indevidamente a vantagem. Houve reposição ao erário dos valores recebidos pelos servidores matrículas 0277677 e 0278264. A servidora matrícula 0277577 impetrou ação nº 2007.72.00.001095-0/SC para não reduzir o valor da vantagem.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularizar pagamentos indevidos por interpretações equivocadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.2 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	224772	6.2.1.11(031)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Observar os pressupostos legais previstos na lei 8.666/93 no que se refere à tempestividade da emissão dos recebimentos provisório e definitivo das obras em andamento e das próximas licitações de obras.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - Departamento de Compras - Reitoria			107728
Síntese da providência adotada:			
Os contratos posteriores foram adequados e os termos de recebimento provisório e definitivo exigidos. O Departamento de Contratos e o Departamento de Engenharia foram orientados a intensificar o controle.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles sobre gestão e acompanhamento de contratos de obras			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.3 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	224772	6.2.1.12(032)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Observar os pressupostos legais previstos na lei 8.666/93 no que se refere à emissão dos pareceres jurídicos relativos aos contratos e aditivos das obras em andamento e das próximas licitações de obras.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração - Departamento de Compras - Reitoria			107728
Síntese da providência adotada:			
Todos os termos aditivos atualmente passam por análise jurídica PGF/AGU.			
Situação Atendida/Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade na condução dos processos licitatórios			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.4 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	224772	6.2.1.16 (042)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Ressarcir os valores pagos indevidamente, no total de R\$ 18.649,88, uma vez que os serviços foram valorados a maior no aditivo contratual.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria – Assessoria Técnica			36375
Síntese da providência adotada:			
O IFSC reitera seus argumentos de justificação quanto à constatação apontada no relatório e discorda das conclusões relacionadas com ao suposto excesso de pagamento que gerou uma suposta diferença de R\$18.649,88. O termo aditivo firmado entre a empresa contratada e o IFSC demonstra que houve significativa alteração na listagem dos materiais inicialmente previstos e a última listagem, que efetivamente foi utilizada, com vários materiais não cotados no primeiro e constantes da listagem final da obra. Também houve alteração dos tipos de materiais adotados na primeira listagem para a última, especialmente na utilização de cabos monopolares ao invés de multipolares, com bitolas bem distintas. Este aspecto nos leva a uma significativa diferenciação dos materiais cotados no termo aditivo. Além disso, na época em estava sendo formalizado o termo aditivo, o mercado mundial de petróleo, que serve de matéria-prima para todos os materiais utilizados em instalações elétricas, passava por um significativo aumento de preços internacionais, em face da crise mundial de 2008, que ainda hoje provoca reflexos e convulsões sociais em todo o planeta, mais especificamente na Europa. Pesquisando nos meios de comunicação identificamos o gráfico abaixo onde consta a variação dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, com variação imensa entre os meses de março a setembro de 2008, e pico no mês de junho/2008. Fonte de pesquisa – acesso em 09/04/2012, às 17h: http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=%C3%ADndice-de-pre%C3%A7os-do-petr			

%C3%B3leo-bruto&meses=60. Estes dados podem ser facilmente comprovados bastando acessar o link acima indicado, ou com uma pequena pesquisa nos sites de pesquisa da internet (google.com.br), também serão encontrados muitos outros registros da mesma situação. Isto é notório. A administração pública não pode fugir da realidade mundial em que está inserida e não pode deixar de levar em consideração as dificuldades das empresas contratadas, quando firmam instrumentos contratuais sujeitos a variações de mercado “esperadas”, porém, com riscos muito grandes de convulsões mundiais, totalmente “inesperadas”. Entendemos que seja impossível exigir das empresas que tabelas de preços sejam honradas quando o mercado internacional dos preços das matérias-primas passa por convulsões. A situação se caracteriza com caso fortuito e força maior, logo, cabível a solução adotada pelo IFSC de adequar os preços para que suas obras pudessem ser finalizadas. Afinal, o que seria mais prudente para o administrador, exigir o cumprimento dos termos contratuais com tabelas de preços antigas e desproporcionais ao mercado internacional, com inevitável abandono das obras pela Contratada, ou ter suas obras finalizadas e colocadas a disposição para a sociedade catarinense? O IFSC não pode pleitear o enriquecimento sem causa, pois injusto. O equilíbrio econômico-financeiro é norma legal que deve ser mantida entre contratante e contratada. Isto posto, reitera pela perfeita regularidade das providências adotadas pelo IFSC no termo aditivo da instalação elétrica do contrato nº 295/2007 e termo aditivo 01/2008, afastando qualquer alegação de superfaturamento no valor de R\$18.649,88.

Situação Regularizada

Síntese dos resultados obtidos

Avaliação de que não houve desatenção, por parte do IFSC em relação aos princípios da economicidade e da legalidade na condução do processo licitatório objeto do Contrato nº 295/2007.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 64.5 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	224772	6.2.1.16 (042)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Apurar as responsabilidades administrativas dos servidores que deram causa a este dano ao Erário no valor de R\$ 18.649,88.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria – Assessoria Técnica			36375
Síntese da providência adotada:			
Conforme resposta acima, não há impropriedades a serem apuradas.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Avaliação de que não houve desatenção, por parte do IFSC, em relação aos princípios da economicidade e da legalidade na condução do processo licitatório objeto do contrato nº 295/2007.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.6 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	224772	6.2.1.16 (042)	RA201203364

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		000455
Descrição da Recomendação 003:		
Utilizar como períodos de referência para comparação dos preços unitários dos próximos aditivos as datas de assinatura dos respectivos contratos, e não as datas da época de apresentação das propostas, adotando os valores encontrados como limitantes dos preços ofertados.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Gabinete da Reitoria – Assessoria Técnica		36375
Síntese da providência adotada:		
Conforme resposta inserida na Recomendação nº 001		
Situação Regularizada		
Síntese dos resultados obtidos		
Regularidade nos procedimentos realizados pelo IFSC.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há.		

Quadro 64.7 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	224772	6.1.3.2 (068)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Para todos os procedimentos licitatórios, anexar a previsão de recursos orçamentários, antes do encaminhamento para análise e parecer jurídico.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Compras - Reitoria			104939
Síntese da providência adotada:			
A recomendação foi atendida pelo IFSC. Nos processos posteriores à recomendação foi sempre adotada a emissão de pré - empenho.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade nos procedimentos licitatórios conduzidos pelo IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.8 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	224772	6.2.1.18 (070)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455

Descrição da Recomendação 001:	
Quando da aprovação da minuta do contrato, designar formalmente o fiscal do contrato, o qual deverá ser alertado de suas atribuições e responsabilidades	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Contratos - Reitoria	104939
Síntese da providência adotada:	
Nos contratos posteriores à recomendação, a nomeação de fiscal vem sendo realizada antes da publicação do edital de licitação para serviços terceirizados.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos procedimentos de nomeações de fiscais de contratos da Instituição.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.9 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	224772	6.2.1.18 (070)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Cobrar da empresa contratada o preenchimento de Diário de Obras (o que já constitui dever contratual, conforme o contrato analisado), também anotando as observações pertinentes relativas às obras e à fiscalização			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Obras e Engenharia do IFSC			107730
Síntese da providência adotada:			
A Coordenação de Engenharia, após a recomendação da CGU, vem exigindo, mensalmente, todos os relatórios acompanhados dos diários de obras.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade na condução, pós licitação, dos contratos de engenharia firmados pelo IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.10 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	224772	6.2.1.18(070)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 004:			
O responsável pela fiscalização do Contrato deve realizar as Anotações de Responsabilidade Técnica correspondentes			

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Obras e Engenharia do IFSC	107730
Síntese da providência adotada:	
Foram executados diversos processos administrativos em contratos de obras pela Assessoria da Reitora. Adicionalmente, relatamos que a Coordenação de Engenharia exige relatórios mensais acompanhados dos respectivos diários de obras.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade na condução dos contratos de engenharia firmados pelo IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.11 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	224772	6.2.1.18 (070)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 005:			
Formalizar as capacitações oferecidas aos fiscais de contratos, bem como reuniões de repasse de informações correlatas, mantendo arquivada a documentação comprobatória de tais capacitações e reuniões.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada:			
Várias capacitações foram realizadas nos câmpus em 2011 e reunião/capacitação de engenheiros em 2012. Será implementado calendário de capacitações para fiscais/engenheiros para realização em 2013.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria da fiscalização de contratos de obras do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.12 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	224772	6.1.3.4(075)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Com base na IN n.º 183/1986 da Secretaria de Administração Federal, comprovar o atendimento às condições para a realização de seguro veicular, bem como justificar a necessidade e viabilidade técnico			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Contratos	104939
Síntese da providência adotada:	
Justificou-se a necessidade de contratação de seguro veicular em razão da distância entre os câmpus e Reitoria e a necessidade de deslocamentos frequentes de servidores entre os diversos câmpus e entre câmpus/Reitoria. Os deslocamentos são necessários à realização de atividades pedagógicas e administrativas, bem como, e quando há falta de motoristas terceirizados em alguns câmpus. Os casos em que houve sinistro o pagamento do seguro foi realizado pelo servidor quando identificado. A adequação técnico jurídica foi analisada e aprovada pela Procuradoria Jurídica Federal/AGU.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Maior segurança para servidores e terceirizados na condução de veículos oficiais em atividades específicas do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.13 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	224772	6.1.3.4 (075)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Indicar a fundamentação legal em todos os seus atos administrativos, comprovando sua motivação, inclusive nos casos de contratação de seguros.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada:			
Conforme respondido na Recomendação nº 001.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior segurança para servidores e terceirizados na condução de veículos oficiais em atividades específicas do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.14 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201111945	1.1.1.2(002)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Recomendamos ao IFSC que abstenha-se de realizar licitações para obras de engenharia sem a totalidade de projetos necessários ao correto dimensionamento e orçamento do objeto, atentando também ao que estabelece o Acórdão TCU 1428/2003 Plenário: "Alterações significativas, antes de iniciada a obra, exigem a realização de novo procedimento licitatório e não assinatura de termo aditivo."			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - Departamento de Contratos	104939
Síntese da providência adotada:	
Acataremos a recomendação da CGU em relação à licitação de obras sem a totalidade dos projetos. O Departamento de Compras e o Departamento de Obras serão alertados sobre esses procedimentos.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos procedimentos de licitações do IFSC	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.15 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201111945	1.1.1.2(02)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Apurar responsabilidades dos agentes envolvidos na contratação e execução das obras relativas ao contrato nº 080/2008, que resultaram em prejuízos financeiros e atraso na conclusão das instalações do câmpus Itajaí do IFSC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Síntese da providência adotada:			
Desde o ano de 2008 até a presente data a Instituição evoluiu em seus processos, inclusive com o fortalecimento do Departamento de Engenharia e a criação do Departamento de Contratos, a fim de evitar ao máximo possíveis prejuízos. Além disso, foram adotadas neste processo todas as medidas administrativas e atualmente as medidas judiciais possíveis, tendo em vista que é clara a má-fé da empresa ora contratada e a utilização de artifícios jurídicos para evitar a conclusão da obra. Desta forma, entendemos que não há impropriedades a serem apuradas.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade nos procedimentos de licitações do IFSC			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.16 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201111945	1.1.1.3 (003)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Atentar para o princípio da razoabilidade no julgamento de processos licitatórios, não permitindo que detalhes insignificantes venham causar prejuízo relevante aos cofres públicos.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	104939
Síntese da providência adotada:	
Adotaremos maior controle dos procedimentos licitatórios, visando possibilitar avaliar as propostas não somente pela técnica e/ou preços, mas pela análise conjunta da vantajosidade para a Administração Pública, incluindo critérios de razoabilidade.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos procedimentos de licitações do IFSC	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.17 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201111945	1.1.2.1 (004)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Considerando que o objeto do referido aditivo contratual já foi executado, recomendamos ao IFSC que se abstenha de realizar licitações para obras de engenharia sem a totalidade de projetos necessários ao correto dimensionamento e orçamento do objeto, atentando também ao que estabelece o Acórdão TCU 1428/ 2003 - Plenário: "Alterações significativas, antes de iniciada a obra, exigem a realização de novo procedimento licitatório e não assinatura de termo aditivo".			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Síntese da providência adotada:			
Adotaremos maior controle dos procedimentos licitatórios e processar nova licitação para itens que impactarem na alteração do projeto inicialmente planejado/licitado			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade nos procedimentos de licitações do IFSC			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.18 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201111945	1.1.2.2 (005)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 001			
Exigir da empresa construtora os projetos efetivamente seguidos para execução das fundações e estrutura do prédio, com as devidas responsabilidades técnicas registradas no CREA.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Obras e Engenharia	107730
Síntese da providência adotada:	
Adotaremos orientações mais rígidas aos fiscais de contratos de obras e melhoria nos controles de medições de obras em acordo com as planilhas projetadas e executadas pela contratada.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos procedimentos e controles das medições de obras do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.19 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203364	4.3.1.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Proceder à implantação de mecanismos periódicos de detecção de atividades de administração e (ou) gerência privada pelos servidores da Instituição, inclusive na admissão, promovendo recadastramento de todos os servidores ativos. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP Nº 2, de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Foi realizado, entre novembro e dezembro/2012 o Recadastramento Anual de Servidores do IFSC visando averiguar essa Situação. Não houve constatação/comprovação de evidências relacionadas à gerência de empresas por parte de servidores da Instituição.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade cadastral dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 64.20 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203364	4.3.1.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Providenciar a regularização funcional da Servidora Matrícula SIAPE nº 26438-1561026 perante o IFSC, haja vista a vedação prevista no art. 117, Inc. X, da Lei nº 8.112/90.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
A servidora apresentou a documentação comprobatória.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade cadastral dos servidores do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Obs.: Documentação comprobatória encaminhada à CGU em 10/10/2012 – PPP do Relatório 201203364 – Ano 2011	

Quadro 64.21 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Passar a realizar, indistinta e independentemente de haver ou não situações de reincidência, a apuração regular e ordinária de responsabilidades por utilização de declaração em que a administração tenha sido lograda pelo conteúdo falso contido nessa respectiva declaração, sem prejuízos de tomar ações visando ao ressarcimento ao erário de quaisquer valores que tenham sido indevidamente recebidos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Serão reforçadas as ações da instituição visando à apuração regular de eventuais irregularidades, em atenção aos preceitos legais.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade cadastral dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.22 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Abster-se, os responsáveis pela promoção e pela condução de processos disciplinares, de caracterizar como de boa-fé as situações em que os servidores do quadro funcional da instituição se valem de declarações desprovidas de veracidade para ocultar ou mesmo ludibriar a administração para lograr proveito próprio			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Incluiremos a recomendação da CGU como anexo das Portarias de designação de servidores para condução de processos disciplinares. Serão reforçadas as ações da instituição visando à apuração regular de eventuais irregularidades, em atenção aos preceitos legais.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria nos controles de Sindicâncias e processos Disciplinares/PAD do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Obs.: Documentação comprobatória encaminhada à CGU em 10/10/2012 – PPP do Relatório 201203364 – Ano 2011	
Quadro 64.23 – Recomendações do órgão de controle interno	
Fonte: UNAI	

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Realizar cadastramento periódico e regular de todas as situações de vínculos adicionais de servidores do quadro funcional da unidade a fim de detectar situações irregulares ou potencialmente danosas ou arriscadas à administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Foi realizado entre novembro e dezembro/2012, o Recadastramento Anual de Servidores do IFSC visando averiguar essa Situação. Não houve constatação/comprovação de evidências relacionadas a vínculos adicionais por parte de servidores da Instituição.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria nos controles da área de cadastrado de servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.24 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (004)			
Deixar absolutamente explícito nos formulários de concessão de regime de dedicação exclusiva aos servidores que pleiteiam desse regime, que qualquer situação que venha a modificar seu conteúdo, deverá ser imediatamente informado à administração, sob as penas contidas na Lei nº 8.112/90. Se necessário, devem ser modificados os formulários atualmente utilizados prevendo esse tipo de situação.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Providenciado. Iremos adotaremos/implantaremos novos modelos para os formulários de Declarações e Termos de Responsabilidade referentes ao regime de Dedicção Exclusiva, com as modificações necessárias ao atendimento da recomendação.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Documentação comprobatória encaminhada à CGU em 10/10/2012 – PPP do Relatório 201203364 – Ano 2011	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.25 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (005)			
Com referência ao servidor de Matrícula SIAPE nº 26438-0277844, cuja apuração de responsabilidades não foi realizada, tomar providências no sentido de melhor esclarecer sua situação funcional no período entre jun/10 a mai/11 por meio de apuração de responsabilidades nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90, diante da existência de evidências de reincidência de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Providenciado. O servidor foi notificado e apresentou documentação comprobatória.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Documentação comprobatória encaminhada à CGU em 10/10/2012 – PPP do Relatório 201203364 – Ano 2011			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.26 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Proceder aos descontos proporcionais nas remunerações dos servidores que deixarem de cumprir as jornadas de trabalho às quais estão sujeitas, pagando-se somente pelas horas efetivamente trabalhadas.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Os descontos vêm sendo efetuados. Serão reforçadas as orientações aos setores competentes.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria dos controles da área de pessoal do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.27 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Proceder à verificação da capacidade de cada chefia imediata em realmente aferir o cumprimento de jornada dos servidores sob sua supervisão a fim de que esse controle não se torne uma peça inócua.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Serão reforçadas as orientações às diversas instâncias da instituição, destacando a importância e a responsabilidade de cada chefia para o efetivo controle da frequência dos servidores.			
Situação Regularizada			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria e efetividade dos controles de frequências do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.28 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (006)			
Fornecer a documentação comprobatória apresentada pelo servidor Matrícula SIAPE nº 26438-0277899, para fins de comprovação do desligamento de outros vínculos e adequação de jornada de trabalho, objeto do Processo Administrativo Disciplinar de que trata o Despacho do Reitor do IFSC, Processo Portaria nº 305, de 13/04/10.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas	107729
Síntese da providência adotada:	
Providenciado. A documentação comprobatória seguiu para a CGU/R-SC como anexo do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364, encaminhado em 10/10/2012.	
Situação Regularizada	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria dos controles da área de recursos humanos do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.29 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	201203364	4.3.1.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (005)			
Em caso de faltas justificadas ao trabalho, em que a chefia imediata opte por repor as horas não trabalhadas mediante compensação, conforme parágrafo único do art. 44 da Lei 8.112/90, adotar providências no sentido de monitorar a compensação para que esta efetivamente se cumpra, coibindo fatores subjetivos, frágeis ou insuficientes, verificáveis quando o controle de frequência se dá por folha ponto			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Reforçaremos os controles e informaremos às chefias da necessidade de melhoria do monitoramento de eventuais compensações de seus subordinados imediatos.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de frequência dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.30 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	201203364	4.3.1.6	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001 e 002)			
<ol style="list-style-type: none"> (1) Promover a imediata revogação dos normativos que implantaram a flexibilização da jornada de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Santa Catarina, tornando nula toda a expectativa de direito que possa ser requerida sobre esses normativos; (2) Efetuar a apuração de responsabilidades, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90, dos gestores que promoveram a implantação e a manutenção da flexibilização da jornada de trabalho no IFSC sem a devida 			

consulta ao órgão central do SIPEC o qual é o único regimentalmente competente para dirimir as questões referentes à elaboração, orientação e consolidação das normas e procedimentos de pessoal, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (107729) e Reitoria	105994

Síntese da providência adotada:

Reiteramos as respostas encaminhadas à CGU-R/SC através do Plano de Providências Permanente do RA/CG nº 201203364 (enviado em 10/10/2012 – Ofício IFSC nº 2052/2012-REITORIA/IFSC), abaixo transcritas:

Inicialmente, enfatizamos que não houve a implantação da jornada de seis horas para todos os servidores do IFSC, mas apenas para aqueles que se enquadravam nas condições estabelecidas na Portaria nº 962/2011, datada de 11 de julho de 2011, que foi expedida para regulamentar a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos do IFSC, estabelecendo todos os limites legais vigentes. Diferentemente da Resolução da UnB, que simplesmente autorizou a flexibilização da jornada, aparentemente, de forma genérica. Não há como comparar situações diferenciadas.

Vale lembrar que o IFSC é uma autarquia pública federal, com autonomia prevista em lei, que desenvolve suas atividades didático-pedagógicas e administrativas das 7:00 h às 23:00 h, diariamente, ininterruptamente. Oferece cursos de ensino técnico e tecnológico, nos níveis básico, superior e pós-graduação, além dos cursos de educação continuada e à distância, nos três turnos. Todos os cursos ofertados pelo IFSC possuem atendimento ao público formado por seus próprios alunos, além do público em geral, que buscam informações e prestação de serviços específicos vinculados aos mencionados cursos. Os setores técnico-administrativos do IFSC também funcionam nos três turnos, uma vez que precisam dar respaldo ao funcionamento dos cursos, objetivo primordial desta Instituição de ensino. A grande maioria dos setores técnico-administrativos do IFSC não interrompe suas atividades durante os períodos tradicionalmente destinados às refeições (ao meio dia, das 12h às 13 h e no início da noite, das 18h às 19 h), sendo frequente o revezamento dos servidores que atendem em cada setor para viabilizar a alimentação, posto que é nesse período que as pessoas podem se dirigir à instituição para tratar de seus interesses (a maioria das pessoas trabalha no horário comercial). Todas as atividades dos servidores estão perfeitamente comprovadas, posto que o IFSC está dotado de controle eletrônico de frequência implantado por meio da Resolução nº 001/2009/CA, do Colegiado Administrativo do IFSC, cópia anexa, desde maio de 2009. Estabelecidas estas premissas básicas, esclarecemos que a Portaria nº 962/2011, datada de 11 de julho de 2011, que trata da regulamentação da jornada de trabalho dos servidores do IFSC, onde está incluída a **possibilidade** de flexibilização da jornada de trabalho para os servidores que atuam em setores administrativos do IFSC com atendimento ao público por pelo menos 12 horas ininterruptas, foi submetida à apreciação e aprovação de todas as instâncias legais da instituição e de controle externo.

Portanto, a aplicação do Decreto nº 1590, de 10 de agosto de 1995, com alteração posterior implementada pelo Decreto nº 4836, de 9 de setembro de 2003, que permitem a flexibilização da jornada de trabalho para seis horas diárias ininterruptas, sem prejuízo da remuneração foi submetida aos órgãos competentes.

Entendemos que a adoção deste critério legal permite maior e melhor aproveitamento da jornada de trabalho dos servidores, no entanto, a flexibilização da jornada de trabalho foi colocada como **opção** aos servidores deste Instituto, uma vez que os mesmos têm direito à jornada de trabalho para a qual foram contratados.

Apesar de entendermos que a flexibilização da jornada de trabalho poderia oferecer muito maior qualidade no serviço público prestado aos alunos, pais, terceiros interessados e a toda sociedade, a mesma não foi imposta aos servidores, mas colocada como opção.

Com a flexibilização, poderíamos alcançar a mesma qualidade de atendimento durante todo o período em que o IFSC fica em funcionamento regular, ou seja, das 7:00 às 23:00 horas, diariamente, bastando tão somente a adequada distribuição da força de trabalho e das jornadas dos servidores **optantes e não optantes** por todo o período.

Desta forma, para buscar o atendimento aos preceitos constitucionais da legalidade e da moralidade, encaminhamos nossas intenções com respectivas justificativas ao MEC, Ministério ao qual nossa Instituição está vinculada, para apreciação da possibilidade jurídica de implementação da opção de flexibilização da jornada de trabalho dos servidores, conforme previsto no Decreto nº 1590/95, o que foi respondido pelo Sr. Gleisson Cardoso Rubin, Coordenador-geral da Coordenadoria Geral de Supervisão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

A resposta do Coordenador-geral foi favorável à flexibilização da jornada de trabalho dos servidores optantes, visando o melhor atendimento ao público, conforme se pode comprovar pela leitura do seu ofício nº 2619/2008/CGSUP/DDR/SETEC/MEC, datado de 13/08/2008.

Foram feitas as seguintes indagações:

- 1) Podemos aplicar integralmente os termos do Decreto nº 1590, de 10 de agosto de 1995, e alteração posterior implementada pelo Decreto nº 4836, de 9 de setembro de 2003, para todos os servidores

- técnico-administrativos do CEFET-SC, considerando o atendimento público ininterrupto por mais de 12 horas diárias prestado por esta Instituição?
- 2) Caso a resposta ao questionamento anterior seja positiva, podemos implementar o ponto eletrônico nos moldes previstos no art. 6º do Decreto nº 1590/1995 para todos os servidores, incluindo professores? Ou deverá ser dado tratamento diferenciado, tendo em vista as características específicas destes últimos que já têm o controle de frequência promovido pelos alunos e pelos coordenadores de cursos, e além disso, têm possibilidade de realizar suas tarefas complementares (elaboração e correção de provas e demais avaliações, e elaboração aulas e de materiais didáticos) fora da Instituição?
 - 3) Há necessidade de autorização ministerial para a implementação dos mandamentos legais acima mencionados?

Todas as respostas foram favoráveis ao pleito do IFSC no tocante à flexibilização da jornada de trabalho, nos termos propostos e aprovados pela nossa Resolução nº 01/2011.

As mesmas perguntas foram respondidas pela Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no processo administrativo nº 04500.013554/2008-52, instaurado por iniciativa da UFSC, questionando as condições de implantação de sistema de flexibilização de jornada de trabalho semelhante à do IFSC na UFSC.

Na Nota Técnica nº 804/2009/COGES/DENOP/SRH/MO, datada de 17/12/2009, endereçada à UFSC, fica esclarecido que a flexibilização de jornada de trabalho não é um direito do servidor, mas uma faculdade do dirigente máximo da instituição, que deve atender aos preceitos legais inseridos no Decreto nº 1590 e alterações posteriores. Quanto à adoção do ponto eletrônico, não há óbice, cabendo ao dirigente máximo a escolha do melhor sistema de controle de jornada, sempre de acordo com a legislação vigente. E quanto à necessidade de autorização ministerial para implantação da flexibilização, a Nota Técnica esclarece que o Decreto nº 1590/95 delega ao dirigente máximo da instituição esta prerrogativa.

Ou seja, todas as respostas, novamente, são favoráveis aos pleitos do IFSC.

Para alcançarmos a segurança jurídica desejada promovemos ampla pesquisa na Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico a qual estamos vinculados e constatamos que o CEFET de Pelotas/RS (atual IF Sul Riograndense) foi objeto de Representação junto ao TCU, conforme consta no Processo TC:010.094/2008-6.

Na referida Representação, o membro do MPF representante suscita supostas ilegalidades cometidas pelo Diretor-Geral do CEFET de Pelotas, que foram frontalmente repelidas pela conclusão daquele órgão de contas, *verbis*:

“33.1 se conheça da presente Representação, uma vez que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade e legitimidade previstos no art. 235 e no inciso I do art. 237 do Regimento Interno, para no mérito considerá-la improcedente;”

Conclui-se, assim, que o **órgão nacional de contas** já se manifestou pela **legalidade** da aplicação dos preceitos inculpidos no Decreto nº 1590/95, atribuindo amplo respaldo às decisões adotadas por esta Reitoria.

Como questionar decisão pela legalidade de todo procedimento do IFSC do órgão máximo de contas do país?

Para complementar o trâmite legal para implementação da flexibilização da jornada aos servidores optantes, visando a ampliação do atendimento ao público do IFSC, submetemos o mesmo assunto à apreciação da Procuradoria-Geral Federal, órgão responsável pela defesa dos interesses da Instituição e pela consultoria jurídica, o que ocorreu por meio do Parecer nº 400/08-PF/CEFET-SC/PGF/AGU, datado de 27/11/2008, que conclui ser a dirigente máxima da Instituição *“competente para autorizar o cumprimento da jornada de 6 (seis) horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, desde que seja observado o art. 3º da Lei nº 1590/1995”*.

Para regulamentar a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores optantes, visando à melhoria do atendimento ao público do IFSC, esta Reitoria levou ao Colegiado de Dirigentes a proposta de Resolução que foi aprovada e publicada no dia 24/02/2011 – Resolução nº 01/2011/CD. Posteriormente, a regulamentação do controle de frequência foi submetida ao mesmo Colegiado, o que resultou na publicação de Resolução específica no dia 5/3/2009 – Resolução nº 001/2009.

É importante salientar que na construção da flexibilização da jornada de trabalho foi implementado o **controle eletrônico de frequência**, para evitar desvios de finalidade.

Reiteramos que o controle eletrônico de frequência já foi instalado e está em perfeito funcionamento desde maio de 2009.

Logicamente, houve uma fase de ajustamento das jornadas de trabalho dos servidores optantes, conforme permitido pelos instrumentos legais acima mencionados, mas podemos garantir que os resultados até o momento alcançados são muito alvissareiros, considerando o interesse público e o amplo benefício que a medida permitiu junto a população atendida.

Vale salientar que o objetivo maior desta administração sempre foi a manutenção e a elevação do padrão de qualidade e de excelência que esta Instituição desfruta perante a sociedade, considerado pelo MEC o primeiro colocado dentre

os 131 centros universitários do país, por três anos consecutivos.
 Já respondemos representação apresentada ao TCU, processo nº 014.932/2009-9, relacionada com o mesmo assunto, recebendo parecer favorável, conforme consta no Acórdão nº 4469/2009-TCU-2ª Câmara, que determinou o arquivamento da demanda. Também já respondemos processo administrativo junto ao MPOG, nº 04500.013554/2008-52, já mencionado, com decisão favorável ao IFSC.

Portanto, temos manifestações favoráveis do TCU, do MPOG, do MEC e da PGF, vinculada a AGU, o que demonstra a total legalidade de todos os procedimentos adotados pelo IFSC.

Isto posto, ficou perfeitamente evidenciado que todas as medidas adotadas pela Reitoria do IFSC estão respaldadas em lei e nos pareceres administrativos e jurídicos já mencionados, não havendo qualquer violação aos preceitos legais ou morais insculpidos na legislação pátria, tanto em relação ao controle de jornada quanto à flexibilização da mesma. Entendemos, desta forma, que deve ser considerada improcedente qualquer comparação relacionada com as providências adotadas pela UnB e com a Nota Técnica utilizada como paradigma, logo, incabível a revogação do normativo interno relacionado com a flexibilização da jornada de trabalho no IFSC.

Com relação à RECOMENDAÇÃO 002, entendemos que não há impropriedades a serem apuradas.

Situação: Sob Monitoramento.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O IFSC considera que a adoção do regime de trabalho flexibilizado aos servidores TAE atende demandas institucionais, bem como, que o processo está sendo acompanhado pela Gestão, por meio de uma Comissão de Avaliação do Processo de Flexibilização.

Quadro 64.31 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	201203364	4.2.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Adotar procedimento de registro dos recebimentos das Declarações de Bens e Rendas, onde deve constar a matrícula, o nome do servidor, o cargo ou função exercida, motivo de entrega da declaração e a data da entrega, devendo tais documentos serem arquivados em arquivo específico e por data de recebimento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Síntese da providência adotada:			
Reforçaremos os controles sobre recebimento das Declarações de Bens e Rendas, bem como, das Autorizações para acesso à base de dados das declarações de renda dos servidores do IFSC junto à Secretaria a Receita Federal.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos Controles sobre Declarações e/ou Autorizados de acesso à declaração do IRPF dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.32 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	201203364	5.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Adote providências formais para o encerramento do Contrato nº 095/2009, descrevendo objetivamente os motivos que ensejaram a rescisão do contrato, de forma a evitar descrições genéricas, identificando qual o inciso aplicável, conforme alternativas previstas no Artigo nº 78 da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada:			
O contrato 95/2009 foi extinto por decurso do prazo de vigência contratual, pois não houve rescisão no momento oportuno. O contrato foi suspenso devido à inspeção dos órgãos oficiais e acabou extinto pelo decurso do prazo, não havendo necessidade de rescisão. Foram justificados/detalhados no processo todos os procedimentos.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de acompanhamento de contratos do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.33 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	201203364	5.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Abstenha-se de licitar obras cujo projeto de engenharia não atenda, na integralidade, ao pressuposto pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, quando trata do conjunto de elementos necessários e suficientes para definir com nível de precisão adequado o objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada:			
As licitações posteriores já foram adequadas em relação ao projeto básico e demais projetos necessários aos serviços/obras de engenharia.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de acompanhamento de contratos do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.34 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	201203364	3.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Abster-se de realizar dispêndios com suprimento de fundos efetivados por meio do CPGF que superem o limite estabelecido para despesas de pequeno vulto (Portaria MF nº 95/02), submetendo-se tais despesas a processo regular de contratação (licitação ou contratação direta, conforme o caso).			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Finanças			104939
Síntese da providência adotada:			
De 15/06/12 a 15/07/2012 houve a suspensão emergencial e provisória da liberação de suprimento de fundos, exceto casos emergenciais e com a devida comprovação de uso regular e prestação de contas para identificação de problemas e definições de controle junto ao DOF. Foi encaminhado o Memorando nº 097/2012 sobre os procedimentos referentes ao uso do Cartão – CPGF para o Câmpus Florianópolis, que foi identificado como o câmpus com maior incidência de problemas. Houve monitoramento contínuo de quatro supridos que tenham apresentado inconsistências visando melhoria dos controles sobre o uso de CPGF na Instituição.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de sobre compras realizadas com Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.35 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	201203364	3.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Apresentar justificativas, por ocasião da fase de prestação de contas, sempre que realizadas despesas com suprimento de fundos através do CPGF, e desde que passíveis de enquadramento na modalidade “saque”, conforme previsto na Portaria MEC nº 653.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Orçamento e Finanças			104939
Síntese da providência adotada:			
De 15/06/12 a 15/07/2012 houve a suspensão emergencial e provisória da liberação de suprimento de fundos, exceto casos emergenciais e com a devida comprovação de uso regular e prestação de contas para identificação de problemas e definições de controle junto ao DOF. Foi encaminhado o Memorando nº 097/2012 sobre os procedimentos referentes ao uso do Cartão – CPGF para o Câmpus Florianópolis – que foi identificado como o câmpus com maior incidência de problemas. Houve monitoramento contínuo de quatro supridos que tenham apresentado inconsistências visando melhoria dos controles sobre o uso de CPGF na Instituição.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos Controles de sobre compras realizadas com Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 64.36 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	201203364	1.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Constituir uma “Comissão para a Coleta Seletiva Solidária” no âmbito da UJ, a fim de que haja adequada supervisão nos processos de separação dos resíduos recicláveis descartados e de destinação dos mesmos para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, tudo conforme previsto no Decreto nº 5.940/06.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada:			
Foi criada a Assessoria Especial de Eventos , a qual no primeiro semestre de 2012 será transformada em Assessoria de Projetos Especiais, para tratar dos assuntos inerentes à sustentabilidade ambiental. Essa assessoria terá por atribuição, dentre outras, a proposição e elaboração do Projeto IFSC Sustentável com as principais diretrizes estratégicas sobre consciência ambiental e ecológica a serem divulgadas, permanentemente, por toda a Instituição. Até o momento foram realizadas as seguintes ações:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. inclusão do IFSC Sustentável como Macroprojeto no Planejamento 2013/2014; 2. busca de legislação pertinente ao tema; 3. aquisição e distribuição de 1800 canecas para todos os servidores, de todos os câmpus do IFSC; e 4. distribuição de 15000 canecas aos câmpus (a serem entregues no início do semestre letivo 2013/1 a todos os alunos do IFSC). 			
Estão previstas ainda a realização das seguintes atividades: institucionalização e lançamento do IFSC Sustentável; diagnóstico ambiental; descarte consciente; Edital de Ensino, Pesquisa e Extensão para ações sustentáveis; compras sustentáveis; capacitações voltadas a conscientização sobre sustentabilidade e lançamento do Seminário anual sobre IFSC Sustentável.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ampliar condições de acesso aos servidores e comunidade discente da Instituição em projetos voltados à sustentabilidade.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.37 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201203364	6.2.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455

Descrição da Recomendação: (001)	
Abster-se de efetuar contratações diretas nas hipóteses previstas no inciso III e seguintes do art. 24 e art. 25 da Lei nº 8.666/93, sem que o respectivo processo seja instruído, dentre outros elementos, com a justificativa do preço, conforme determina o inciso III, § único, art. 26 da Lei de Licitações.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras	104939
Síntese da providência adotada:	
Foi verificado e justificado/detalhado no processo a formação de preços e a comprovação de preços praticados pela Contratada, estando o processo regular e o valor contratado abaixo do praticado pela mesma. O Departamento de Compras foi orientado a intensificar o controle/análise em inexigibilidades de licitação.	
Situação Regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria dos controles internos da área de licitações – compras e serviços inexigíveis/Dispensáveis de licitação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 64.38 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	201203364	6.2.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Abster-se de celebrar contrato cuja minuta não tenha sido examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração (§ único, art. 38 da Lei nº 8.666/93).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada:			
Os Departamentos de Compras e de Contratos foram orientados a intensificar os controles e a submeter todos os contratos e respectivos aditivos contratuais para análise e Parecer Jurídico.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de contratos do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 64.39 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201203364	6.2.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455

Descrição da Recomendação: (005)	
Com auxílio da Auditoria Interna do Instituto, elabore parecer conclusivo sobre a análise da compatibilidade dos preços unitários e globais contratados e pagos com os praticados no mercado.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna	79854
Síntese da providência adotada:	
A Unidade de Auditoria Interna realizou procedimento específico, conforme recomendado pela CGU-R/SC, visando avaliar possíveis sobrepreços na Dispensa de Licitação que contratou o Consórcio Magno Martins para Locação de Espaços (com materiais) para realização do II Fórum Mundial de Educação Profissional. Não identificou sobrepreços e concluiu que não há na região da grande Florianópolis nenhum outro local com as características necessárias para realizar o evento do porte objeto da Dispensa de Licitação. Neste sentido, ponderou que a modalidade de licitação adotada não foi a mais adequada, pois, trata-se de uma Inexigibilidade de Licitação. Houve uma alteração no contrato verificada pós auditoria da CGU que influenciou na condução da análise do processo. O IFSC fez um apostilamento contratual visando regularizar o quantitativo exato de horas contratadas, pois o somatório constante do contrato estava menor do que o efetivamente contratado pela Instituição. Esse procedimento elucidou as inconsistências inicialmente detectadas pela CGU.	
Situação Regularizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria dos controles internos da área de contratações e licitações do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A documentação comprobatória (Parecer UNAI) seguiu para a CGU/R-SC como anexo do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364, encaminhado em 10/10/2012.	

Quadro 64.40 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201203364	6.2.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (007)			
No prazo de 30 dias úteis, encaminhe à CGU - Regional cópia do parecer conclusivo, bem como informe as medidas adotadas para saneamento de eventuais falhas durante a execução contratual			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada:			
Realizado Parecer conclusivo, pela UNAI. O Parecer UNAI nº 03/2012 seguiu para análise da CGU-R/SC em 10/10/2012, junto com o monitoramento do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de contratações e licitações do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A documentação comprobatória (Parecer UNAI) seguiu para a CGU/R-SC como anexo do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364, encaminhado em 10/10/2012.			

Quadro 64.41 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	201203364	6.3.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Implementar mecanismo de controle na validação da estimativa de preço elaborada/colhida pela área/câmpus requisitante, rejeitando aqueles orçamentos que contenham vícios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada:			
A UNAI realizou auditoria específica e não constatou sobrepreços. O Departamento de Compras foi orientado a não realizar processo licitatório quando houver inviabilidade de competição, adotando, nestes casos, inexigibilidade CFE. Art. 25 da Lei 8.666/93.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.42 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201203364	6.3.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Obtenha junto à empresa Audaces Automação e Informática Industrial Ltda. comprovação do preço por ela praticado junto a outros órgãos públicos ou entidades privadas em relação a bem com as características do item 1 do edital do Pregão Eletrônico nº 97/2011 – SRP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada:			
Anexo ao Parecer UNAI nº 002/2012 constam os preços praticados pela empresa no mercado. O Parecer UNAI nº 02/2012 seguiu para análise da CGU-R/SC em 10/10/2012, junto com o monitoramento do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.43 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	201203364	6.3.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Com auxílio da Auditoria Interna do Instituto, elabore parecer conclusivo sobre a análise da compatibilidade dos preços contratados e pagos com os praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada:			
A Unidade de Auditoria Interna realizou procedimento específico, conforme recomendado pela CGU-R/SC, visando avaliar possíveis sobrepreços na licitação sob análise. Não identificou sobrepreços, mas ratifica as constatações da auditoria CGU de que a modalidade de licitação utilizada pelo IFSC não foi adequada. Recomendou, adicionalmente, que o IFSC não contrate (via SRP) as quantidades remanescentes do objeto por considerar que hoje o mesmo poderá ser adquirido por inexigibilidade e com preços mais vantajosos à Instituição. O IFSC acatou todas as recomendações constantes do Parecer da UNAI e suspendeu possíveis aquisições desse material. O Parecer UNAI nº 02/2012 seguiu para análise da CGU-R/SC em 10/10/2012, junto com o monitoramento do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.44 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	201203364	6.3.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (004)			
No prazo de 30 dias úteis, encaminhe à CGU - Regional cópias dos documentos apresentados pela contratada para fins de comprovação de preços por ela praticados junto a outros órgãos públicos ou entidades privadas (contratos anteriores, notas fiscais, dentre outros) e do parecer conclusivo elaborado sobre a análise da compatibilidade dos preços contratados e pagos com os praticados no mercado, bem como informe as medidas adotadas para saneamento de eventuais falhas identificadas na contratação do item 1 do edital do Pregão Eletrônico nº 97/2011 – SRP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG nº 104939) e Unidade de Auditoria Interna			79854
Síntese da providência adotada:			
Realizado, conforme consta do Parecer UNAI nº 03/2012. O Parecer UNAI nº 03/2012 seguiu para análise da CGU-R/SC em 10/10/2012, junto com o monitoramento do Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.45 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	201203364	6.3.2.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Aprimorar a elaboração do orçamento estimativo de preços, de forma a não permitir em seu cômputo a utilização de valores de itens que não guardam relação precisa com o objeto/serviço que a Administração pretenda adquirir.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada:			
Foi implementado no Sistema de Compras (interno) a “validação de orçamentos” para haver conferência dos orçamentos utilizados. Além disso, o sistema alerta quanto a valores discrepantes.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.46 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	201203364	6.3.2.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Promover a republicação do edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, sempre que houver alterações capazes de afetar a formulação das propostas, conforme estabelece o § 4º, art.21 da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras			104939
Síntese da providência adotada:			
Nos processos posteriores foi adotada a republicação em alterações que refletem na formulação de propostas. O Departamento de Compras foi orientado e vem executando corretamente esta recomendação.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos da área de licitações do IFSC.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.47 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	201203364	6.1.4.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Criar o setor responsável com estrutura de pessoal suficiente para bem gerir os bens imóveis sob responsabilidade do IFSC, conforme proposto, pelo próprio Gestor, mediante o Ofício nº 0789/2012 - GABINETE/IFSC, de 02 de abril de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (SIORG: 104939) e Gabinete da Reitoria			36375
Síntese da providência adotada:			
Foi criada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária vinculada ao Departamento de Obras e Engenharia da Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Administração. O responsável pela Coordenadoria já atualizou os valores da maioria dos imóveis registrados e irá regularizar o registro/controle no SPIUnet de todos os imóveis do IFSC.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre os bens imóveis do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.48 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	201203364	6.1.4.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Proceder caso a caso, o devido lançamento, avaliação e atualização das benfeitorias, no SPIUnet, de todos os seus imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Engenharia			107730
Síntese da providência adotada:			
Foi criada a Coordenação de Regularidade Imobiliária vinculada ao Departamento de Obras e Engenharia da Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Administração. O responsável pela Coordenadoria já atualizou os valores da maioria dos imóveis registrados e irá regularizar o registro/controle no SPIUnet de todos os imóveis do IFSC.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			

Melhoria dos controles internos sobre os bens imóveis do IFSC.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.49 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	201203364	6.1.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
A DTIC deverá elaborar o próximo PDTI em conjunto com os câmpus, para que o mesmo represente as reais necessidades da instituição como um todo			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013 do IFSC foi elaborado seguindo as recomendações do Guia de Elaboração do PDTI, feito pelo SISP. Para tal, o Comitê de Tecnologia de Informação do IFSC constituiu uma equipe para elaboração do PDTI, a qual continha representantes de todas as áreas de negócio e também um representante por câmpus. O referido plano deverá ser aprovado pelo Conselho Superior da Instituição, programado para março/2013.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Planejamento eficiente de ações voltadas a tecnologia de informação e comunicação do IFSC			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.50 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	201203364	6.1.2.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Certificar-se que o servidor SIAPE nº 1638121 cumpre apenas as atividades indicadas no Memorando nº 026/2012/PRODIN, 07 de maio de 2012, que são compatíveis com o seu cargo, evitando que se incorra em desvio de função.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
O servidor foi afastado da Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC e hoje se encontra em licença não remunerada, por um ano.			
Situação Regularizada.			

Síntese dos resultados obtidos
Controle sobre demandas de TIC do IFSC e melhoria da estrutura de pessoal. Serão contratados novos analistas, conforme consta no concurso – Edital IFSC 02/2013, em andamento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.51 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	201203364	6.1.2.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Definir e gerenciar níveis de serviço que satisfaçam aos requisitos do negócio para a TI, assegurando o alinhamento dos principais serviços de TIC com a estratégia de negócio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
Inclusão de Ajustes de Níveis de Serviços – ANS, em futuros contratos de serviços e soluções de TIC.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Controle sobre contratos terceirizados de TIC e pagamento efetivo por produto entregue/contratado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.52 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	201203364	6.1.2.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Definir e gerenciar níveis de serviço que satisfaçam aos requisitos do negócio para a TI, assegurando o alinhamento dos principais serviços de TI com a estratégia de negócio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
Inclusão de Ajustes de Níveis de Serviços - ANS em futuros contratos de serviços e soluções de TI.			
Situação Regularizada.			

Síntese dos resultados obtidos
Controle sobre contratos terceirizados de TI e pagamento efetivo por produto entregue/contratado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.53 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	201203364	6.1.2.7	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Estabelecer em contrato procedimento de transferência de conhecimento para servidores da Entidade referente a produtos e serviços de TIC terceirizados. A previsão de repasse de conhecimento deve fazer parte tanto do plano de sustentação da fase de planejamento de uma contratação de TIC (início da contratação, ou seja, no edital da licitação), quanto da fase de gerenciamento do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
Em futuros contratos de serviços e soluções de TI serão incluídas cláusulas que estabeleçam a capacitação dos servidores visando a transferência de conhecimento da solução ofertada.			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Controle sobre contratos terceirizados de TI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.54 – Recomendações do órgão de controle interno
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	201203364	6.1.2.8	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Criar uma área específica para gestão de contratos de bens e serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Síntese da providência adotada:			
Essa demanda será absorvida pela Diretoria de Administração – Departamento de Contratos. A fiscalização contratual terá apoio do Departamento de TI do IFSC. Entendemos que a demanda de contratos terceirizados de serviços de TIC não justificam a criação de uma área de contratos específica.			

Situação Regularizada.
Síntese dos resultados obtidos
Controle sobre contratos terceirizados de TI.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 64.55 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	201203364	5.3.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Reforçar os controles internos visando a incluir no Sistema SIASG todos os contratos celebrados pelo IFSC, em atendimento ao §3º do Artigo 19 da Lei n.º 12.309/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Síntese da providência adotada:			
Todos os contratos são registrados no SICON, exceto aqueles que o próprio sistema não permite – tais como concessão de espaço físico. O Departamento de Contratos já foi orientado a intensificar o controle/registro no SIASG			
Situação Regularizada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos na área de Contratos do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 64.56 – Recomendações do órgão de controle interno

Fonte: UNAI

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224772 (ano 2008)	4.1.1.1(036)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 001:			
Efetuar inventário dos bens, atualizando e unificando a identificação dos bens patrimoniais, conforme determinado pelo TCU, utilizando a estrutura própria da Entidade.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio			107728
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O novo Sistema de Patrimônio foi adotado pela Reitoria e pelos câmpus mais novos (câmpus Plano Expansão II). Nos demais câmpus haverá instalação/implantação do novo sistema em breve. Os câmpus mais antigos utilizam o sistema patrimonial denominado SAP e, antes de haver a implantação do novo sistema é necessário um levantamento da situação patrimonial completa, por câmpus para que, posteriormente, a Diretoria de TIC do IFSC possa realizar a instalação do sistema e a conseqüente “migração” das informações do sistema antigo (Sistema SAP) para a nova base de dados (Sistema SPW). Segundo o Plano de Providência Permanente do RA/CGU nº 201203364, encaminhado em 10/10/2012, essa atividade será finalizada no prazo informado (30/04/2013).			
Em Andamento. Prazo Previsto: 30/04/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles da área patrimonial do IFSC			
Análise crítica dos fatores Positivos/Negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
- A implantação do novo sistema nos câmpus antigos demanda deslocamento de equipe de TIC da Reitoria para os câmpus. - O sistema foi aprovado e continua em teste de validação visando adequações às necessidades de todos os câmpus da Instituição. Estamos no aguardo do levantamento patrimonial, a cargo dos câmpus mais antigos. Essa demanda está sendo acompanhada pela Reitoria.			

Quadro 65 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	224772 (ano 2008)	4.1.1.1 (036)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 002:			
Reestruturar a área responsável pelo controle patrimonial do IFSC, dotando-a da estrutura necessária para a realização de suas atividades precípuas, bem como estabelecer controles adequados de seus bens, de modo a evitar os riscos inerentes à ausência do devido inventário patrimonial e à possibilidade de desaparecimento ou utilização indevida de seus bens.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio			107728
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O novo sistema de Patrimônio foi adotado pela Reitoria e pelos câmpus mais novos. Nos demais câmpus haverá instalação/implantação do novo sistema em breve. O IFSC está com concurso aberto para contratação de servidores de			

apoio administrativo. Parte dessa demanda será absorvida pelos novos servidores. Segundo o Plano de Providência Permanente do RA/CGU nº 201203364, encaminhado em 10/10/2012, essa atividade será finalizada no prazo informado (30/04/2013).

Em Andamento. Prazo Previsto: 30/04/2013

Síntese dos resultados obtidos

Melhoria dos controles da área patrimonial do IFSC em relação a estrutura física e de pessoal.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- O concurso foi previsto para abertura em 2012, porém devido à greve teve que ser adiado. O edital já está publicado e as provas serão aplicadas em março/2013. A previsão de contratação dos novos servidores é no segundo semestre de 2013.

Quadro 65.1 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	224772 (ano 2008)	4.1.1.1 (036)	RA201203364
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação 003:			
Apurar responsabilidade pela pendência na adoção de procedimentos para regularização do sistema de controle patrimonial.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração – Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio			107728
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Direção do Câmpus Florianópolis, objeto da demanda de auditoria 2008, foi notificada a regularizar a situação, no prazo máximo de 06 meses sob pena de apuração de responsabilidades. O prazo vence em 30/04/2013			
Em Andamento. Prazo Previsto: 30/04/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles da área patrimonial do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No aguardo das providências a cargo do Câmpus Florianópolis.			

Quadro 65.2 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201111945 (obras)	1.1.2.3(006)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: 002			
Recomendamos que os gestores incluam o valor apontado (R\$ 75.856,70) na negociação atualmente em curso decorrente de laudo pericial que aponta pendências de pagamento para a empresa			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Obras e Engenharia			107730

Justificativa para o seu não cumprimento:
Será alterado o valor apresentado, inclusive no processo judicial, tendo em vista que a ultima medição constatou o valor de R\$ 1.128.560,97.
Situação: em Andamento
Síntese dos resultados obtidos
Regularidade nos procedimentos e controles das medições dos contratos de obras do IFSC.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 65.3 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203364	4.3.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Realizar os procedimentos previstos pela Lei nº 8.112/90, com vistas a apurar acumulação indevida de cargos por parte do servidor Mat. SIAPE nº 26438-0277792 e providenciar as medidas decorrentes, inclusive reposição ao erário de valores recebidos indevidamente. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP Nº 2 de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (SIORG: 107729) e Reitoria			105994
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos em processo de notificação do servidor. Posteriormente adotaremos as medidas cabíveis.			
Em Andamento. Prazo Previsto: 31/03/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro 65.4 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201203364	4.3.1.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Realizar os procedimentos previstos pela Lei nº 8.112/90, com vistas a apurar acumulação indevida de cargos por parte do servidor Mat. SIAPE nº 26438-0277792 e providenciar as medidas decorrentes, inclusive reposição ao erário de valores recebidos indevidamente. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP Nº 2 de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (SIORG: 107729) e Reitoria			105994

Justificativa para o seu não cumprimento:
Estamos em processo de notificação do servidor. Posteriormente adotaremos as medidas cabíveis.
Prazo Previsto: 31/03/2013
Síntese dos resultados obtidos
Regularidade dos controles da área de pessoal do IFSC.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Greve na Instituição, ocorrida em junho/2012, fez acumular as atividades na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC.
Quadro 65.5 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201203364	4.3.1.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (006)			
Providenciar o cálculo da parcela DE paga referente aos períodos em que os servidores abaixo relacionados mantiveram outro vínculo empregatício e o correspondente ressarcimento ao erário, bem como, comprovar que todos os ressarcimentos ao erário foram realizados, passando a regularmente registrar na rubrica “diversos responsáveis” o comprometimento financeiro dos gestores da unidade para com a completa quitação do débito do servidor com a administração			
	Mat. SIAPE	PERÍODO ACUMULADO COM "DE"	
	26438-0277506	22/10/00 a 03/09/07	
	26438-0277505	01/02/01 a 04/2004 01/02/05 a 18/05/07 03/09/07 a 13/11/07	
	26438-1091028	01/03/05 a 13/11/07	
	26438-0277844	03/01/05 a nov/2007 jun/2010 a mai/201	
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Estamos em processo de notificação do servidor. Posteriormente adotaremos as medidas cabíveis.			
Prazo Previsto: 31/03/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Regularidade dos controles da Área Pessoal do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A greve na Instituição, ocorrida em junho/2012, fez acumular atividades na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC.			
Quadro 65.6 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento			
Fonte: UNAI			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Proceder ao levantamento estatístico de afastamentos que tenham por iniciativa tratamento da própria saúde, ou de aposentadorias por invalidez precoce decorrentes de sobrecarga de trabalho em vínculos acumulados. Faculta-se a utilização da unidade SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - para obtenção desse levantamento.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Atividade ainda não iniciada. Buscaremos parcerias com o SIASS para propor o levantamento estatístico sobre invalidez. A greve na Instituição, ocorrida em junho/2012, fez acumular atividades na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC			
Em Andamento. Prazo Previsto: 31/03/2013			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A greve na Instituição acarretou o acúmulo de atividades na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC.			

Quadro 65.7 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (004)			
Caso não tenha sido ainda executado, proceder à implementação de um sistema de controle de frequência efetivamente eficaz em que a leitura dos dados de entrada e de saída da instituição sejam efetuadas por mecanismos confiáveis, como o proporcionado pelos dados biométricos do servidor, para todos os servidores que tenham jornada de trabalho acumulada, com horas semanais que ultrapassem o limite de 60 horas semanais.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Serão realizadas reuniões nos campi para conscientizar gestores e servidores da necessidade de melhorar a efetividades dos controles de frequências e assegurar que toda a Instituição adote os controles de frequência propostos. Segundo o Plano de Providência permanente do RA/CGU nº 201203364 encaminhado em 10/10/2012 essa atividade será finalizada no prazo informado (30/05/2013).			
Em Andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de frequências dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.8 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203364	4.3.1.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (005)			
<p>Proceder à informatização dos dados de vínculos acumulados pelos servidores, de modo a permitir confiabilidade e agilidade na detecção de situações de acumulação em desacordo com a legislação vigente e a consequente regularização, bem como de modo a detectar jornadas de trabalho alongadas, com incompatibilidade ou mesmo risco potencial de cumprimento concomitante, assíduo e pontual à jornada de trabalho na Instituição, situação em que os servidores devem ser submetidos a um controle mais rígido de ponto, abstendo-se de homologar atrasos, saídas antecipadas e outros afastamentos incompatíveis com o exercício do cargo. Atentar para o conteúdo da Portaria Normativa MP N° 2, de 12/03/2012, que trata do controle de dados sobre acumulação de cargos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Serão realizadas reuniões nos campi para conscientizar gestores e servidores da necessidade de melhorar a efetividades dos controles de frequências e assegurar que toda a Instituição adote os controles de frequência propostos. Segundo o Plano de Providência permanente do RA/CGU n° 201203364 encaminhado em 10/10/2012 essa atividade será finalizada no prazo informado.</p>			
Em Andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de frequências dos servidores do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.9 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203364	4.3.1.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
<p>Abster-se de conceder a servidor compensação quando de faltas injustificadas ao trabalho, posto que o art. 44 - I da Lei 8.112/90 restringe esse benefício somente no caso de faltas ao serviço por motivo justificado.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A Instituição realizou abertura do PAD do servidor envolvido. O processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para análise. A PGF solicitou a reabertura do PAD. O PAD foi reaberto e estamos aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão.</p>			
Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Averiguar infringência ao Regime Disciplinar dos servidores da esfera pública federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não há.

Quadro 65.10 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203364	4.3.1.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Abster-se de considerar como justificáveis as faltas ocorridas para atendimento do interesse particular do servidor, que não sejam estritamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior, em detrimento do interesse público da administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Instituição realizou abertura do PAD do servidor envolvido. O processo foi encaminhado à procuradoria Jurídica para análise. A PGF solicitou a reabertura do PAD. O processo foi reaberto e estamos aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão.			
Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Averiguar infringência ao Regime Disciplinar dos servidores da esfera pública federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.11 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203364	4.3.1.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Apuração de responsabilidades administrativas, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/90, diante de descumprimento dos artigos 116 e 117 da Lei nº 8.112/90, pelo servidor de Mat. SIAPE nº 0277772 e sua chefia imediata.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Instituição realizou abertura do PAD do servidor envolvido. O processo foi encaminhado à procuradoria Jurídica para análise. A PGF solicitou a reabertura do PAD. O processo foi reaberto e estamos aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão.			
Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Averiguar infringência ao Regime Disciplinar dos servidores da esfera pública federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Não há.

Quadro 65.12 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203364	4.3.1.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (004)			
Considerar a jornada de trabalho de 40 horas semanais para fins do cálculo das horas de trabalho ainda não compensadas e providenciar o correspondente desconto, conforme Lei nº 8.112/90, com responsabilidade subsidiária da chefia imediata da época no tocante aos descontos a serem efetuados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi realizado PAD do servidor envolvido. O processo foi encaminhado à procuradoria Jurídica para análise. A PGF solicitou a reabertura do PAD. O processo foi reaberto e estamos aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão.			
Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Averiguar infringência ao Regime Disciplinar dos servidores da esfera pública federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.13 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203364	4.2.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Providenciar para que, na forma da Lei 8.730/93, todos os servidores titulares de função de confiança, apresentem as declarações de IR de exercício de 2011, Ano Calendário 2010 ou, a Autorização de Acesso Eletrônico à mesma no site da SRFB/MF, as quais deverão estar acompanhadas da justificativa pela não apresentação no prazo determinado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Encaminharemos Memorando - Circular a todas as Coordenadorias de Gestão de Pessoas do IFSC visando atendimento dessa demanda. A greve na Instituição, ocorrida em junho/2012, fez acumular atividades no setor DGP do IFSC.			
Em Andamento. Prazo Previsto: 31/03/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles sobre declarações e/ou autorizações de acesso à declaração do IRPF dos servidores do IFSC.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Quadro 65.14 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203364	4.1.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Adotar procedimentos estruturantes, no sentido de que todos os atos de pessoal, sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal, sejam inseridos no sistema SISAC, no prazo estabelecido na IN/TCU nº 55/2007, ou seja, 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação do ato ou, em sendo dispensada esta, da data da assinatura do ato, da data em que o servidor entrou em exercício, no caso das admissões e da data do apostilamento, no caso das alterações.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas			107729
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Serão encaminhadas orientações aos setores envolvidos, reforçando a necessidade de efetuar os registros tempestivos dos atos de pessoal no sistema SISAC/TCU, em atenção aos prazos estabelecidos. A greve na Instituição, ocorrida em junho/2012, fez acumular atividades na Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC.			
Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 31/03/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles dos registros de servidores do IFSC no sistema SISAC/TCU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.15 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203364	5.2.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Agilizar, perante a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a regularização de todo o parque instalado do Câmpus Florianópolis do IFSC, mediante a obtenção do respectivo Habite-se.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foram realizadas várias ações visando regularizar as edificações do Câmpus Florianópolis, tais como: a) levantamento de documentações inerentes as incursões passadas na SPU e busca das certidões dos terrenos do câmpus; b) reuniões e pedido de informações foram realizadas junto ao IPUF/PMF, onde nos apresentaram a condição de fazermos um amembramento dos terrenos que compõe o imobilizado do câmpus;			

c) foi passada pela Direção Geral a responsabilidade de execução da tarefa de regularização do terreno do câmpus ao Setor de Patrimônio;

e

d) foi efetuada incursão junto ao SPU para reativar o processo administrativo 986.001707/80 que trata da regularização do terreno do Câmpus Florianópolis e, conseqüentemente, a regularização das edificações.

Atualmente, a continuidade da recomendação depende de uma cobrança, por parte da Prefeitura de Florianópolis, de alguns débitos a cargo do IFSC. O setor jurídico da Instituição contesta a legalidade dos débitos. O Processo encontra-se em trâmite judicial.

Situação: Em andamento e sob monitoramento. Prazo Indeterminado

Síntese dos resultados obtidos

Melhoria dos controles dos imóveis do IFSC.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Quadro 65.16 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203364	5.2.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente. (Concorrência nº 045/2010)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Hoje o controle/fiscalização é realizado manualmente através de planilhas pelos fiscais de contrato em cada câmpus/obra e analisados/avaliados por amostragem pelo Departamento de Contratos, pois são mais de 300 contratos vigentes, em média. Necessita-se com urgência de informatização da gestão de contratos com relatórios mensais, registro de pagamentos e pendências. Iremos estabelecer normativas internas sobre gestão/fiscalização de contratos. Com relação a adoção de sistema de gestão de contratos, a Diretoria de TIC do IFSC está inserindo no PDTI todas as áreas organizacionais que terão seus registros informatizados, incluindo o Departamento de Contratos. O PDTI tem prazo de conclusão em dezembro/2012. Somente após elaboração desse documento é que poderão ser definidos prazos para implantação dos sistemas informatizados, incluindo o sistema de gestão de contratos. Constatou do PPP do RA/CGU 201203364 que o prazo de atendimento da demanda seria até 30/04/2013. Situação sob monitoramento.			
Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/04/2013			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de contratos do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.17 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203364	5.2.1.2	SA 201203364-01/32

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	000455
Descrição da Recomendação: (001)	
Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente. (Concorrência nº 003/2009)	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Contratos	104939
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Hoje o controle/fiscalização é realizado manualmente através de planilhas pelos fiscais de contrato em cada campus/obra e analisados/avaliados por amostragem pelo Departamento de Contratos, pois são mais de 300 contratos vigentes, em média. Necessita-se com urgência de informatização da gestão de contratos com relatórios mensais, registro de pagamentos e pendências. Iremos estabelecer normativas internas sobre gestão/fiscalização de contratos. Com relação a adoção de sistema de gestão de contratos o Departamento de TI do IFSC está inserindo no PDTI todas as áreas organizacionais que terão seus registros informatizados, incluindo o Departamento de Contratos. O PDTI tem prazo de conclusão em dezembro/2012. Somente após elaboração desse documento é que poderão ser definidos prazos para implantação dos sistemas informatizados, incluindo o sistema de gestão de contratos. Constatou do PPP do RA/CGU 201203364 que o prazo de atendimento da demanda seria até 30/04/2013. Situação sob monitoramento.	
Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/04/2013	
Síntese dos resultados obtidos	
Melhoria dos controles de contratos do IFSC.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Quadro 65.18 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203364	3.1.1.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Aprimorar os mecanismos de controle na fase de análise da prestação de contas das despesas realizadas com suprimento de fundos através do CPGF.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Finanças			104939
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Verificaremos a possibilidade de utilização do sistema <i>Comprasnet</i> para melhoria dos controles sobre o uso do Cartão de pagamentos, bem como estabelecer normativa interna sobre uso CPGF.			
Situação Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles de sobre compras realizadas com Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Quadro 65.19 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203364	6.1.4.2	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros mantenham-se atualizados			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Engenharia			107730
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recentemente foi criada a coordenadoria de regularidade imobiliária que vem priorizando ações relativas à regularidade cadastral de todos os imóveis do IFSC, incluindo seus registros no sistema SPIUnet. As ações relacionadas aos principais procedimentos desta nova coordenadoria serão descritas em forma de manual de procedimentos a ser elaborado em parceria com a Diretoria de Gestão do Conhecimento. O prazo inicialmente previsto para atendimento desta demanda, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012 era 31/03/2013. Houve solicitação de novo prazo para atendimento desta demanda por parte da coordenadoria responsável, conforme abaixo. Situação: Em estudo. Prazo Previsto: 30/08/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre os bens imóveis do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.20 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203364	6.1.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
A DTIC deverá elaborar o Planejamento Estratégico de TI – PETI - em conjunto com os câmpus.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A elaboração do PETI 2014-2015 depende da elaboração do PDI 2014-2018, logo, o planejamento estratégico de TI será elaborado após o PDI. Situação: Em Andamento. Prazo Previsto: 30/08/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Planejamento eficiente de ações voltadas a tecnologia de informação e comunicação do IFSC			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.21 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203364	6.1.2.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
O Gestor deverá providenciar a elaboração de um documento de Política de Segurança da Informação (PSI) que aborde as questões relacionadas à Política de Segurança da Informação citadas na constatação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC.			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será elaborado o Programa de Segurança da Informação – PSI, conforme recomendação da CGU. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/06/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012			
Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/06/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre segurança de informação no âmbito do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.22 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento

Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203364	6.1.2.3	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Ausência de área específica (comitê gestor da segurança da informação) responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação no IFSC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será constituído um novo comitê de segurança com representação de todas as áreas de negócio/atuação organizacional. O prazo inicialmente previsto para atendimento desta demanda, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012 era 30/12/2012. Houve solicitação de novo prazo para atendimento desta demanda por parte da Diretoria responsável pela implementação.			
Situação: Em Andamento. Prazo Previsto: 30/06/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre segurança de informação no âmbito do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.23 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
 Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203364	6.1.2.4	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Rever o quantitativo de pessoal no desenvolvimento de sistemas na etapa de levantamento de demandas e documentação de sistemas, pois, assim como na etapa de acompanhamento e controle, existe apenas um servidor responsável, podendo comprometer tanto o alcance das metas, como a execução dos trabalhos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da informação e Comunicação- DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Serão contratados novos servidores para a Diretoria de TIC do IFSC. O edital de concurso público (02/2013/IFSC) já publicado, prevê duas vagas de Analista de Tecnologia da Informação para suprir essa carência, sendo uma vaga para a Reitoria. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/05/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo previsto: 30/05/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre segurança de informação no âmbito do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.24 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
 Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203364	6.1.2.5	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Efetuar a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TIC da Entidade oferecidas aos demandantes do serviço.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Preparar plano de ação, visando implantar o Ajustes de Níveis de Serviços - ANS em futuros contratos de serviços e soluções de TI. Essa demanda está contemplada no Plano Diretor de TI do IFSC sob aprovação do Conselho Superior da Instituição. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/05/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/05/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			

Controle sobre contratos terceirizados de TICs pagamento efetivo por produto entregue/contratado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 65.25 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203364	6.1.2.6	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (001)			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Iremos elaborar rotina para avaliação de compatibilidade dos recursos de TI. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/06/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo previsto: 30/06/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Controle sobre contratos terceirizados de TI e pagamento efetivo por produto entregue/contratado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.26 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203364	6.1.2.8	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (002)			
Adoção de processo de trabalho formalizado, padronizado e judicioso quanto ao custo, à oportunidade e aos benefícios advindos para a organização, na contratação de bens e serviços de TIC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Iremos elaborar um processo de trabalho em atendimento à recomendação, visando a melhoria dos controles de bens e serviços TIC da Instituição. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/06/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo Previsto: 30/06/2013.			

Síntese dos resultados obtidos
Melhoria dos controles internos sobre serviços de TIC do IFSC.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 65.27 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201203364	6.1.2.8	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Disponibilizar para todos os responsáveis, o processo de contratação padronizado, para minorar a ocorrência de dúvidas e falhas nas aquisições de TIC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (104942) – Diretoria Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC			107736
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Iremos elaborar e disponibilizar a todos os envolvidos com serviços de TIC, o processo de trabalho em atendimento à recomendação, visando a melhoria dos controles de bens e serviços TIC da Instituição. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/06/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo previsto: 30/06/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria dos controles internos sobre serviços de TIC do IFSC.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há			

Quadro 65.28 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201203364	2.1.2.1	SA 201203364-01/32
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina			000455
Descrição da Recomendação: (003)			
Nos termos da manifestação apresentada, implementar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, em atendimento ao Decreto n.º 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Ouvidoria Geral e Reitoria			105994
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Iremos elaborar e divulgar a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme recomendação da CGU e normativos vigentes. O prazo para atendimento desta recomendação é 30/05/2013, conforme descrito no Plano de Providências Permanente			

do RA/CGU nº 201203364 enviado à CGU em 10/10/2012. Situação: Em andamento. Prazo previsto: 30/05/2013.
Síntese dos resultados obtidos
Possibilitar aos usuários da Instituição acesso rápido e eficiente aos serviços ofertados pelo IFSC.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Quadro 65.29 – Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento
Fonte: UNAI

Além das recomendações destacadas acima, a Controladoria Regional da União em Santa Catarina encaminhou a Solicitação de Auditoria nº 201211596/01 (02/10/2012) referente à avaliação da atuação da Unidade de Auditoria Interna do IFSC e a Solicitação de Auditoria nº 201211228/01 (17/12/2012) referente à avaliação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2012 e seu cumprimento pela Unidade de Auditoria Interna do IFSC, sendo que, até o momento, não houve encaminhamento de Relatórios/Recomendações.

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

10.2.1 Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

A Unidade de Auditoria Interna do IFSC está dividida em duas estruturas: Auditoria Geral – lotação na reitoria (dois auditores) e Auditorias Regionais – lotação nas regiões oeste (um auditor) e norte/sul (um auditor a ser nomeado, por região). A auditoria interna é órgão de apoio a Reitoria, subordinada ao Conselho Superior.

Em 28 de novembro de 2011, a Instrução Normativa nº 10/2011/Gabinete do Reitor, aprovou o Organograma da Reitoria do IFSC, que contempla a nova estrutura de Auditoria Interna do IFSC em conformidade com o Regimento Interno da UNAI, aprovado pela Portaria nº 368 de 19/03/2012/Reitoria.

O quadro de servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna está representado a seguir:

Lotação	Servidor	Formação	Cargo	Subordinação Hierárquica	Subordinação Técnica	Função
Auditoria Geral/ Reitoria	Marcelo Aldair de Souza	Ciências Econômicas	Auditor	Conselho Superior	Conselho Superior	Auditor Chefe da UNAI
Auditoria Geral/ Reitoria	João Clovis Schmitz	Ciências Contábeis	Auditor	Conselho Superior	Chefe da Auditoria Geral	Não possui
Auditoria Regional/ Oeste	Tamara Maria Bordin	Ciências Contábeis	Auditor	Conselho Superior	Chefe da Auditoria Geral	Não possui

Quadro 66 - Quadro de Auditores do IFSC

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

Atualmente o quadro de servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna do IFSC é de três servidores. O edital de concurso público nº 02/2013/IFSC, em andamento, prevê a nomeação de mais dois servidores para atuarem como auditores nas regiões Norte (lotação em Jaraguá do Sul) e Sul (lotação em Criciúma), conforme previsto no Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAINT/2013.

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, a Instituição dispõe de estrutura física adequada, tais como, sala, armários, mesas, computadores, cadeiras e notebooks, que são considerados instrumentos básicos para a execução das atividades de auditoria interna.

10.2.2 Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS EM 2012 - IFSC				
Número do Relatório	Área/Unidade Auditada	Escopo	Cronograma (Planejamento/ Execução/ Encerramento)	Recursos Humanos
001/2012	Coordenação de Parcerias e Convênios (PROEX/ Reitoria)	Análise dos processos de contratos e convênios celebrados pelo IFSC.	24/01/2012 a 03/02/2012 (56h)	Dois auditores
002/2012	Câmpus São José	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus.	23/02/2012 a 13/04/2012 (104h)	Dois auditores presenciais e um a distância
003/2012	Câmpus Jaraguá do Sul	Análise dos processos das áreas de de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus.	14/03/2012 a 27/04/2012 (158h)	Dois auditores presenciais e um a distância
004/2012	Câmpus Florianópolis	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	19/03/2012 a 01/06/2012 (196h)	Dois auditores presenciais e um a distância

005/2012	Câmpus Palhoça - Bilíngue	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	25/04/2012 a 05/06/2012 (107h)	Dois auditores
006/2012	Câmpus Florianópolis - Continente	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	12/06/2012 a 11/07/2012 (134h)	Dois auditores presenciais e um a distância
007/2012	Câmpus Canoinhas	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	27/06/2012 a 31/07/2012 (102h)	Dois auditores presenciais e um a distância
008/2012	Câmpus Caçador	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus Realização da Palestra: Controle Interno no IFSC.	28/06/2012 a 29/06/2012 (102h)	Três auditores
009/2012	Câmpus Lages	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	31/07/2012 a 11/09/2012 (100h)	Dois auditores
010/2012	Câmpus Urupema	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	06/08/2012 a 13/09/2012 (96h)	Dois auditores
011/2012	Câmpus Geraldo Werninghaus	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	11/09/2012 a 08/10/2012 (100h)	Dois auditores
012/2012	Câmpus Chapecó	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	03/09/2012 a 09/10/2012 (151h)	Três auditores
013/2012	Câmpus São Miguel do Oeste	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	28/09/2012 a 14/11/2012 (95h)	Três auditores

014/2012	Câmpus Xanxerê	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	01/10/2012 a 16/11/2012 (95)	Três auditores
015/2012	Câmpus Itajaí	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	23/10/2012 a 20/11/2012 (116h)	Dois auditores
016/2012	Câmpus Criciúma	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	30/10/2012 a 22/11/2012 (116h)	Dois auditores
017/2012	Câmpus Gaspar	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	07/11/2012 a 23/11/2012 (116h)	Dois auditores
018/2012	Câmpus Joinville	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	29/10/2012 a 04/12/2012 (158h)	Três auditores
019/2012	Câmpus Araranguá	Análise dos processos das áreas de compras, almoxarifado, patrimônio, gestão de frota, gestão de pessoas e contratos terceirizados do câmpus	14/11/2012 a 18/12/2012 (116h)	Dois auditores
020/2012	Pró-Reitoria de Administração (Departamentos de Compras)	Processos de Compras: - dispensas e inexigibilidades; - pregões Eletrônicos – SRP; - adesões a Atas de Registro de Preços; - tomada de Preços; e - concorrência.	30/11/2012 a 21/12/2012 (164h)	Dois auditores

Quadro 67 - Auditorias Internas IFSC – Ano/2012

Fonte: Unidade de Auditoria Interna - Relatórios de Auditoria Interna – ano 2012.

As auditorias foram realizadas junto aos câmpus e Reitoria do IFSC e contemplam recomendações em todas as áreas organizacionais. As principais recomendações expedidas pela equipe de auditoria, por área, são:

- Patrimonial: localização física de bens e seu registro no sistema patrimonial SAP/SPW; acúmulo de responsabilidade por guarda de bens acometidos a poucos servidores; divergências de valores em registros contábeis; aquisição de bens permanentes para utilização não imediata, configurando “estoque” de bens permanentes; fragilidades no preenchimento dos controles de utilização de veículos;

- Almojarifado: falta de padronização, entre os diversos câmpus do IFSC, de modelos de requisições de materiais; divergências entre os registros do sistema SAM – Sistema de Administração de Materiais e os respectivos registros contábeis;
- Gestão de Pessoas: fragilidades nos controles de frequências; ausências de justificativas por faltas e/ou justificativas pouco fundamentadas; utilização de controles manuais por alguns câmpus; ausência de Relatórios de Atividades Docentes – semestral; pagamento de vale transporte intermunicipal sem o respectivo comprovante mensal a cargo do servidor; pagamento de adicionais de insalubridade sem amparo de Portarias e sem comprovação de utilização de ambiente insalubres por mais 50% da carga horária do servidor; pagamento de diárias entre municípios limítrofes;
- Licitações, Inexigibilidades e Dispensas: a ausência de certificados em processos de capacitação; utilização de pregão por Sistema Registro de Preços - SRP para itens com quantidades pequenas; utilização de SRP *versus* estocagem de materiais; cotações de preço (orçamentos) para compor valor referência de licitações muito divergentes entre si, não refletindo efetivamente o preço médio de mercado; ausência de comprovação da convocação de outros órgãos da Administração Pública em processos realizados por SRP, restringindo a licitação aos câmpus da Instituição; ausências de controle efetivos sobre aquisições via adesão a atas de registro de preços, entre outros; e
- Serviços Terceirizados: ausência de documentações obrigatórias pós licitação; pagamento de notas fiscais sem a entrega da totalidade de documentação mensal a cargo das empresas contratadas; ausência de utilização dos Acordos de Níveis de Serviços nas medições contratuais etc.

As recomendações elencadas refletem uma síntese das principais constatações da UNAI em 2012, porém, deve-se considerar a realidade de cada câmpus, bem como, ponderar que alguns câmpus, incluindo os novos (Plano Expansão II) possuem uma boa sistemática de controles internos e foram destacados pela UNAI como boas práticas de controle interno no IFSC, cabendo à equipe gestora do IFSC replicar as boas práticas, por área organizacional, em toda a Instituição.

Na sequencia é apresentado o volume total auditado pela UNAI em relação ao volume gerido pelo IFSC:

Volume Auditado pela UNAI na UG	Volume Gerido pela UG*	Porcentagem de Recursos Auditados
R\$ 128.534.573,54	R\$ 397.306.100,64	32,35%

Quadro 68 – Volume auditado pela UNAI

Fonte: Balanço Financeiro - SIAFI/2012 – acesso em 22/01/2013

10.2.3 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Em 2012, a UNAI expediu 518 recomendações gerais, registradas nos 20 Relatórios de Auditoria Interna – exercício 2012. Desse total a UNAI monitorou/monitorará 177 recomendações específicas consideradas relevantes para a melhoria dos controles internos organizacionais da Instituição/câmpus, representando 34% do total das recomendações realizadas.

Deste total, 24% foram resolvidas/regularizadas pelos auditados em 2012. As demais recomendações estão na situação de “em andamento = 49%”; “não realizadas = 9%” e “a confirmar

= 18%”. Na situação “a confirmar” a baixa dos apontamentos depende de uma visita de verificação junto ao auditado, que será realizada na próxima auditoria da UNAI, conforme demanda programada no PAINT/2013.

10.2.4 Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

Durante a elaboração dos relatórios de auditoria são feitas algumas recomendações visando adequações e melhorias dos controles internos, por área organizacional, as quais ficam registradas nos respectivos Relatórios e são monitoradas permanentemente pela equipe de auditores do IFSC.

Durante o monitoramento algumas respostas são encaminhadas pelos gestores e registradas no *follow up* – monitoramento das recomendações/por relatório. Algumas respostas são acompanhadas de documentação comprobatória e são “baixadas” do monitoramento, pela UNAI; outras recomendações, antes de serem baixadas, necessitam de uma inspeção pela equipe de auditoria junto ao câmpus/setor objeto da recomendação.

Apesar da reduzida equipe de auditores do IFSC (três servidores) a auditoria interna vem realizando um monitoramento contínuo da implantação de suas recomendações visando auxiliar a gestão na adoção de controles internos mais efetivos.

10.2.5 Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

Não há um sistema de acompanhamento e monitoramento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna e demais instâncias de controle governamental (CGU/TCU). Todas as recomendações são registradas em planilhas eletrônicas.

Desde 2010, a UNAI vem intensificando a solicitação, junto à reitoria, de um sistema de auditoria interna, sendo que, atualmente, a Instituição está validando um sistema terceirizado de gestão administrativa integrada, incluindo um módulo de Auditoria Interna. Segundo informações da DTIC/Reitoria, há entendimento de que o sistema pretendido pelo IFSC atende às demandas institucionais (área administrativa). Será agendada uma reunião, ainda em fevereiro de 2013, entre a DTIC e a Reitora para decidir sobre a adoção ou não do sistema integrado de gestão.

Enquanto não houver um sistema informatizado para utilização da UNAI os monitoramentos serão realizados mediante planilhas eletrônicas.

10.2.6 Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização das atividades de auditoria é emitido um Relatório impresso que é encaminhado à Reitora e aos gestores dos câmpus objeto da auditoria. Além do envio impresso, uma via dos Relatórios é encaminhada aos gestores, por e-mail. Os Relatórios são disponibilizados na intranet para acompanhamento contínuo dos gestores.

Com relação aos riscos, a Instituição busca, de forma geral, não incorrer nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, sendo que as recomendações mais relevantes são tratadas diretamente com os gestores/reitoria e diretores gerais de câmpus a fim de eliminar, ou melhor, minimizar os riscos evidenciados pela equipe. Contudo, as evidências de auditoria resultam em “recomendações” cabendo sua implantação efetiva a cargo dos gestores, com auxílio contínuo da Auditoria Interna.

10.2.7 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Unidade de Auditoria Interna, quando considera que alguma recomendação merece atenção específica por parte da reitoria, encaminha um memorando relatando a(s) inconsistência(s) e destacando ações corretivas que podem ser realizadas pela gestão a fim de minimizar possíveis impactos negativos pela falta de adoção das providências cabíveis.

Em regra, a alta gestão do IFSC tem se mostrado sensível às observações apresentadas pela Auditoria Interna, atuando em parceria, objetivando melhorias dos atos administrativos praticados, bem como, pela promoção de ações pontuais junto aos diretores dos câmpus para sanear algumas inconsistências consideradas de maior risco à Instituição.


11 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa, CPF nº 784.610.060-20, **Chefe do Departamento de Contratos (Assistente em Administração)**, exercido no Departamento de Contratos do IF-SC declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Contratos de Repasse – SICON, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 19 de Fevereiro de 2013.


Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa
CPF nº. 784.610.060-20
Chefe do Departamento de Contratos do IF-SC
Diretoria de Administração
Pró- Reitoria de Administração

12 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	318	0	0
	Entregaram a DBR	234	0	0
	Não cumpriram a obrigação	84	0	0

Quadro 69 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Diretoria de Gestão de Pessoas.

12.1 ANÁLISE CRÍTICA

A Declaração de Bens e Rendimentos pode ser entregue em papel (Declaração de Bens e Valores ou cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física). Pode ser também utilizado o Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física. A recepção e a guarda das DBRs estão a cargo da Diretoria de Gestão de Pessoas e das Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos campi. Os servidores que porventura não cumpram a obrigação de entrega da DBR são devidamente notificados.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema informatizado para acompanhamento da entrega das DBR, a ser inserido no sistema de cadastramento anual dos servidores.

13 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

13.1 DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O IFSC não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

A atual gestão assumiu em dezembro de 2011 e logo verificou a urgência na implementação do controle patrimonial do IFSC e da análise de depreciação dos bens para atualização dos valores contábeis e demais exigências legais. A partir disso, foram realizadas reuniões com os setores de contabilidade e patrimônio para verificar as necessidades e possibilidades para a implementação. O Diretor de Administração e o Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças viajaram a Brasília em dezembro de 2011 para reunião com o contador do IFSC, Derli Antunes Pinto, cedido à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde 2010, que atua nesta área no referido órgão.

Após esses procedimentos, foi definido junto à reitora, à Pró-Reitora de Administração e os demais gestores envolvidos, que seria formado um grupo de trabalho coordenado pelo Contador Derli Antunes Pinto, que retornaria ao IFSC em agosto de 2012. Para isso, convidamos uma professora da STN para ministrar um curso sobre depreciação patrimonial e SIAFI, realizado nos

dias 11, 12 e 13 de junho de 2012 na reitoria do IFSC. Participaram desse curso os contadores e os servidores responsáveis pelo patrimônio no IFSC. A previsão era dar início ao grupo de trabalho em agosto, porém a STN solicitou a prorrogação da cessão do servidor Derli por mais 18 meses. Sem poder contar com esse servidor, especialista no assunto, o IFSC nomeou por meio da Portaria nº333/2013 um novo grupo de trabalho para definição da metodologia a ser implementada, prazos e alterações no Sistema de Patrimônio do IFSC. A previsão de conclusão dos trabalhos desse grupo de trabalho conforme a referida Portaria é agosto de 2013.

13.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA			158516
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	FLORIANÓPOLIS	Data	20/02/2013
Contador Responsável	FELIPE AMARAL DE SOUZA	CRC nº	27757/O-8


Felipe Amaral de Souza
 CPF 004.578.679-81
 Contador-CRC/SC 027757/O-8
 IF-SC

14 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

14.1 QUANTITATIVO E TITULAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O quadro a seguir demonstra a evolução do quantitativo e titulação do corpo de servidores técnico-administrativos do IFSC, a partir de dados coletados do Sistema de Gestão de Pessoas.

Infere-se, no que diz respeito ao montante, que **17,42%** do quadro está lotado na Reitoria, um aumento de 7,6% em relação ao exercício anterior. Ainda, que o avanço pouco significativo do número total de servidores pode estar relacionado ao concurso público, cujo Edital nº 06/2010 expirou em junho de 2012 e novo edital foi publicado apenas em janeiro deste ano.

Já a evolução dos dados referentes à titulação podem ter relação com ações institucionais no sentido de incentivar a qualificação do seu quadro de servidores, bem como com o plano de carreira dos TAEs, que possibilita ganhos salariais de acordo com a titulação e cargo ocupado pelo servidor. Destaca-se o quantitativo de servidores técnico-administrativos com especialização, representando **39,83%** do total, um aumento de 58,24% em relação ao exercício 2011.

Servidores Técnico-Administrativos (TAEs)	2010	2011	2012
TAEs sem Graduação	173	244	166
TAEs com Graduação	197	210	179
TAEs com Aperfeiçoamento	19	18	12
TAEs com Especialização	165	182	288
TAEs com Mestrado	42	47	76
TAEs com Doutorado	1	2	2
Total de Servidores TAEs na Reitoria	99	117	126
Total de Servidores TAEs no IFSC	597	703	723

Quadro 70 – Titulação dos servidores técnico-administrativos do IFSC

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Sistema de Gestão de Pessoas (dezembro de 2012)

14.2 INDICADORES DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, INOVAÇÃO E EXTENSÃO

Nas alíneas dispostas a seguir, apresentam-se, em números, as principais ações realizadas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão e Relações Externas, no exercício 2012.

a) Oferta de Bolsas de Pesquisa: conforme demonstrado no Quadro 71 e na Figura 9, a PROPPI proporcionou a oferta de um total de 359 bolsas de pesquisa a alunos e servidores da instituição, em um aumento percentual de **3,75%** em relação ao exercício anterior. Em 2012, a Pró-Reitoria inovou ao lançar editais específicos para grupos de pesquisa e, ainda, vinculou-se ao programa de governo nacional do Ciência sem Fronteiras, encerrando a oferta interna do programa PROPICIE, cujo objetivo era fomentar o intercâmbio dos alunos no exterior.

Tipo de Bolsa	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
PIPCIT (Servidores)	10	10	20	77	50
PIPCIT (Alunos)	0	0	10	87	50
PIBITI (CNPq)	10	13	48	50	61
PIBIC (CNPq)	-	5	5	5	5
PIBIC Ações Afirmativas	0	2	5	5	5
PIBIC Ensino Médio	0	0	100	100	110
Prêmio Mérito Universitário Catarinense (PMUC)	4	4	6	6	-
Carijós	0	2	2	2	2
Propicie	0	6	20	14	-
Ciência sem Fronteiras*	-	-	-	-	28
Grupos de Pesquisa (Taxa de bancada/Projetos)**	-	-	-	-	12
Grupos de Pesquisa (Alunos)**	-	-	-	-	36
Total	24	42	216	346	359

Quadro 71– Bolsas de Pesquisa Implementadas

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

* Programa lançado pelo Governo Federal em 2012

** Iniciativa institucional iniciada em 2012

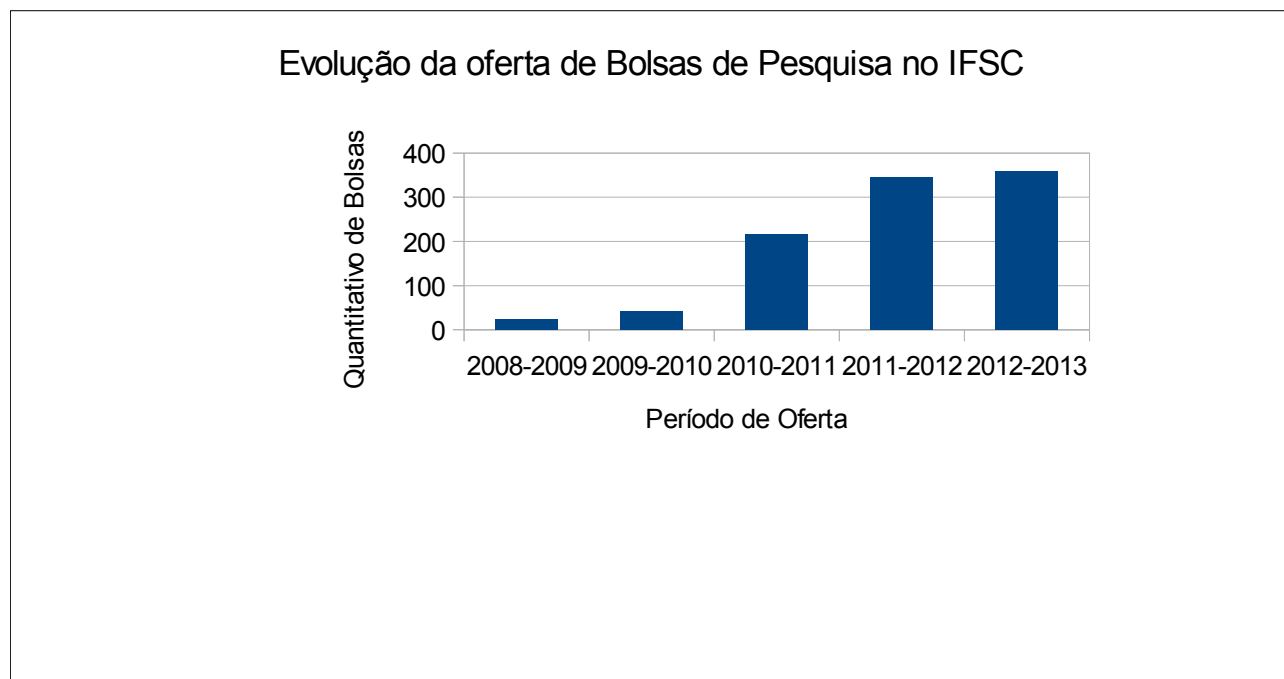


Figura 9 – Evolução da oferta de bolsas de pesquisa no IFSC

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

b) Grupos e Projetos nos Câmpus: o Quadro 72 e as Figuras 10, 11 e 12 expressam os quantitativos dos grupos de pesquisa, projetos de pesquisa e de extensão por câmpus do IFSC, resultado das articulações da PROPI e PROEX no fomento dessas atividades.

Câmpus	PESQUISA		EXTENSÃO
	Quantidade de Grupos	Quantidade de Projetos	Quantidade de Projetos
Araranguá	6	14	28
Caçador	2	5	1
Garopaba	0	2	2
Geraldo Weringhaus	0	0	1
Urupema	1	11	9
Xanxerê	2	6	12
Canoinhas	3	10	2
Chapecó	5	17	4
Criciúma	2	13	9
Florianópolis	19	67	5
Florianópolis-Continente	5	30	17
Gaspar	6	12	13
Itajaí	4	7	7
Jaraguá do Sul	7	3	7
Joinville	7	15	1
Lages	3	10	10
Palhoça	1	4	0
São José	5	16	13
São Miguel do Oeste	3	5	8
TOTAL	81	247	149

Quadro 72 – quantidade de grupos e projetos de pesquisa e extensão

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação/Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

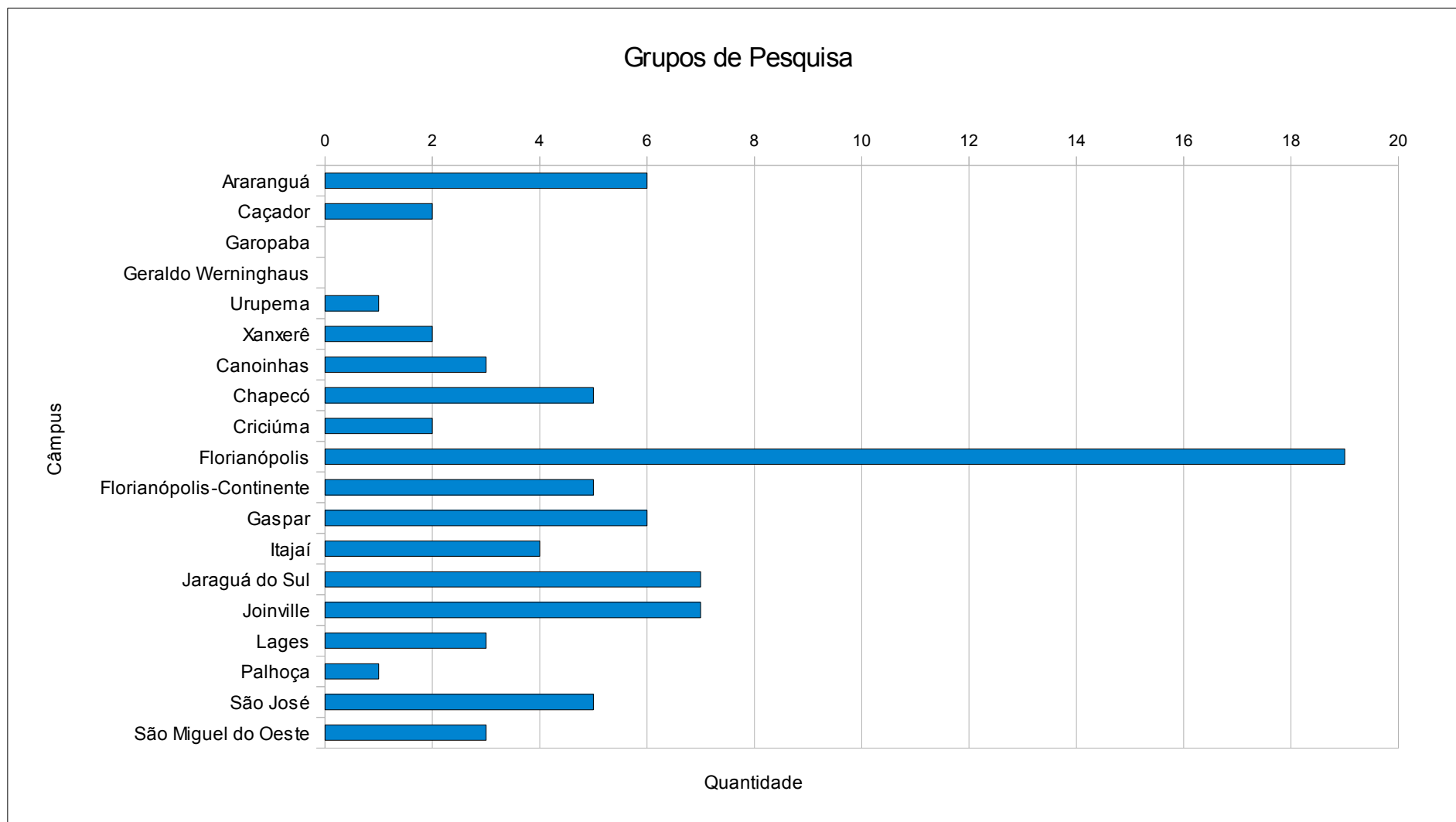


Figura 10 – Grupos de Pesquisa por Câmpus
 Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

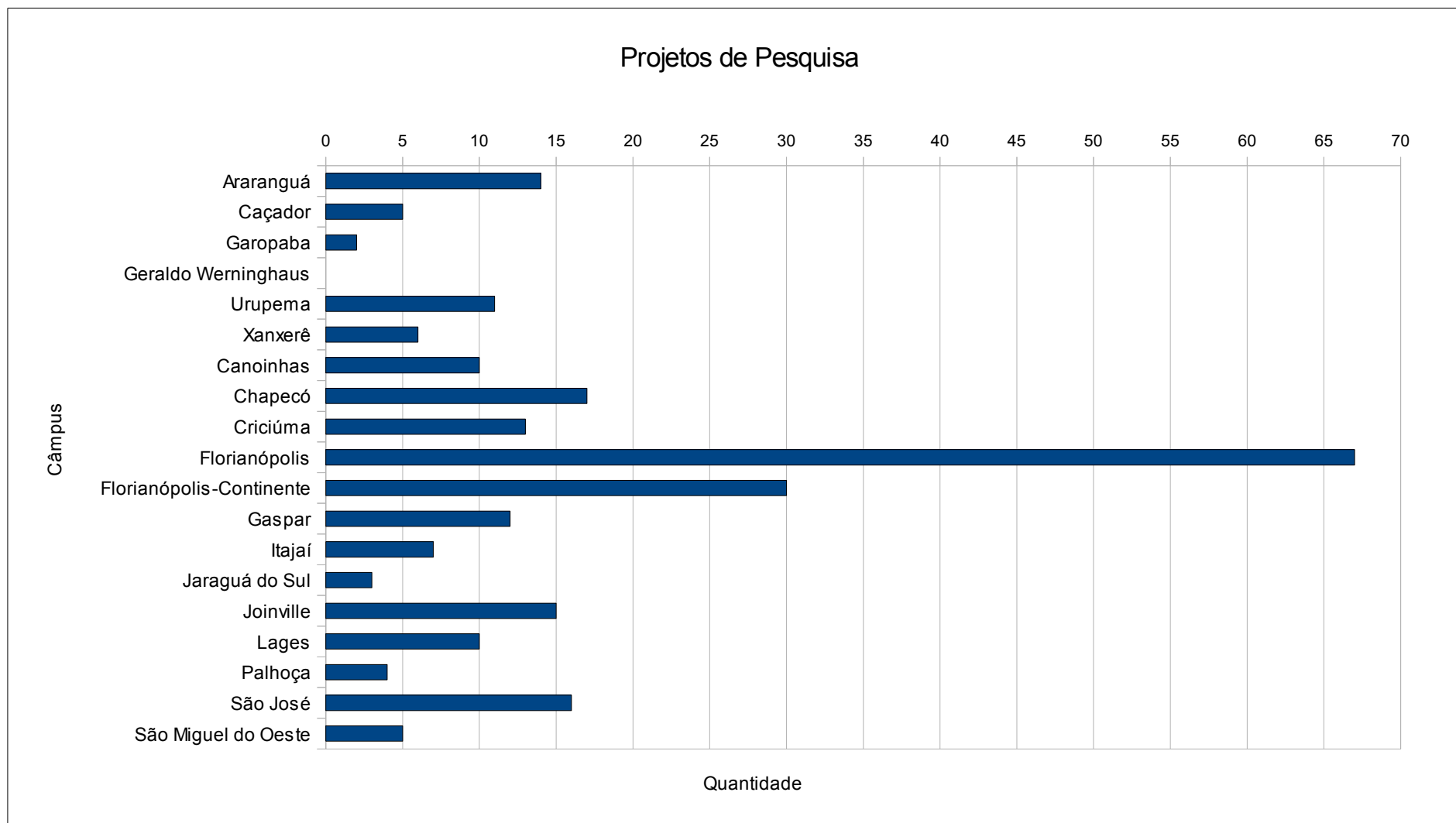


Figura 11 – Projetos de Pesquisa por Câmpus
 Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

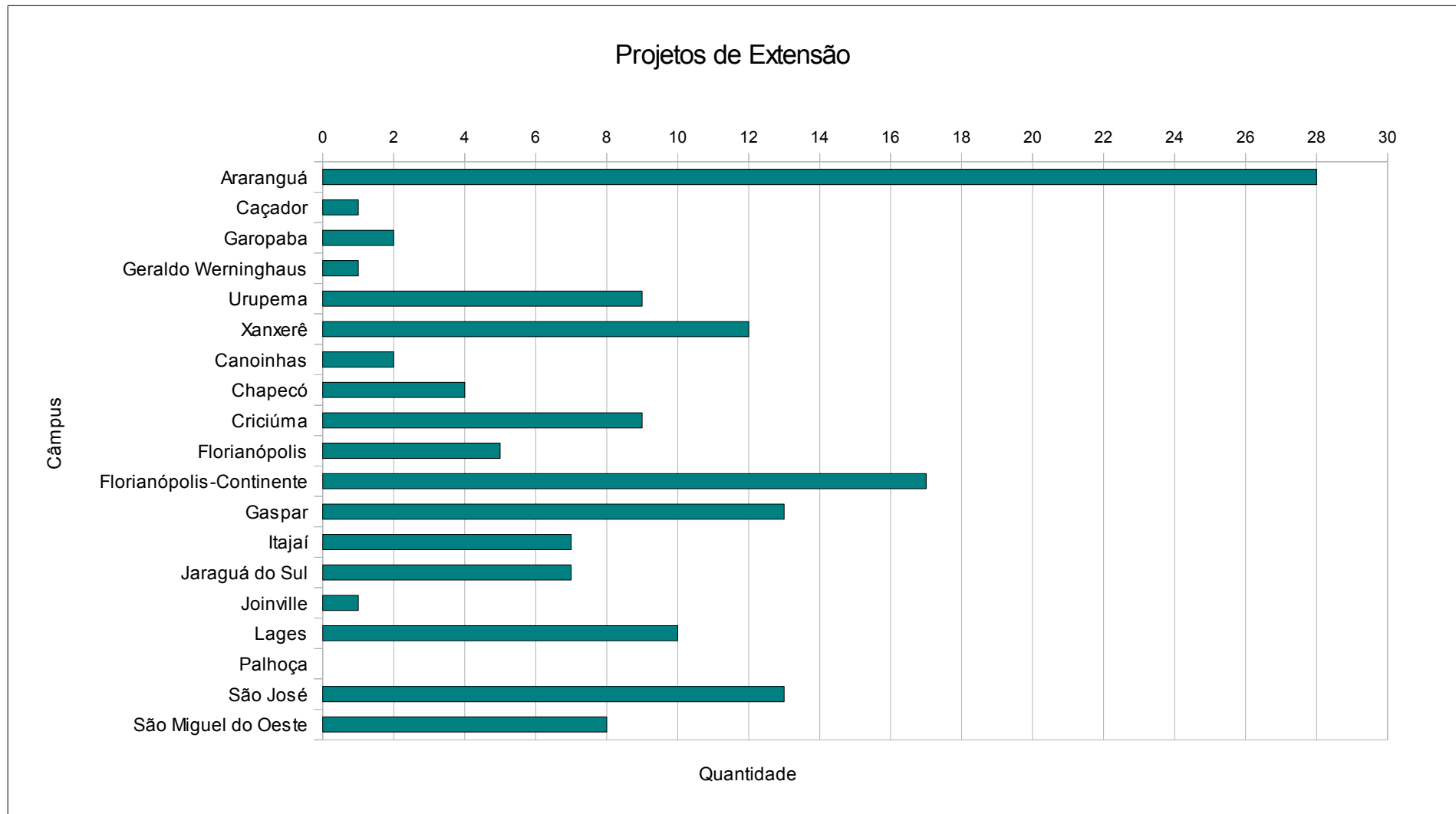


Figura 12 – Projetos de Extensão por Câmpus
 Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relação Externas

c) Afastamentos Integrais de Docentes para Qualificação: no exercício de referência, a PROPPI proporcionou o lançamento dos editais nº 14 e 35/2012, com vistas à concessão de afastamento integral a docentes para qualificação, num total de 33 servidores contemplados. Houve, em relação ao exercício anterior, uma redução de 50,76%, período em que o número de beneficiados atingiu o total de 65.

d) Assuntos Internacionais: em 2012, a Coordenadoria de Assuntos Internacionais atuou no sentido de proporcionar oportunidades em nível de intercâmbio e/ou questões relacionadas a 45 alunos. No exercício anterior, o número de alunos atendidos foi em torno de 46. Destacam-se a atenção e incentivo institucionais para a participação dos discentes no programa Ciências sem Fronteiras.

e) Publicações: cumpre destacar as ações da PROPPI, em parceria com o Departamento de Marketing e Jornalismo, para fomento de publicações de livros e periódicos. No exercício de referência, foram publicados 5 livros, de autoria de servidores da instituição, e 4 revistas científicas, Revista Técnico Científica – PROEJA, o Caderno de Publicações Acadêmicas, o Caderno de Resumos e a Revista EJA em Debate, quantitativo equivalente ao publicado em 2011.

14.3 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Nos Quadros 73, 73.1 e 73.2, encontra-se demonstrada a evolução do patrimônio bibliográfico da instituição, no tocante aos quantitativos de títulos e exemplares e de empréstimos, domiciliares ou entre bibliotecas. O Quadro 73.2 ainda expressa a quantidade de títulos e de exemplares por aluno matriculado.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
Campus	Quantidade de Títulos Periódicos					Quantidade de Empréstimos			
	2008	2009	2010	2011	2012	2011		2012	
						Quantidade de Empréstimos domiciliares	Quantidade de Empréstimos entre Bibliotecas	Quantidade de Empréstimos domiciliares	Quantidade de Empréstimos entre Bibliotecas
Total do IFSC	44	192	381	392	433	55.576	2	59.131	3
Araranguá	-	40	99	71	91	12.421	0	9.469	0
Caçador	-	-	2	0	0	64	0	338	0
Caropaba*	-	-	-	0	0	0	0	0	0
Geraldo Werninghaus	-	-	-	0	6	428	0	578	0
Palhoça Bilíngue	-	-	-	0	5	0	0	180	0
Urupema	-	-	2	51	***	0	0	***	***
Xanxerê	-	-	-	7	8	155	0	632	0
Canoinhas	-	-	6	1	12	1.800	0	2.598	0
Chapecó	7	13	17	20	26	5.392	0	4.845	0
Continete	-	-	10	8	38	5.818	0	4.549	0
Criciúma	-	-	10	14	16	852	0	1.782	0
Florianópolis	6	70	66	74	66	10.631	0	11.267	2
Gaspar	-	-	-	16	19	316	0	2.324	0
Itajaí	-	-	2	4	2	174	0	274	0
Jaraguá do Sul	6	9	15	18	13	3.830	0	4.080	0
Joinville	15	51	73	74	79	5.045	2	5.517	0
Lages	-	-	683	6	14	1.114	0	4.519	0
São José	10000	7.244	8.374	23	28	7.150	0	5.658	1
São Miguel do Oeste**	-	-	-	5	10	386	0	521	0

* Campus não possui biblioteca.

** São Miguel do Oeste - Os empréstimos domiciliares eram feitos de forma manual, sem passar pelo sistema. A utilização efetiva do sistema Sophia iniciou em julho de 2012.

*** Urupema – o acervo se encontra em processo de patrimoniar

Quadro 73 –Acervo Bibliográfico do IFSC

Fonte: Cadastradores Institucionais dos câmpus

ACERVO BIBLIOGRÁFICO											
Campus	Área (m²)	Quantidade de Títulos					Quantidade de Exemplares				
		2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Total do IFSC	3657,94	14.547	19.139	20.758	30.047	37.071	47.510	45.685	62.430	74.005	84737
Araranguá	101,56	815	1.112	1.392	1.613	1.404	1.308	2.182	4.265	4.769	4179
Caçador	28	-	-	120	429	460	-	-	490	1.187	866
Caropaba(I)	-	-	-	-	0	0	-	-	-	0	0
Geraldo Werninghaus	58	-	-	-	258	573	-	-	-	928	1873
Palhoça Bilingue	0	-	-	198	680	244	-	-	680	1496*	946
Urupema	67,2	-	-	72	72	***	-	-	162	162	***
Xanxerê	56	-	-	-	322	505	-	-	-	965	1612
Canoinhas	330	-	-	280	1.000	1.380	-	-	573	2.270	2265
Chapecó	155	447	1.081	1.599	2.203	2.125	1.234	2.091	3.895	6.017	5.425
Continente	50	385	923	1.190	1.631	1.764	413	2.153	2.935	4.234	4588
Criciúma	377,61	-	-	214	870	1.205	-	-	574	1.846	2677
Florianópolis	877,14	8.456	9.552	8.634	11.059	12.512	28.833	24.952	27.144	28.110	31927
Gaspar	277,29	-	-	133	908	1.593	-	-	460	1.564	2625
Itajaí	53	-	-	276	474	764	-	-	645	1.034	1648
Jaraguá do Sul	250	2.167	2.338	2.800	**	2.848	3.381	3.984	5.350	5.300	5170
Joinville	66,24	1.259	1.431	2.098	2.373	2.956	2.341	3.079	6.200	4.671	6656
Lages	377,61	-	-	205	487	850	-	-	683	1.287	2195
São José	256	5.580	4.321	4.861	5.192	5.317	1.000	7.244	8.374	8.901	9100
São Miguel do Oeste	277,29	-	-	-	476	571	-	-	-	760	985

I - Campus não possui biblioteca.

II – Jaraguá do Sul: Acervo ficou menor em relação a 2011 em função de desbaste realizado no acervo (obras danificadas, desatualizadas...)

* 704 já incorporados e 792 ainda sob responsabilidade da FMP (Faculdade Municipal da Palhoça), a qual cede o prédio ao campus.

**Acervo ainda não cadastrado no sistema. Não possuem este dado.

*** Urupema – o acervo está sendo patrimoniado

Quadro 73.1 - Acervo Bibliográfico do IFSC

Fonte: Cadastradores Institucionais dos câmpus

ACERVO BIBLIOGRÁFICO		TÍTULOS									EXEMPLARES								
Campus	Área (m ²)	2010			2011			2012			2010			2011			2012		
		Títulos	Alunos	Índice Títulos/Alunos	Títulos	Alunos	Índice Títulos/Alunos	Títulos	Alunos	Índice Títulos/Alunos	Exemplares	Alunos	Índice Exemplares/Alunos	Exemplares	Alunos	Índice Exemplares/Alunos	Exemplares	Alunos	Índice Exemplares/Alunos
Total do IF-SC	3657,94	20.758	11.690	1,77	30.047	14.230	2,11	37.071	26263	1,41	62.430	11.690	5,34	74.005	14.230	5,20	84737	26263	3,23
Araranguá	101,56	1.392	-	-	1.613	-	-	1.404	1980	0,71	4.265	-	-	4.769	-	-	4179	1980	2,11
Caçador	28	120	-	-	429	-	-	460	544	0,85	490	-	-	1.187	-	-	866	544	1,59
Garopaba (I)	-	-	-	-	0	-	-	0	191	0,00	-	-	-	0	-	-	0	191	0
Geraldo Werninghaus	58	-	-	-	258	-	-	573	1138	0,50	-	-	-	928	-	-	1873	1138	1,65
Palhoça Bilingue	0	198	-	-	680	-	-	244	300	0,81	680	-	-	1496*	-	-	946	300	3,15
Urupema	67,2	72	-	-	72	-	-	***	289	-	162	-	-	162	-	-	***	289	-
Xanxerê	56	-	-	-	322	-	-	505	389	1,30	-	-	-	965	-	-	1612	389	4,14
Canoinhas	330	280	-	-	1.000	-	-	1.380	673	2,05	573	-	-	2.270	-	-	2265	673	3,37
Chapecó	155	1.599	-	-	2.203	-	-	2.125	928	2,29	3.895	-	-	6.017	-	-	5425	928	5,85
Continente	50	1.190	-	-	1.631	-	-	1.764	2406	0,73	2.935	-	-	4.234	-	-	4588	2406	1,91
Criciúma	377,61	214	-	-	870	-	-	1.205	553	2,18	574	-	-	1.846	-	-	2677	553	4,84
Florianópolis	877,14	8.634	-	-	11.059	-	-	12.512	9509	1,32	27.144	-	-	28.110	-	-	31927	9509	3,36
Gaspar	277,29	133	-	-	908	-	-	1.593	1160	1,37	460	-	-	1.564	-	-	2625	1160	2,26
Itajaí	53	276	-	-	474	-	-	764	388	1,97	645	-	-	1.034	-	-	1648	388	4,25
Jaraguá do Sul	250	2.800	-	-	**	-	-	2.848	1047	2,72	5.350	-	-	5.300	-	-	5170	1047	4,94
Joinville	66,24	2.098	-	-	2.373	-	-	2.956	1732	1,71	6.200	-	-	4.671	-	-	6656	1732	3,84
Lages	377,61	205	-	-	487	-	-	850	779	1,09	683	-	-	1.287	-	-	2195	779	2,82
São José	256	4.861	-	-	5.192	-	-	5.317	1603	3,32	8.374	-	-	8.901	-	-	9100	1603	5,68
São Miguel do Oeste	277,29	-	-	-	476	-	-	571	654	0,87	-	-	-	760	-	-	985	654	1,51

I - Campus não possui biblioteca.

II – Jaraguá do Sul: Acervo ficou menor em relação a 2011 em função de desbaste realizado no acervo (obras danificadas, desatualizadas...)

* 704 já incorporados e 792 ainda sob responsabilidade da FMP (Faculdade Municipal da Palhoça), a qual cede o prédio ao campus.

**Acervo encontra-se em fase de cadastramento no sistema.

*** Urupema – o acervo está sendo patrimoniado

Quadro 73.2 – Acervo Bibliográfico do IFSC

Fonte: Cadastradores Institucionais dos câmpus

15 INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.267/2005, os Institutos Federais devem informar um conjunto de indicadores em seus Relatórios de Gestão, demonstrando a evolução desses dados a contar do exercício de referência e os quatro exercícios imediatamente anteriores.

Para composição dos 12 indicadores obrigatórios, o IFSC desenvolveu, no transcurso do exercício de 2012, um conjunto de ações no sentido de apurar de forma sistemática as informações necessárias para composição dos indicadores. Os indicadores de gestão, de acordo com o TCU são apresentados como:

- a) Indicadores Acadêmicos: Relação Candidato/Vaga, Relação Ingressos/Aluno, Relação Concluintes/Aluno, Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes, Índice de Retenção do Fluxo Escolar, Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral;
- b) Indicadores Administrativos: Gastos Correntes por Aluno, Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com outros Custeios, Percentual de Gastos com Investimentos;
- c) Indicador Socioeconômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar; e
- d) Indicador de Gestão de Pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente.

No processo de apuração dos dados, a instituição adotou a metodologia determinada no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT/SETEC, publicado em fevereiro de 2012, em continuidade ao trabalho já realizado nos exercícios anteriores. Ocorre que, no transcurso do processo, mais especificamente no mês de janeiro de 2013, a instituição recebeu os Ofícios nº 006 e 008/2013/DDR/SETEC/MEC, de 14 e 29 de janeiro de 2013, respectivamente, cujo teor determinava que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, bem como os demais Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II, deveriam apresentar os indicadores extraídos e compostos pela própria Secretaria, a partir da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Diante dessa nova sistemática de trabalho proposta pela SETEC, os dados para composição dos Indicadores Acadêmicos, Administrativos e de Gestão de Pessoas foram extraídos dos seguintes sistemas: SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal) e posteriormente disponibilizados para todos os institutos federais e instituições equiparadas da Rede.

Já com relação ao Indicador Socioeconômico, a SETEC orientou os institutos para que os próprios realizassem a extração dos dados. Desse modo, o referido indicador foi composto a partir de dados de pesquisa realizada pelo IFSC.

A seguir apresenta-se o quadro de indicadores de gestão do IFSC.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	2,36	3,53	4,01	5,05	3,97
	Relação Ingressos/Aluno (%)	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	46,9	37,04	31,53	58,32	60,31
	Relação Concluintes/Aluno (%)	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	16,8	24,05	21,69	19,26	13,85
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (%)	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados Finalizados}}$	46,4	30,53	37,36	33,02	22,96
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (%)	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	40	14,6	11,82	10,6	12,61
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes } 40\text{h} + \text{DE} + 20\text{h} \times 0,5}$	31,15	12,95	12,8	12,65	12,56
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno (R\$)	$\frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	7.204,07	10.877,37	10.541,30	9.379,64	10.660,00
	Percentual de Gastos com Pessoal (%)	$\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	64,90	71,29	68,83	73,39	60,08
	Percentual de Gastos com outros Custeios (%)	$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	17,12	15,78	14,37	13,03	10,11
	Percentual de Gastos com Investimentos (%)	$\frac{\text{Gastos com Investimentos} + \text{Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	14,31	10,06	12,39	13,58	19,46
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{1(G) + 2(A) + 3(E) + 4(M) + 5(D)}{(G + A + E + M + D)}$	3,69	3,44	3,33	3,15	3,29

Indicadores de Gestão do IFSC nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Quadro 74 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005

Fonte: SISTEC (fevereiro de 2013) / SIAFI (fevereiro de 2013) / SIAPE

		Fórmula de Cálculo	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%
		Faixas de Renda (Salário Mínimo)										
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Até 0,5	70	1,85	67	0,97	15	0,29	125	2,18	42	0,94
		0,5 - 1,0	137	3,62	163	2,35	83	1,62	463	8,08	113	2,52
		1,0 - 1,5	724	19,17	802	11,56	377	7,37	1399	24,43	354	7,88
		1,5 - 2,5	990	26,21	1411	20,34	1355	26,48	2007	35,04	869	19,35
		2,5 - 3	663	17,55	1080	15,57	1731	33,83	892	15,58	1062	23,65
		Acima de 3	1192	31,56	3414	49,21	1556	30,41	841	14,68	2050	45,66
		Total da amostra	3.776	100	6.937	100	5.117	100,0	5.727	100,0	4.490	100,0
		Alunos Matriculados	26.263	-	14.230	-	11.564	-	8.503	-	6.678	-
		% da amostra em relação aos Alunos Matriculados	14,37	-	48,75	-	44,25	-	67,35	-	67,24	

Quadro 75 – Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Fonte: Departamento de Ingresso

16 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC

16.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO INSTITUCIONAL NO EXERCÍCIO 2012

Preliminarmente à análise dos indicadores de gestão, e para o fim de dar embasamento às informações e dados que serão introduzidos no relatório, faz-se necessário tecer considerações acerca do contexto institucional no ano de 2012, mais especificamente no tocante à modificação da metodologia de composição dos indicadores e ao cenário de greve nacional das categorias de servidores docentes e técnico-administrativos.

Com relação ao primeiro fator, cumpre observar que, uma vez que a metodologia estabelecida pela SETEC para composição dos indicadores de gestão, exercício 2012, implica em alterações estruturais nos métodos de cálculo e de extração dos dados, bem como nas terminologias utilizadas, constata-se a impossibilidade de se manter a série histórica em relação a alguns dos indicadores.

Destacam-se, dentre as alterações estabelecidas pela SETEC, a redefinição do componente Alunos Matriculados, a modificação das fórmulas de cálculo de parte dos indicadores acadêmicos e a utilização do quantitativo dos valores liquidados e restos a pagar não-processados, enquanto componentes para composição dos indicadores administrativos.

Nesse sentido, fez-se necessário realizar a análise dos indicadores de gestão de forma individualizada, sendo desconsiderados os dados dos quatro exercícios imediatamente anteriores. No anexo deste relatório, apresenta-se uma análise comparativa metodológica da composição dos indicadores de gestão, exercícios 2011 e 2012, com o objetivo de demonstrar de forma mais detalhada as alterações referidas.

Já no que diz respeito ao fator greve, são necessárias as seguintes considerações. No ano de 2012, a categoria dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades e institutos federais organizou-se nacionalmente em um movimento de paralisação. No IFSC, a adesão ao movimento implicou um total de 59 (cinquenta e nove) dias sem atividade letiva.

Diante dessa excepcionalidade institucional, 15 câmpus tiveram seus calendários acadêmicos alterados, de modo que o segundo semestre letivo do ano de 2012 terá encerramento, nesses casos, no exercício 2013, apenas. Para os Câmpus de Araranguá, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Gaspar, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul – Geraldo Werninghaus, Itajaí, Joinville, Palhoça, São Miguel do Oeste, São José e Xanxerê, o calendário acadêmico 2012 será concluído no intervalo de fevereiro a março de 2013, em datas específicas para cada caso.

Nesse sentido, 71,42% das atividades letivas e pedagógicas dos câmpus do IFSC terão encerramento no exercício 2013, o que inclui os cursos cujo encerramento estava previsto para 2012. Já com relação aos Câmpus de Caçador, Garopaba, Lages e Urupema, cujos servidores optaram por não aderir à greve, o segundo semestre letivo de 2012 foi encerrado de forma regular.

16.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE GESTÃO

I - Indicadores Acadêmicos

a) Relação Candidato/Vaga: o indicador expressa a demanda da comunidade externa pela vagas ofertadas pelo IFSC, de modo que o valor da relação é obtido pela divisão do numerador inscritos pelo denominador vagas ofertadas. Nesse sentido, no exercício 2012 fica demonstrado que do total de processos de ingressos realizados pela instituição, englobadas todas as modalidades de oferta, houve **2,36 candidatos em média por vaga ofertada**. Infere-se, a partir desse dado, que a redução do indicador esteja provavelmente relacionada à alteração de metodologia de obtenção dos componentes de cálculo, conforme demonstrado no anexo deste relatório.

b) Relação Ingressos/Aluno: o indicador, composto pelo numerador Ingressantes e pelo denominador Alunos Matriculados, demonstra o montante de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos da instituição. No exercício 2012, essa relação alcançou a importância de **46,9%**. Em que pese a variação positiva do indicador, nota-se a impossibilidade de se realizar uma análise comparativa do resultado auferido em relação ao exercício 2011, em decorrência da alteração metodológica proposta pela SETEC, em especial do denominador Alunos Matriculados.

c) Relação Concluintes/Aluno: o indicador expressa o quantitativo de alunos que concluíram o curso ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de alunos matriculados do IFSC. Infere-se, pelo quadro, que **16,8%** do total de alunos da instituição teve seu status no SISTEC alterado para “concluído” ou “integralizado em fase escolar”. A redução do percentual obtido em 2012 pelo IFSC é reflexo, dentre outros possíveis fatores, da greve, conforme fica demonstrado no item 16.1 desta análise, bem como das alterações metodológicas relatadas no anexo.

d) Índice de Eficiência Acadêmica-Concluintes: o objetivo do indicador é demonstrar o desempenho e a eficiência acadêmica no montante de alunos que efetivamente concluíram ou integralizaram a carga horária nos cursos previstos para encerramento no período. No exercício 2012, o IFSC alcançou a importância de **46,4%**. No referido índice, o percentual foi obtido por meio da relação do total de alunos que concluíram e integralizaram a fase escolar, pelo número de alunos matriculados finalizados. Destaca-se que a metodologia de composição deste indicador sofreu alterações em 2012, impossibilitando uma análise de sua evolução histórica, conforme explicitado no anexo.

e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar: o indicador é obtido pela relação do total de alunos retidos pelo total de alunos matriculados. Tem a finalidade de auferir, no exercício de referência, o montante de matrículas que permaneceram ativas no sistema após o término previsto para encerramento do ciclo e, ainda, as matrículas com situação semelhante em exercícios anteriores que foram finalizadas em 2012. Nesse sentido, o índice de **40,0%** pode estar atrelado às mudanças no calendário acadêmico, decorrentes da greve, e às alterações metodológicas dos componentes.

f) Relação Aluno/Docente em Tempo Integral: tem por escopo quantificar o total de alunos por docente da instituição, através da relação do total de alunos matriculados pelo denominador Docente em Tempo Integral. Esse componente considera o docente pela carga horária em sala de aula, nos regimes de 20 e 40 horas e de dedicação exclusiva, desconsiderados os docentes substitutos. No exercício 2012, o indicador demonstra que o IFSC atingiu a marca de **31,15** alunos por docente. O aumento expressivo do indicador decorre da alteração metodológica ocorrida em 2012, principalmente no tocante ao componente Alunos Matriculados. Nesse sentido, o resultado auferido é passível de questionamento, conforme fica demonstrado no anexo.

II - Indicadores Administrativos

a) Indicador Gastos Correntes por Aluno: esse indicador possibilita quantificar o total de gastos da instituição, em relação a cada aluno matriculado. No cômputo das despesas, são considerados os gastos correntes, descontado desse valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação. Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFSC alcançou a importância de **R\$ 7.204,07** no exercício de referência. A redução do indicador em relação ao exercício anterior decorre da alteração dos componentes utilizados, em especial do conceito de Alunos Matriculados, conforme demonstrado no anexo deste relatório.

b) Percentual de Gastos com Pessoal: o indicador possibilita identificar o montante de despesa da folha de pagamento, em relação ao total de despesa geral da instituição. Para tanto, obtém-se o valor pretendido pela relação do total de gastos com pessoal pelo total de gastos. No exercício 2012, o resultado de **64,90%**, inferior ao percentual obtido em 2011, pode estar atrelado à revisão do método para obtenção dos componentes de cálculo.

c) Percentual de Gastos com Outros Custeios: esse indicador tem por objetivo quantificar o total de gastos da instituição com outros custeios, em função das despesas totais. Para composição do dado Gastos com Outros Custeios, desconta-se do total de gastos da instituição os valores despendidos com pessoal, investimentos, inversões financeiras, benefícios, PIS/PASEP e Bolsa Formação. Nesse sentido, o indicador é obtido pela relação desse componente pelos gastos totais do IFSC. O índice demonstra que **17,12%** da despesa institucional total está relacionada aos gastos com outros custeios. Cumpre observar que a variação do índice em relação ao exercício anterior está vinculada às mudanças determinadas pela SETEC.

d) Percentual de Gastos com Investimentos em Relação aos Gastos Totais: para composição do indicador, computam-se as despesas realizadas a título de investimentos e inversões financeiras, pelos gastos totais da instituição. No exercício de referência, a relação entre os componentes atingiu a importância de **14,31%**. A alteração do percentual em relação ao exercício 2011 decorre da revisão da metodologia empregada pela SETEC na composição dos indicadores.

III - Indicador Socioeconômico

a) Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar: o indicador tem por finalidade traduzir o grau de inclusão social dos alunos pesquisados, a partir de faixas de renda familiar específicas. Para composição desses dados, a instituição aplicou um questionário, por intermédio do Departamento de Ingresso, aos alunos que ingressaram no exercício de referência, solicitando para que os respondentes se enquadrassem em uma das 6 faixas de renda, estabelecidas pela SETEC, no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT, de fevereiro de 2012. Nesse sentido, o indicador apresentado no quadro de indicadores corresponde ao universo de 3.776 alunos. Conforme se infere, **31,56%** dos alunos está concentrado na faixa acima de 3 salários mínimos. Já à faixa que engloba de 1,5 a 2,5 estão relacionados **26,21%** dos alunos.

IV - Indicador de Gestão de Pessoas

a) Índice de Titulação do Corpo Docente: o indicador tem por objetivo demonstrar o nível de qualificação dos servidores docentes do IFSC. Para obter essa valoração, consideram-se todos as esferas de titulação (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) e exclui-se do cômputo de docentes os substitutos. Em 2012, o indicador atingiu a importância de **3,69**. Em que pese as alterações metodológicas ocorridas no exercício de referência, conforme descrito no anexo, registra-se a evolução histórica deste índice, o que demonstra a efetividade das ações institucionais voltadas à qualificação do quadro de servidores.

16.3 METODOLOGIA DE COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES

I – Terminologia

Considerando a nova proposta metodológica determinada pela SETEC, apresenta-se a seguir a terminologia utilizada pela Secretaria para a composição dos indicadores.

SISTEC
Ingressantes: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre jan e dez/12.
Matriculados em Curso: todos os alunos que possuem status EM CURSO tendo o mês de ocorrência da matrícula até dez/12.
Matriculados Finalizados 2012: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo foram finalizados em 2012 (com ou sem sucesso), ou seja, que apesar deles estarem finalizados, eles estiveram matriculados durante o exercício de 2012.
Matriculados Finalizados 2013: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status depois de 25/01/2013 e que foram matriculados no SISTEC antes de 01/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo foram finalizados em 2013 (com ou sem sucesso), porém, que estiveram matriculados durante o exercício de 2012.
Total Matriculados: matriculados em curso + matriculados finalizados 2012 + matriculados finalizados 2013
Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.
Retidos em Curso: todos os alunos que ainda estão com status EM CURSO de ciclos que possuem a data prevista para fim até o dia 31/12/2012. Essa fórmula nos apresenta os alunos que ainda estão EM CURSO em ciclos que já deveriam ter terminado.
Retidos Finalizados: todos os alunos que estão com status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração realizada até o dia 25 do mês subsequente à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/01/2012 até o limite do dia 26/01/2013. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador.
Total Retidos: retidos em curso + retidos finalizados
SIAFI
Bolsa Formação: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 20RW (Bolsa Formação).
Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto a ação 20RW. O Bolsa Formação não foi contabilizado em nenhum componente porque os alunos do Bolsa-Formação não constam nos indicadores acadêmicos.
Gastos com Pessoal: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 1 - Pessoal e encargos sociais.
Gastos com Inativos e Pensionistas: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 0181 - Pagamento de Aposentarias e Pensões - Servidores Civis.
Gastos com Investimentos: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 4 – Investimentos.
Gastos com Inversões Financeiras: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 5 - Inversões Financeiras.
Benefícios: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos das ações 2004, 2010, 2011, 2012 e 20CW.
PIS/PASEP: despesas liquidadas da natureza de despesa 33914712 - Contribuição para o PIS/PASEP.
Gastos Correntes: Gastos Totais (sem Bolsa Formação) - Gastos com Inativos e Pensionistas - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras.
Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais (sem Bolsa Formação) - Gastos com Pessoal - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras - Gastos com Benefícios - Gastos com PIS/PASEP.

II - Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão – Exercício 2012

Inscrições	31.897
Vagas ofertadas	13.498
Ingressantes	12.324
Total de Matriculados (Matriculados em Curso + Matriculados Finalizados 2012 + Matriculados Finalizados 2013)	26263
Matriculados em Curso	16.483
Matriculados Finalizados 2012	9.531
Matriculados Finalizados 2013	249
Concluídos e Integralizados Fase Escolar	4.420
Total de Retidos (Retidos em Curso + Retidos Finalizados)	10.504

Dados Financeiros	
Gastos Totais	R\$ 248.191.992,37
Total de Gastos com Pessoal	R\$ 161.072.587,22
Total de Gastos com Inativos e Pensionistas	R\$ 23.476.966,35
Total de Gastos com Investimentos	R\$ 35.514.654,58
Total de Gastos com Inversões Financeiras	0
Total de Gastos com Benefícios	R\$ 9.111.544,67
Total de Gastos com PIS/PASEP	R\$ 8.407,68
Total de Gastos Correntes (sem Bolsa Formação)	R\$ 189.200.371,44
Total de Gastos com Outros Custeios (sem Benefícios)	R\$ 42.484.798,22
Gastos com o Bolsa Formação	R\$ 268.846,35

Fonte: SIAFI (fevereiro de 2013) – despesas liquidadas e de restos a pagar, por grupo de despesas

Docente em Tempo Integral (excluídos os professores substitutos)				
TITULAÇÃO	20h	40h	DE	Total
Graduação	2	15	75	92
Aperfeiçoamento	0	0	5	5
Especialização	7	8	152	167
Mestrado	6	10	376	392
Doutorado	1	2	192	195
Total	16	35	800	851
Docente em Tempo Integral: total docentes 20h(*0,5) + docentes 40h + docentes DE = 843				

Fonte: SIAPE

Relação Candidato/Vaga (RCV)	2012
	2,36
Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do IFSC $RCV = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	$\frac{31897}{13498}$
RCV =	2,36

Relação Ingresso / Aluno (Total) - RIA (%)	2012
	46,90%
Indica percentualmente, a quantidade de ingressantes em relação ao total de alunos $RIA = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	$\frac{12324}{26263}$
RIA =	46,90%

Relação Concluinte/ Aluno - RCA (%)	2012
	16,8%
Indica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos $RCA = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total Matriculados}} \times 100$	$\frac{4420}{26263}$
RCA =	16,8%

Índice de Eficiência Acadêmica - IEA (%)	2012
	46,4%
Quantifica a eficiência da Instituição $IEA = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes e Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}} \times 100$	$\frac{4420}{9531}$
IEA =	46,4%

Índice de Retenção do Fluxo Escolar - IRFE (%)	2012
	40,0%
Identifica, percentualmente, o índice de retenção de alunos: $IRFE = \frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	$\frac{10504}{26263}$
IRFE =	40,0%

Relação Aluno / Docente de Tempo Integral (RAD)	2012
	31,15
Quantifica o nº alunos para cada docente em tempo integral $RAD = \frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes com 40h} + \text{DE} + 20h \times 0,5}$	$\frac{26263}{843}$
RAD =	31,15

Gastos Correntes por aluno - GCA	2012
	R\$ 7.204,07
Indica o total de "gastos" a Instituição por aluno atendido GCA = $\frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Nº Total de Matriculados}}$	R\$ 189.200.371,44 26.263
GCA =	R\$ 7.204,07

Fonte: SIAFI (fevereiro de 2013)

Gastos com Pessoal - GP (%)	2012
	64,90%
Indica percentualmente, o quanto é gasto com pessoal em relação aos gastos totais GP = $\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 161.072.587,22 R\$ 248.191.992,37
GP =	64,90%

Fonte: SIAFI (fevereiro de 2013)

Gastos com Outros Custeios - GOC (%)	2012
	17,12%
Indica percentualmente, o quanto é gasto com outros custeios GOC = $\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 42.484.798,22 R\$ 248.191.992,37
GOC =	17,12%

Fonte: SIAFI (fevereiro de 2013)

Gastos com investimento - GI (%)	2012
	14,31%
Indica percentualmente, o quanto é gasto com investimento GI = $\frac{\text{Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	R\$ 35.514.654,58 R\$ 248.191.992,37
GI =	14,31%

Fonte: SIAFI (fevereiro de 2013)

Índice de Titulação do Corpo Docente - I T C D	2012
	3,69
Quantifica a titulação do corpo docente ITCD = $\frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)} = \frac{1(92)+2(5)+3(167)+4(392)+5(195)}{(92+5+167+392+195)}$	$\frac{3.146}{851}$
ITCD =	3,69
Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4 e Doutorado=5	
Obs.: Se ITCD = 5, todos os docentes são Doutores	

Fonte: SIAPE

17 INDICADORES SOCIAIS DOS DISCENTES

Em paralelo à composição dos Indicadores de Gestão, nos termos do Acórdão nº 2.267/2005, e dando continuidade à ação institucional para auferir as informações sócioeconômicas de seus alunos, o IFSC sistematizou, ao longo do exercício de referência, um conjunto de medidas no sentido de quantificar os seguintes dados e informações: Pessoas com Necessidades Específicas, Faixa Etária, Gênero, Raça Autodeclarada, Ocupação Principal, Procedência Domiciliar e Procedência Escolar.

Na composição desses dados, a instituição fez uso de três instrumentos diferenciados. Para o indicador Pessoas com Necessidades Específicas, os dados foram coletados junto ao NAPNE Central (Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas) do IFSC. Já para Faixa Etária e Gênero, utilizou-se a amostra extraída do Relatório de Autoavaliação Institucional 2012, organizado e compilado pela CPA – Comissão Própria de Avaliação. Os demais indicadores sociais foram compostos a partir de pesquisa aplicada aos alunos ingressantes dos 1º e 2º semestres de 2012, cuja população de amostra variou de acordo com a informação pesquisada.

17.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Pessoas com Necessidades Específicas*	2012	%	2011	%	2010*	%	2009	%	2008	%
Deficiência auditiva	23	0,08	29	0,2	12	0,23	22	0,38	5	31,25
Deficiência visual	7	0,02	4	0,03	12	0,23	26	0,45	5	31,25
Deficiência física (motora ou fala)	3	0,01	8	0,06	14	0,27	19	0,33	2	12,50
Deficiência múltipla	0	0	0	0	1	0,02	0	0,00	0	0,00
Deficiência mental	5	0,01	0	0	3	0,06	4	0,07	0	0,00
Condutas Típicas	2	0,01	8	0,06	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Superdotados/altas habilidades	0	0	1	0,01	2	0,04	1	0,02	0	0,00
Outras necessidades	55	0,20	2	0,01	20	0,39	21	0,37	4	25,00
Nenhuma	26168	99,63	14178	99,63	5053	98,75	5634	98,38	0	0,00
Total de Pessoas com Necessidades Específicas	95	0,36	52	0,36	64	1,25	93	1,62	16	100
Total da amostra	26263	100	14230	100	5117	100	5727	100	16	100
Alunos Matriculados	26263	100	14230	100	11564	-	8503	-	6678	-
% da amostra em relação aos Alunos Matriculados	100	100	100	100	44,25	-	67,35	-	0,24	-

Quadro 76 – Pessoas com Necessidades Específicas

Fonte: NAPNE Central do IFSC

*A nomenclatura do indicador foi alterada, conforme orientação do NAPNE Central

17.2 FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	2012	%	2011	%
Até 14 anos	39	1,56	96	0,78
De 15 a 17 anos	871	34,86	1717	14,10
De 18 a 19 anos	389	15,57	1155	9,48
De 20 a 24 anos	454	18,17	2502	20,54
De 25 a 29 anos	282	11,28	2275	18,68
De 30 a 39 anos	275	11,00	2540	20,85
De 40 a 49 anos	123	4,92	1352	11,10
A partir de 50 anos	65	2,60	540	4,43
Total da Amostra	2.498	100,00	12177	100,00
Alunos Matriculados	26263	-	12177*	-
% da amostra em relação aos Alunos Matriculados	9,47	-	100,00	-

Quadro 77 – Faixa Etária

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2012 – CPA

*No quantitativo de alunos matriculados do exercício 2011, não foram computadas as matrículas na modalidade EAD

17.3 GÊNERO

Gênero	2012	%
Feminino	1117	44,73
Masculino	1380	55,26
Total da Amostra	2497	100,00
Alunos Matriculados	26263	-
% da amostra em relação aos Alunos Matriculados	9,50	-

Quadro 78 – Gênero

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2012 – CPA

17.4 RAÇA AUTODECLARADA

Raça autodeclarada	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%
Branca	6208	80,75	5666	81,64	4197	82,02	4726	82,52	4044	86,10
Negra	324	4,21	292	4,21	234	4,57	235	4,10	183	3,90
Parda	958	12,46	812	11,7	608	11,88	679	11,86	407	8,67
Amarela (oriental)	148	1,92	101	1,46	49	0,96	48	0,84	33	0,70
Indígena	49	0,63	32	0,46	29	0,57	39	0,68	24	0,51
Não declarado	0	0	34	0,49	0	0,00	0	0,00	6	0,13
Não informado	0	0	3	0,04	0	0	0	0	0	0
Total da amostra	7687	100	6940	100	5117	100	5727	100	4697	100
Alunos Ingressantes*	12324	-	14230	-	11564	-	8503	-	6678	-
% da amostra em relação aos Alunos Ingressantes*	62,37	-	48,75	-	44,25	-	67,35	-	70,34	-

Quadro 79 – Raça Autodeclarada

Fonte: Departamento de Ingresso.

* Nos exercícios anteriores, a base de referência para o cálculo era a Matrícula Anual do IFSC.

17.5 OCUPAÇÃO PRINCIPAL

Qual sua ocupação principal	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%
Trabalha	0	0	0	0	0	0,00	2798	48,86	3176	100,00
Não Trabalha	0	0	0	0	0	0,00	2929	51,14	-	-
Desempregado	770	10,01	386	5,56	327	6,39	-	-	-	-
Empregado de empresa privada	2210	28,74	2461	35,46	1856	36,27	-	-	-	-
Estudante	2307	30,01	3008	43,34	2072	40,49	-	-	-	-
Outros	656	8,53	318	4,58	295	5,77	-	-	-	-
Profissional Liberal/Autônomo	474	6,16	102	1,47	215	4,20	-	-	-	-
Serviços Gerais/ Empregado doméstico	70	0,91	299	4,31	23	0,45	-	-	-	-
Servidor Público	1008	13,11	51	0,73	263	5,14	-	-	-	-
Procura trabalho pela primeira vez	52	0,67	254	3,66	37	0,72	-	-	-	-
Trabalhador Rural	140	1,82	58	0,84	29	0,57	-	-	-	-
Não informado	0	0	3	0,04	0	0	0	0	0	0
Total da amostra	7687	100	6940	100	5117	100	5727	100	3176	100
Alunos Ingressantes*	12324	-	14230	-	11564	-	8503	-	6678	-
% da amostra em relação aos Alunos Ingressantes*	62,37	-	48,75	-	44,25	-	67,35	-	47,56	-

Quadro 80 – Ocupação Principal

Fonte: Departamento de Ingresso.

* Nos exercícios anteriores, a base de referência para o cálculo era a Matrícula Anual do IFSC

17.6 PROCEDÊNCIA DOMICILIAR

Procedência domiciliar	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%
Urbana	2990	88,51	6247	90,01	4715	92,14	5266	91,95	3200	91,43
Rural	391	11,49	690	9,94	402	7,86	461	8,05	289	8,26
Não Informado	0	0	3	0,04	0	0,00	0	0,00	11	0,31
Total da amostra	3378	100	6940	100	5117	100	5727	100	3500	100
Alunos Ingressantes*	12324	-	14230	-	11564	-	8503	-	6678	-
% da amostra em relação aos Alunos Ingressantes*	27,40	-	48,75	-	44,25	-	67,35	-	52,41	-

Quadro 81 – Procedência Domiciliar

Fonte: Departamento de Ingresso.

* Nos exercícios anteriores, a base de referência para o cálculo era a Matrícula Anual do IFSC.

17.7 PROCEDÊNCIA ESCOLAR

Procedência Escolar	2012	%	2011	%	2010	%	2009	%	2008	%
Escola Pública	3935	84,75	5743	82,75	3966	77,51	4626	80,78	4037	94,41
Escola Particular	708	15,24	1194	17,2	1151	22,49	1101	19,22	239	5,59
Não Informado	0	0	3	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total da amostra	4643	100	6940	100	5117	100	5727	100	4276	100
Alunos Ingressantes*	12324	-	14230	-	11564	-	8503	-	6678	-
% da amostra em relação aos Alunos Ingressantes*	37,67	-	48,75	-	44,25	-	67,35	-	64,03	-

Quadro 82 – Procedência escolar

Fonte: Departamento de Ingresso.

* Nos exercícios anteriores, a base de referência para o cálculo era a Matrícula Anual do IFSC

17.8 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS

A seguir apresentam-se as análises dos indicadores sociais.

- 1. Pessoas com Necessidades Específicas:** expressa o quantitativo de alunos que apresentam alguma necessidade dentre as oito listadas na pesquisa. Verifica-se que 95 alunos se declararam com algum tipo de necessidade específica. A partir dos dados apresentados e do contexto do IFSC no exercício de referência, infere-se que as informações obtidas podem ser decorrência da estruturação de NAPNE em todos os câmpus da instituição, à exceção de Garopaba, em cumprimento ao Decreto nº 7.611/2011, o que possibilitou a identificação das pessoas com essas necessidades.
- 2. Faixa Etária:** demonstra a distribuição dos alunos matriculados pelas 8 faixas etárias estabelecidas. Verifica-se, a partir da pesquisa realizada, que 1/3 dos alunos está concentrado na faixa que compreende idade entre 15 e 17 anos (**34,86%**), seguido da faixa entre 20 e 24 anos (**18,17%**) e da faixa entre 18 e 19 anos (**15,57%**).
- 3. Gênero:** o indicador tem por objetivo relacionar a proporção entre alunos homens e mulheres matriculados na instituição. Infere-se, pelo quadro, a predominância do gênero masculino, no percentual de 55,26% dos alunos pesquisados, o que pode ser decorrência da relação entre a oferta dos cursos do IFSC e o interesse do público-alvo.
- 4. Raça Autodeclarada:** trata-se de dados que traduzem, a partir da amostra coletada, a que raça os alunos pesquisados declaram pertencer. A tabela demonstra que em torno de 80% dos alunos pesquisados se declararam da raça branca.
- 5. Ocupação Principal:** tem por objetivo demonstrar a principal função exercida pelos alunos pesquisados. Infere-se, a partir dos dados apurados, que 1/3 dos alunos atua na iniciativa privada, na qualidade de empregado, e 1/3 detém a condição exclusiva de estudante.
- 6. Procedência Domiciliar:** o dado expressa, a partir dos dados pesquisados, a área do município em que os alunos residem. Pode-se concluir que aproximadamente 90% dos alunos procedem da zona urbana.
- 7. Procedência Escolar:** tem por escopo traduzir de que modalidade de escola provém os alunos pesquisados. A tabela demonstra que em torno de 85% dos alunos objetos da pesquisa são oriundos de escola pública.

ANEXO – ANÁLISE COMPARATIVA DA METODOLOGIA DE COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO – EXERCÍCIOS 2011 E 2012

1 APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.267/2005, os Institutos Federais devem informar um conjunto de indicadores de gestão em seus relatórios de Prestação de Contas Anual, demonstrando a evolução desses dados a contar do exercício de referência e dos quatro exercícios imediatamente anteriores. De forma complementar, o IFSC ainda apresenta indicadores sociais, não contemplados nos indicadores obrigatórios, para o fim de atender a necessidades institucionais.

Conforme já demonstrado no item 15 do relatório, a SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, estabeleceu novas orientações para composição dos indicadores de gestão do exercício 2012, por intermédio dos Ofícios nº 006 e 008/2013/DDR/SETEC/MEC.

Essa revisão da metodologia empregada na Prestação de Contas do exercício 2012 requereu que os indicadores fossem analisados sob uma outra perspectiva, qual seja, individualmente, desconsiderando possíveis evoluções ou desvios e iniciando uma nova série histórica.

Nesse sentido, este anexo tem por objetivo identificar e relacionar as metodologias utilizadas para composição dos Indicadores de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, sob a perspectiva da Prestação de Contas Ordinária Anual, exercícios 2011 e 2012.

2 ANÁLISE METODOLÓGICA DE COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

No processo de construção do relatório de Prestação de Contas, exercício 2012, verificou-se que, em decorrência das novas orientações da SETEC para composição dos indicadores, a análise comparativa dos dados obtidos em relação aos do exercício 2011 ficou prejudicada. Essa constatação é resultado do fato de que as novas instruções da Secretaria ocasionaram uma alteração metodológica que implicou na revisão tanto dos componentes e das fórmulas de cálculo quanto das próprias terminologias utilizadas, conforme demonstrado no item 16.3 do relatório.

Diante da impossibilidade de realizar uma análise comparativa contundente de evolução ou de possíveis desvios dos indicadores, e da conseqüente interrupção da série histórica, a instituição apresentou no item 16.2 do relatório um diagnóstico individualizado de cada indicador.

Para fins de esclarecer quais foram essas alterações e seu impacto na obtenção dos dados, estão relacionados a seguir os componentes e os indicadores de gestão afetados pela nova metodologia, juntamente com uma análise dos números obtidos a partir de cada sistema ou método de contabilização das informações.

I Indicadores Acadêmicos

Para composição e extração dos indicadores acadêmicos do exercício 2011, as orientações estavam relacionadas no Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT, de autoria da SETEC. Segundo esse manual, os institutos federais e as entidades equiparadas deveriam extrair seus dados do SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica).

Ocorre que, diante das inconsistências deste, conforme já demonstrado pela instituição no anexo III do relatório de Prestação de Contas de 2011, os dados necessários para composição dos indicadores acadêmicos foram extraídos do sistema ISAAC (Sistema Acadêmico de Informações Acadêmicas), utilizado internamente pelas coordenações de registro acadêmico dos Câmpus.

Já na Prestação de Contas, exercício 2012, a extração e composição dos dados apresentados a

título de indicadores acadêmicos foi realizada pela própria SETEC a partir do sistema SISTEC.

Dadas essas informações iniciais, tecer-se-ão considerações acerca do componente Alunos Matriculados e de cada indicador acadêmico, relacionando as metodologias empregadas nos exercícios 2011 e 2012.

a) Alunos Matriculados

Para fins de composição dos indicadores da Prestação de Contas, exercício 2011, da *Relação Ingressos/Alunos*, *Relação Concluintes/Alunos*, *Índice de Retenção do Fluxo Escolar* e *Relação Alunos/Docente em Tempo Integral*, do Indicador Administrativo de *Gastos Correntes por Aluno* e da base de referência do Indicador Socioeconômico *Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar Per Capita*, o cálculo dos Alunos Matriculados era realizado a partir da soma do total de alunos que integralizaram a carga horária do 1º semestre e o total de alunos matriculados no 2º semestre.

Ainda, é importante ressaltar que o cálculo considerava os alunos de forma proporcional à carga horária do curso, cujo parâmetro de referência eram 400 (quatrocentas) horas, o que se aplica em especial ao aluno do curso FIC – Formação Inicial e Continuada. Nesse sentido, utilizava-se o componente Aluno Equivalente para obtenção do total de alunos matriculados da instituição.

A partir das orientações recebidas da SETEC para o relatório do exercício 2012, o componente Alunos Matriculados passou a ser obtido pelo somatório do total de alunos matriculados em curso, do total de alunos matriculados finalizados 2012 e do total de alunos matriculados finalizados 2013. No tocante ao modo como os alunos foram computados também houve alteração, uma vez que eles foram considerados independentemente da carga horária do curso que frequentaram.

Dado o exposto, e conforme fica demonstrado no quadro a seguir, verifica-se o expressivo aumento do quantitativo de alunos matriculados no exercício 2012 em relação ao exercício anterior.

Alunos Matriculados	Exercício 2011		Exercício 2011		Exercício 2012	
	ISAAC	Componente de Cálculo	SISTEC	Componente de Cálculo	SISTEC	Componentes de Cálculo
	14.230	Aluno Equivalente	18.752	Matriculados em curso	26.263	Matriculados em Curso + Matriculados Finalizados 2012 + Matriculados Finalizados 2013

Quadro 83 – Análise Comparativa do componente Alunos Matriculados
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (2012 e fevereiro de 2013)

b) Relação Candidato / Vaga

Verifica-se, no tocante ao indicador Relação Candidato/Vaga, que nas orientações da SETEC para composição dos indicadores do exercício 2012, a fórmula e os componentes de cálculo mantiveram-se em relação ao exercício anterior.

A inviabilidade de comparação dos resultados dos indicadores nos dois exercícios reside na fonte de extração dos dados. Conforme já relatado anteriormente, no ano de 2011 os componentes Candidatos e Vagas foram extraídos do sistema ISAAC. Como em 2012 essas informações foram obtidas junto ao SISTEC, nota-se que, utilizando sistemas diferentes, as metodologias para considerar e computar os dados também são diferenciadas, resultando, necessariamente, na interrupção da série histórica e na impossibilidade de uma análise comparativa.

O quadro a seguir demonstra os resultados do indicador auferidos para fins de Prestação de

Contas, exercício 2011 e 2012.

Relação Candidato/Vaga	Exercício 2011		Exercício 2012	
	ISAAC		SISTEC	
	3,53		2,36	
	Inscritos	39.613	Inscritos	31.897
	Vagas	11.207	Vagas	13.498

Quadro 84 – Análise Comparativa da Relação Candidato/Vaga
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (fevereiro de 2013)

c) Relação Ingressos / Aluno

As orientações da SETEC para composição dos indicadores em 2012 não implicaram na revisão da metodologia de cálculo da Relação Ingressos/Aluno; porém, a exemplo do que ocorreu com o indicador Relação Candidato/Vaga, o sistema utilizado em 2011 para extrair os componentes difere do utilizado no exercício de referência.

Oportuno ressaltar a alteração metodológica do denominador Alunos Matriculados, conforme relatado anteriormente neste anexo.

Relação Ingressos/Aluno	Exercício 2011		Exercício 2012	
	ISAAC		SISTEC	
	37,04		46,9	
	Ingressantes	11.207	Ingressantes	12.324
	Alunos Matriculados	14.230	Alunos Matriculados	26.263

Quadro 85 – Análise Comparativa da Relação Ingressos/Aluno
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (fevereiro de 2013)

d) Relação Concluintes / Aluno

Na composição do indicador Relação Concluintes/Aluno no exercício 2012, a SETEC manteve a metodologia utilizada no Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT. Nesse sentido, conforme o quadro abaixo, o resultado obtido difere, em relação ao exercício 2011, em virtude da mudança de sistema utilizado como fonte de extração dos dados e da alteração da metodologia para obtenção do componente Alunos Matriculados.

Relação Concluintes/Aluno	Exercício 2011		Exercício 2012	
	ISAAC		SISTEC	
	24,05		16,8	
	Concluintes	3.422	Concluintes e Integralizados Fase Escolar	4.420
	Alunos Matriculados	14.230	Alunos Matriculados	26.263

Quadro 86 – Análise Comparativa da Relação Concluintes/Aluno
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (fevereiro de 2013)

e) Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes

Na revisão metodológica apresentada pela SETEC para fins de Prestação de Contas, exercício

2012, o indicador Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes sofreu alterações em sua fórmula de cálculo. No exercício anterior, o indicador foi obtido pela relação do numerador Concluintes pelo denominador Ingressantes.

A partir da referida revisão, o indicador passou a ser calculado pela divisão do numerador Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar pelo denominador Matriculados Finalizados, o que ocasionou a impossibilidade de a instituição realizar uma análise de evolução ou de possíveis desvios e a necessária perda da série histórica do indicador.

Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Exercício 2011	Exercício 2012
	ISAAC	SISTEC
	<u>Nº de Concluintes X 100</u> Ingressantes	<u>Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar</u> Número de Matriculados Finalizados
	30,53	46,4

Quadro 87 – Análise Comparativa do Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (fevereiro de 2013)

f) Índice de Retenção do Fluxo Escolar

As orientações apresentadas pela SETEC para composição dos indicadores no exercício 2012 não implicaram revisão da metodologia de cálculo do Índice de Retenção do Fluxo Escolar; porém o sistema utilizado em 2011 (ISAAC) para extração dos componentes difere do utilizado no exercício de referência (SISTEC), conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ainda, a alteração metodológica do componente Alunos Matriculados, relatado anteriormente, também impactou na obtenção dos resultados.

Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Exercício 2011	Exercício 2012
	ISAAC	SISTEC
	<u>Nº de Alunos Retidos</u> Alunos Matriculados	<u>Nº Total de Retidos</u> Alunos Matriculados
	14,6	40,00

Quadro 88 – Análise Comparativa do Índice de Retenção do Fluxo Escolar
Fonte: ISAAC (2011) e SISTEC (fevereiro de 2013)

g) Relação Alunos / Docente em Tempo Integral

Para composição do Indicador Relação Alunos/Docente em Tempo Integral, são utilizados dois componentes: o número de alunos matriculados e o número de servidores docentes equivalente.

O dado Docente em Tempo Integral é obtido pelo somatório do total de professores com dedicação exclusiva, o total com carga horária de 40h e o total de professores com carga horária de 20h, sendo que esse último dado deve ser multiplicado por 0,5.

Na Prestação de Contas, exercício 2011, os componentes de cálculo foram extraídos do ISAAC (alunos matriculados) e obtidos junto à Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSC, através do Sistema de Gestão de Pessoas (número de docentes equivalente). O indicador considerou todos os docentes vinculados à instituição, inclusive aqueles de contrato temporário e os denominados substitutos.

A partir das novas orientações da SETEC, a fórmula de cálculo do indicador foi mantida, porém foram computados no componente Docente em Tempo Integral exclusivamente os docentes efetivos e os de contrato temporário, excluídos os professores substitutos, conforme comprova o quadro a seguir.

Relação Alunos/Docente em Tempo Integral	Exercício 2011	Exercício 2012
	12,95	31,15
	Componente Docente em Tempo Integral	Componente Docente em Tempo Integral
	Total de Docentes DE + 40h + 20h/2	Total de Docentes DE + 40h + 20h/2 (exceto docentes substitutos)
	920*	843**

Quadro 89 – Análise Comparativa da Relação Alunos/Docente em Tempo Integral

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (2011) e SIAPE (fevereiro de 2013)

* Somatório de professores efetivos, temporários e substitutos

** exceto quantitativo de professores substitutos

Dessa forma, e ainda considerando a ampliação do componente Alunos Matriculados em 2012, utilizado como numerador do indicador, observa-se a impossibilidade de se realizar uma análise comparativa e o prejuízo da série histórica da relação Alunos/Docente em Tempo Integral.

II Indicadores Administrativos

Ao se analisar a série histórica dos indicadores administrativos, cumpre realizar uma observação inicial referente à alteração metodológica referente aos componentes utilizados nos exercícios 2011 e 2012, aplicável aos quatro indicadores.

Na metodologia utilizada na Prestação de Contas do exercício anterior, considerava-se como dado financeiro as despesas pagas, extraídas do SIAFI. A partir das novas orientações da SETEC para o exercício 2012, os dados obtidos desse sistema consideraram o somatório das despesas liquidadas e dos restos a pagar não-processados.

Além da revisão metodológica dos componentes, verificou-se que apresenta-se a seguir, para cada indicador administrativo, a revisão metodológica aplicada pela SETEC em 2012 para composição dos dados em relação ao exercício 2011.

a) *Gastos Correntes por Aluno*

Na Prestação de Contas, exercício 2011, para cálculo do indicador eram utilizados os seguintes componentes: o numerador Total de Gastos Correntes, obtido pelo desconto das despesas com investimentos, precatórios, inativos e pensionistas do total de gastos da instituição, e o denominador Alunos Matriculados, calculado conforme alínea “a” do item I deste tópico.

Já para cálculo do indicador no exercício de referência, a SETEC manteve o numerador e denominador, apenas descontando daquele o valor equivalente a Bolsa Formação, conforme fica demonstrado no quadro abaixo.

Gastos Correntes por Aluno	Exercício 2011	Exercício 2012
	Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT	Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC)
	<u>Total de Gastos Correntes (Total de Gastos – Investimentos – Precatórios – Inativos – Pensionistas)</u> Matrícula Anual	<u>Gastos Correntes (Gastos Totais – Bolsa Formação – Inativos – Pensionistas – Investimentos – Inversões Financeiras)</u> Total de Matriculados
R\$ 10.877,37	R\$ 7.204,07	

Quadro 90 - Análise Comparativa do Gastos Correntes por Aluno

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) / Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC – fevereiro de 2013) / SIAFI (2012 e fevereiro de 2013) / ISAAC (2012) / SISTEC (fevereiro de 2013)

b) Percentual de Gastos com Pessoal

Utilizavam-se, para fins de cálculo do indicador no exercício 2011, os seguintes componentes: o numerador Total de Gastos com pessoal e o denominador Gastos Totais. Em 2012, a SETEC manteve a fórmula de cálculo, conforme fica demonstrado no quadro abaixo.

Percentual de Gastos com Pessoal	Exercício 2011	Exercício 2012
	Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT	Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC)
	<u>Total de Gastos com pessoal X 100</u> Gastos Totais	<u>Gastos com Pessoal X 100</u> Gastos Totais
71,29%	64,90%	

Quadro 91 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Pessoal

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) / Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC – fevereiro de 2013) / SIAFI (2012 e fevereiro de 2013)

*Manteve a base de cálculo

c) Percentual de Gastos com Outros Custeios

Na Prestação de Contas, exercício 2011, para cálculo do indicador eram utilizados os seguintes componentes: o numerador Total de Gastos com Outros Custeios (descontados benefícios, PIS/PASEP, investimentos e inversões financeiras) e o denominador Gastos Totais.

Já para cálculo do indicador no exercício de referência, a SETEC manteve o numerador e denominador, apenas descontando daquele o valor equivalente a Bolsa Formação, conforme fica demonstrado no quadro abaixo.

Percentual de Gastos com Outros Custeios	Exercício 2011	Exercício 2012
	Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT	Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC)
	<u>Total de Gastos com Outros Custeios (Gastos com Outros custeios – benefícios – PIS/PASEP – investimentos - inversões financeiras) X 100</u> Gastos Totais	<u>Gastos com Outros Custeios (Gastos Totais – Bolsa Formação – Gastos com Pessoal – Gastos com Investimentos – Gastos com Inversões Financeiras – Gastos com Benefícios – Gastos com PIS/PASEP X 100</u> Gastos Totais
	15,78%	17,12%

Quadro 92 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Outros Custeios

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) / Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC – fevereiro de 2013) / SIAFI (2012 e fevereiro de 2013)

d) Percentual de Gastos com Investimentos em Relação aos Gastos Totais

Para cálculo do indicador no exercício anterior, eram utilizados os seguintes componentes: o numerador Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras e o denominador Gastos Totais.

Em 2012, a SETEC manteve a fórmula de cálculo, conforme expresso no quadro abaixo, porém, destaca-se, como nos demais indicadores administrativos, a diferenciação do método de obtenção dos componentes, que passou a considerar o somatório das despesas liquidadas e os restos a pagar não processados.

Percentual de Gastos com Investimentos em relação aos Gastos Totais	Exercício 2011	Exercício 2012
	Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT	Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC)
	<u>Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras X 100</u> Gastos Totais	<u>Gastos com investimentos e Inversões Financeiras X 100</u> Gastos Totais
	10,06%	14,31%

Quadro 93 - Análise Comparativa do Percentual de Gastos com Investimentos em relação aos Gastos Totais

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) / Instruções para Interpretação dos Dados (SETEC – fevereiro de 2013) / SIAFI (2012 e fevereiro de 2013)

III Indicador Socioeconômico

a) Número de Matriculados por Renda Per Capita Familiar

Para composição do indicador em 2012, foram considerados os alunos matriculados pelas 6 faixas de renda estabelecidas no Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT, da SETEC, conforme demonstrado no Quadro 94. Este foi o único indicador que não foi composto pela Secretaria, porque dependia de levantamento de cada instituição.

Para composição do indicador na Prestação de Contas, exercício 2011, utilizaram-se dados de duas pesquisas, uma gerenciada pela CPA – Comissão Própria de Avaliação e outra pelo Departamento de Ingresso, num universo de 6.940 alunos pesquisados, equivalendo a 48,77% dos alunos matriculados no exercício. Ainda, as faixas de renda seguiam a orientação do Manual da SETEC, de fevereiro de 2012.

No exercício 2012, os dados foram obtidos exclusivamente do Departamento de Ingresso, num universo que compreendeu 3.776 alunos e que correspondeu, a partir da nova metodologia de composição do componente Alunos Matriculados, a 14,37% do total de alunos da instituição.

Cumpra observar que, com a alteração da orientação de cálculo, a SETEC determinou, conforme Ofício nº 08/2013/DDR/SETEC/MEC, de 29 de janeiro de 2013, o cálculo do indicador por 7 (sete) faixas, expresso no quadro abaixo. Não obstante, considerando o período de recesso escolar e a inexistência de tempo hábil para aplicação de uma pesquisa socioeconômica que atendesse aos novos critérios, os dados apresentados seguem as faixas da orientação anterior.

Número de Matriculados por Renda Per Capita Familiar	Faixas de Renda	
	Manual da SETEC (Fevereiro 2012)	Novas Orientações SETEC (Janeiro 2013)
	$0 < RFP \leq 0,5 \text{ SM}^*$ $0,5 < RFP \leq 1 \text{ SM}$ $1 < RFP \leq 1,5 \text{ SM}$ $1,5 < RFP \leq 2,5 \text{ SM}$ $2,5 < RFP \leq 3 \text{ SM}$ $RFP > 3 \text{ SM}$	$RF > 0,5$ $0,5 < RF < 1$ $1 < RF < 1,5$ $1,5 < RF < 2$ $2 < RF < 2,5$ $2,5 < RF < 3$ $RF > 3$

Quadro 94 – Faixas de Renda do Indicador Número de Matriculados por Renda Per Capita Familiar

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) e Ofício nº 08/2013/DDR/SETEC/MEC

* Salário Mínimo

IV Indicador de Gestão de Pessoas

a) *Índice de Titulação do Corpo Docente*

Para 2012, as diretrizes da SETEC para composição dos indicadores mantiveram a metodologia de cálculo do indicador. Porém, ocorreu alteração dos componentes utilizados.

No exercício 2011 os quantitativos de titulação consideravam os docentes substitutos, enquanto que, a partir das novas orientações da Secretaria, eles foram desconsiderados do cálculo.

Ainda, em 2012 os dados da titulação foram extraídos do sistema SIAPE, enquanto que no exercício 2011 os dados foram obtidos junto à Diretoria de Gestão de Pessoas.

Índice de Titulação do Corpo Docente	Exercício 2011	Exercício 2012
	$\frac{1(G) + 2(A) + 3(E) + 4(M) + 5(D)}{(G + A + E + M + D)}$	$\frac{1(G) + 2(A) + 3(E) + 4(M) + 5(D)}{(G + A + E + M + D)}$ (exceto professores substitutos)
	3,44	3,69

Quadro 95 - Análise Comparativa do Índice de Titulação do Corpo Docente

Fonte: Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT (fevereiro de 2012) / Diretoria de Gestão de Pessoas (2011) / SIAPE (fevereiro de 2013)

RELATORIO DE CORREIÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Processo Administrativo Disciplinar nº	23292.000553/2012-21
Objeto: Disciplinar para apuração de responsabilidades relativas aos fatos relatados no Relatório de Auditoria/CGU nº 21112164.	Portaria nº 213
Início: 16/02/2012	Final: 27/09/2012
Arquivamento.	Comissão: José Augusto Ribeiro (Presidente) – Kleny Pires do Amaral – Cláudio Ferreti
Instrução Normativa nº	23292.001059/2012-24
Objeto: Constituir processo de Instrução prévia para apuração de responsabilidades relativamente aos fatos relatados na mensagem eletrônica de 01/03/2012, anexa ao memorando nº79/Reitoria.	Portaria nº 276
Início: 05/03/2012	Final: 05/04/2012
Arquivamento.	Relator: Jesué Graciliano da Silva
Processo Administrativo Disciplinar nº	23292.001060/2012-59
Objeto: Disciplinar para apuração de responsabilidades relativas aos fatos relatados no Memorando nº 062/2012-DG-IF-SC-CF.	Portaria nº 652
Início: 18/05/2012	Final: Prazo prorrogado
	Comissão: Orly Domingues Garcia (Presidente) – Alisson Luiz Lessak – Romoaldo Rebello Siggelkow
Processo Administrativo Disciplinar nº	23292.001061/2012-01
Objeto: Disciplinar visando apurar responsabilidades relativas aos fatos relatados no Ofício nº 546.	Portaria nº 1187
Início: 08/10/2012	Final: Prazo prorrogado
	Comissão: Dorival Menegaz Nandi (Presidente) – Nibar Rodrigues – Romoaldo Rebello Siggelkow
Instrução Normativa nº	23292.001062/2012-48
Objeto: Constituir processo de Instrução Prévia para apuração de responsabilidades relativamente aos fatos relatados em denúncia recebida na Ouvidoria do IFSC, por meio do memorando nº 030/2012-DG do Campus Chapecó.	Portaria nº 1195
Início: 09/10/2012	Final: 09/11/2012
Arquivamento.	Relator: Rogério Mello
Processo Administrativo Disciplinar nº	23292.001063/2012-92
Objeto: Disciplinar para apuração de responsabilidades relativas aos fatos relatados no memorando nº 062/2012-DG-IF-SC-CF.	Portaria nº 1344
Início: 08/11/2012	Final: Prazo prorrogado
	Comissão: Orly Domingues Garcia (Presidente) – Alisson Luiz Lessak – Felipe Cintra Nunes
Processo Administrativo Disciplinar nº	23292.001064/2012-37
Objeto: Apuração de responsabilidades relativas aos fatos expostos no memorando nº052/2012/CFC, de 12/11/2012 da Direção Geral do Campus Florianópolis Continente.	Portaria nº 1431
Início: 20/11/2012	Final: Prazo prorrogado
	Comissão: Zizimo Moreita Filho (Presidente) – Hélio Ormeu Ribeiro – Deizi Paula Giusti Consoni

Quadro 96 – Relatório de correção do exercício de 2012

Fonte: Assessoria Executiva do Gabinete – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD)

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

ENTIDADE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
DIRIGENTE: Maria Clara Kaschny Schneider
CARGO: Reitora

REFERÊNCIA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO IFSC – EXERCÍCIO 2012

PARECER DE AUDITORIA INTERNA Nº 001/2013

(Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 124 de 05/12/2012)

A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), considerando as atribuições estabelecidas no Artigo 25 inciso XII do Regimento Geral do IFSC, aprovado pela Resolução nº 054/2012/CS em 5 de novembro de 2012 e em conformidade com o estabelecido no Anexo III, da Decisão Normativa TCU nº 124, de 5 de dezembro de 2012 e na Portaria CGU/PR nº 133 de 18 de janeiro de 2013 – Norma de Execução nº 01 - Item 5.2.8 do Anexo I, examina e emite Parecer Prévio de Auditoria Interna, referente a **Prestação de Contas Anual do IFSC – exercício de 2012.**

1 PARECER SOBRE AS CONTAS DO IFSC, CONFORME ANEXO III DA DECISÃO NORMATIVA Nº 124/2012

Com vistas a subsidiar opinião sobre a Prestação de Contas do IFSC – ano 2012, descreve-se, a seguir, ações desenvolvidas pela UNAI em decorrência de sua atuação junto aos câmpus e Reitoria do IFSC destacando a estrutura atual da Unidade de Auditoria da Instituição.

1.1 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DO IFSC – ESTRUTURA, POSICIONAMENTO E DESIGNAÇÃO DO TITULAR.

A Unidade de Auditoria Interna do IFSC está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais. Na Reitoria (Auditoria Geral) estão lotados dois auditores, sendo um Chefe do Setor de Auditoria e mais um auditor interno. Apenas a Auditoria Regional do Oeste (lotação Campus Chapecó) possui auditor nomeado. Portanto, o IFSC possui três auditores responsáveis pelas auditorias regulares em 18 câmpus e na Reitoria.

A nomeação do titular da Auditoria Interna segue normativa estabelecida pelo Órgão de Controle Interno Federal, ou seja, o Reitor(a) designa um servidor responsável pela Chefia do Setor de Auditoria Interna, cujo nome é submetido a apreciação/aprovação do Conselho Superior do IFSC. Posteriormente, cópia da nomeação é encaminhada à CGU-R/SC. Esse procedimento está previsto no Regimento Interno da UNAI, aprovado em 19 de março de 2012 (Portaria nº 368/2012/Gabinete), conforme descrito abaixo:

Art. 6º - A nomeação do auditor chefe da UNAI será feita por indicação do Reitor e submetida à aprovação do Conselho Superior do IF-SC com posterior anuência da Controladoria Geral da União, dentre auditores de cargo lotados na Auditoria Geral ou Regional.

Parágrafo Único: A exoneração do auditor chefe da UNAI será submetida à aprovação do Conselho Superior e comunicada à Controladoria Geral da União.

A vinculação hierárquica dos membros da Auditoria Interna do IFSC é ao Conselho Superior (Órgão Superior da Administração da Instituição).

1.2 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS: PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

No ano de 2012 a UNAI, durante suas atividades de acompanhamento dos atos de gestão administrativa nos câmpus e Reitoria pôde perceber determinadas fragilidades em relação a alguns controles básicos utilizados. Pontualmente, as deficiências dos controles internos foram relatadas nos 20 Relatórios de Auditoria Interna produzidos pela equipe em 2012 e encaminhadas ao conhecimento das áreas/gestores envolvidos com cópia, para ciência, à Reitoria do IFSC. No geral as áreas cujos controles internos apresentam fragilidades e necessitam de um acompanhamento mais efetivo é a patrimonial e gestão de pessoas, especificamente, o controle de frequências. As principais recomendações expedidas pela equipe de auditoria, por área, são:

- Patrimonial: divergência entre a localização física de bens e seu registro no sistema patrimonial SAP/SPW; acúmulo de responsabilidade por guarda de bens; divergências de valores em registros contábeis; aquisição de bens permanentes para utilização não imediata, configurando “estoque” de bens permanentes; fragilidades no preenchimento dos controles de utilização de veículos, etc;
- Almoxarifado: falta de padronização, entre os diversos câmpus do IFSC, de modelos de requisições de materiais; divergências entre os registros do sistema SAM – Sistema de Administração de Materiais e os respectivos registros contábeis, etc;
- Gestão de Pessoas: fragilidades nos controles de frequências; ausências de justificativas por faltas e/ou justificativas pouco fundamentadas; utilização de controles manuais por alguns câmpus; ausência de Relatórios de Atividades Docentes – semestral; pagamento de vale transporte intermunicipal sem o respectivo comprovante mensal a cargo do servidor; pagamento de adicionais de insalubridade sem amparo de Portarias e sem comprovação de utilização de ambiente insalubres por mais 50% da carga horária do servidor; pagamento de diárias entre municípios limítrofes; etc;
- Licitações, Inexigibilidades e Dispensas: ausência de certificados em processos de capacitação; utilização de Pregão por SRP - Sistema Registro de Preços para itens com quantidades pequenas; utilização de SRP *versus* estocagem de materiais; cotações de preço (orçamentos) para compor valor referência de licitações muito divergentes entre si, não refletindo efetivamente o preço médio de mercado; ausência de comprovação da convocação de outros órgãos da Administração Pública em processos realizados por SRP, restringindo a licitação aos câmpus da Instituição; ausências de controles efetivos sobre aquisições via Adesão a Atas de Registro de Preços, etc;
- Serviços Terceirizados: ausência documentações obrigatórias pós-licitação; pagamento de notas fiscais sem a entrega da totalidade de documentação mensal a cargo das empresas; não utilização dos Acordos de Níveis Serviços nas medições contratuais, etc.

1.2.1 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios e de Convênios/Acordos

A UNAI, durante o ano de 2012 realizou junto aos câmpus, auditoria nos processos de

licitações (pregões), além de dispensas e inexigibilidades de licitações, porém, o maior volume dos processos foi realizado pelo Departamento de Compras/Reitoria. Em dezembro de 2012 a UNAI finalizou auditoria nos processos licitatórios realizados por esse Departamento, conforme Relatório UNAI nº 020/2012.

A auditoria pôde constatar a regularidade da maioria dos processos licitatórios, sendo que as raras inconsistências encontradas em alguns processos foram relatadas nos respectivos Relatórios de Auditoria e encaminhadas aos gestores/áreas envolvidas, bem como, à Reitoria do IFSC para apreciação/regularização e estão/serão monitoradas pela UNAI durante o ano 2013.

Com relação aos convênios, em 2012, a Instituição, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - PROEX, firmou 50 convênios, sendo que a maioria refere-se à oferta de cursos de formação inicial e continuada – FIC, caracterizados como acordos de cooperação mútua, sem envolvimento financeiro. Destes, apenas três convênios envolveram contrapartida financeira, no valor total de **R\$ 39.404,40**. A UNAI comprovou a regularidade dos acordos assinados pelo IFSC e recomendou a substituição de nomenclatura do instrumento utilizado para “Termo de Cooperação Técnica”, sendo acatado e já utilizado pela Instituição.

1.3 Descrição das Rotinas de Acompanhamento e Implementação das Recomendações da Unidade de Auditoria Interna

O acompanhamento da implantação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna do IFSC é realizado via *follow up* “Monitoramento das Recomendações” e da análise das respectivas respostas e documentos probatórios emitidos pelos setores auditados. Além disso, quando necessário, os auditores realizam visitas *in loco* para constatar a implantação das recomendações.

Inexiste na Instituição um sistema de auditoria interna para a condução dos procedimentos primários de auditoria, contudo, a UNAI faz uso de alguns processos, que foram elaborados pela Auditoria Geral, visando garantir mais imparcialidade nas avaliações dos controles internos por parte da equipe de auditoria. Foram criados e validados em 2011 e 2012 os seguintes Programas de Auditoria: Programas de Auditoria em Licitações – todas as modalidades; em Processos de Dispensas e de Inexigibilidades, bem como, os respectivos Questionários de Avaliações do Controle Interno – QACIs. Todos os procedimentos ainda são realizados de forma manual.

1.4 Informações sobre a Existência ou não de Sistemática e de Sistema para Monitoramento dos Resultados Decorrentes dos Trabalhos da Auditoria Interna.

Não há um sistema de acompanhamento e monitoramento das recomendações da Unidade de Auditoria Interna e demais Instâncias de Controle Governamental (CGU/TCU). Todas as recomendações são registradas em planilhas de eletrônicas.

Desde 2010 a UNAI vem intensificando junto a Reitoria, a adoção de um sistema de auditoria interna, sendo que, atualmente, a Instituição está analisando um sistema terceirizado de gestão administrativa integrada, incluindo um módulo de Auditoria Interna. Esta análise está em fase final de discussão. Enquanto não houver um sistema informatizado para utilização da UNAI os monitoramentos continuarão sendo realizados mediante planilhas eletrônicas.

1.5 Informações sobre a Certificação de que a Alta Gerência Tomou Conhecimento das Recomendações feitas pela Auditoria Interna e a Aceitação dos Riscos pela não Implementação de tais Recomendações

A Unidade de Auditoria Interna registra todas as constatações e respectivas recomendações em seus Relatórios de Auditoria, encaminhados à alta gestão para conhecimento/providência. Os Relatórios também são disponibilizados na Intranet Institucional.

Ao considerar que alguma recomendação merece atenção mais efetiva por parte dos gestores, a UNAI encaminha um Memorando relatando a(s) inconsistência(s) e destacando ações corretivas que poderiam ser realizadas pela gestão a fim de minimizar possíveis impactos negativos pela falta de adoção das providências cabíveis. No geral, a alta gestão do IFSC vem colaborando e buscando implantar a maioria das recomendações propostas pela equipe de auditoria interna.

1.6 Descrição da Sistemática de Comunicação à Alta Gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre Riscos Considerados Elevados Decorrentes da não Implementação das Recomendações da Auditoria Interna pela Alta Gerência.

A alta gestão do IFSC busca, de forma geral, não incorrer em riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, bem como, pelas demais Instâncias de Controle, sendo que as recomendações mais relevantes são tratadas diretamente com os Gestores/Reitoria e Diretores (câmpus) a fim de eliminar e/ou minimizar os riscos evidenciados pela equipe. A sistemática de comunicação se dá por e-mail institucional e memorandos. As recomendações mais relevantes são destacadas pela UNAI nos respectivos Relatórios de Auditoria e monitoradas, periodicamente, pela equipe de auditores.

1.7 Informações Gerenciais Sobre a Execução do Plano de Trabalho do Exercício de Referência das Contas.

A organização das atividades anuais de Auditoria Interna da Instituição se ampara no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE, aprovado pelo Conselho Superior do IFSC e, posteriormente, encaminhado à CGU-R/SC, em conformidade com os principais normativos vigentes.

No PAINTE/2012 foram programadas atividades de auditoria em 18 câmpus do IFSC e, na Reitoria, foram programadas auditorias na Pró-Reitoria de Administração – Departamentos de Compras e Gestão de Pessoas; na Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - Diretoria de Extensão (Convênios e Parcerias); Pró-Reitoria de Ensino – Departamento de Ingresso. Também foram previstas a elaboração de Programas de Auditoria em diversas áreas e respectivos Questionários de Avaliação dos Controles Internos – QACIs, bem como, o Plano de Capacitação da equipe de auditores. Abaixo, segue síntese de execução do Plano de Trabalho de 2012.

CONTROLE DE METAS - PAINTE/2012 DO IFSC				
PREVISTO	EXECUTADO			OBSERVAÇÃO
PAINTE/2012	SIM	NÃO	%	
Auditoria Pró-Reitoria de Extensão – Coordenação de Parcerias e Convênios	x		100%	Relatório 001/2012
Auditoria Campus São José	x		100%	Relatório 002/2012
Auditoria Campus Jaraguá do Sul	x		100%	Relatório 003/2012
Auditoria Campus Florianópolis	x		100%	Relatório 004/2012
Auditoria Campus Palhoça-Bílingue	x		100%	Relatório 005/2012
Auditoria Campus Florianópolis-Continente	x		100%	Relatório 006/2012

Auditoria Campus Canoinhas	x		100%	Relatório 007/2012
Auditoria Campus Caçador	x		100%	Relatório 008/2012
Auditoria Campus Lages	x		100%	Relatório 009/2012
Auditoria Campus Urupema	x		100%	Relatório 010/2012
Auditoria Campus Geraldo Werninghaus	x		100%	Relatório 011/2012
Auditoria Campus Chapecó	x		100%	Relatório 012/2012
Auditoria Campus São Miguel Oeste	x		100%	Relatório 013/2012
Auditoria Campus Xanxerê	x		100%	Relatório 014/2012
Auditoria Campus Itajaí	x		100%	Relatório 015/2012
Auditoria Campus Criciúma	x		100%	Relatório 016/2012
Auditoria Campus Gaspar	x		100%	Relatório 017/2012
Auditoria Campus Joinville	x		100%	Relatório 018/2012
Auditoria Campus Araranguá	x		100%	Relatório 019/2012
Departamento de Licitações - Reitoria	x		100%	Relatório 020/2012
Departamento de Ingresso		x	0%	Não realizado
Coordenação Pagamento – DGP		x	0%	Não realizado
Programas de Auditoria (Áreas: Contratos, Patrimônio e Gestão Pessoas)		x	30%	Em Estudo/Elaboração
QACI - Questionário Avaliação dos Controles Internos (Áreas: Contratos, Patrimônio e Gestão Pessoas)		x	30%	Em Estudo/Elaboração

Resumo Geral do Plano de Trabalho da UNAI do IFSC – Ano 2012:

- 4) Atividades Previstas: 24
- 5) Atividades Realizadas: 20
- 6) Percentual de Execução do Plano: 83,33%

Em 2012, a UNAI expediu 518 recomendações gerais. Desse total a UNAI monitorará 177 recomendações específicas consideradas relevantes para a melhoria dos controles internos organizacionais da Instituição, representando 34% do total das recomendações realizadas.

Apesar de algumas ações previstas no Plano de Trabalho não terem sido executadas, a UNAI considera muito satisfatória a execução de mais 90% do previsto no PAINT/2012 para as auditorias regulares junto aos câmpus/Reitoria, considerando que em 2012 o efetivo de pessoal lotado na Auditoria Interna foram/são três auditores atuando em uma Instituição com mais de 18 câmpus distribuídos por todas as regiões de Santa Catarina, além da Reitoria, bem como, deve-se considerar que em 2012 ocorreu uma greve do funcionalismo público federal, incluindo o IFSC, que se estendeu por quase três meses, dificultando a realização das auditorias previamente programadas. Ainda, houve um pedido da SETEC/MEC, que foi atendido pelo IFSC, conforme Ordem de Serviço

nº 04/2012/SETEC/MEC, para que um dos membros da Auditoria Interna do IFSC integrasse uma Comissão de Investigação visando apurar denúncias em concurso público conduzido por uma Instituição Federal de Ensino. Tal demanda, mesmo que não prevista no Plano de Trabalho, constituiu um rico instrumento de socialização de conhecimentos entre servidores/Instituições.

2 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, CONSOANTE PORTARIA CGU-PR Nº 133/2013

2.1 DEMANDAS DOS ÓRGÃOS E CONSELHOS DA ENTIDADE

Em sua estrutura regimental, o IFSC possui Órgãos colegiados e executivos. O Conselho Superior é o órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo e consultivo.

Conta, ainda, com os seguintes órgãos de assessoramento: Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas; Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão; Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Própria de Avaliação, Ouvidoria e Comissão de Ética.

Não houve pedido específico, por parte dos Colegiados/Conselho Superior do IFSC, que demandasse atuação por parte da equipe de auditores. Destaca-se que, em 2012, o Conselho Superior do IFSC emitiu 35 Resoluções, sendo que a maioria decorreu da criação e/ou regulamentação de cursos na Instituição e aprovação de normativos diversos.

O Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão normativo e consultivo da Reitoria, trata das questões referentes às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC. Durante 2012 foram emitidas pelo Colegiado, 37 Resoluções referentes à criação, extinção e reestruturação de cursos em todas as modalidades ofertadas pela Instituição.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão que versa sobre a matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira e sobre as relações sociais, de trabalho e de vivência da Instituição. Durante 2012 emitiu oito Resoluções sobre assuntos administrativos diversos.

O Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – CDP, trata das questões relacionadas à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional. Em 2012 foram apreciados pelo CDP 1.260 processos, sendo que, deste total, 1.130 receberam aprovação e 130 foram indeferidos/devolvidos para correções. Ainda, foram emitidas seis Resoluções Normativas relacionadas à movimentação, progressão e desenvolvimento de servidores do IFSC.

A competência de cada órgão deliberativo e/ou consultivo está detalhada no Regimento Geral do IFSC, aprovado em 5/11/2010 através da Resolução nº 054/2010/CS (Conselho Superior), além de Regulamentos Internos que disciplinam as atribuições específicas de cada Órgão/Conselho.

Todas as resoluções e demais normativos emanados dos Conselhos/Colegiados do IFSC são divulgadas e acessíveis aos servidores via site institucional e constituem normatizações internas que são seguidas por todos os colaboradores da Instituição.

3 FORMALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO IFSC – ANO 2012

O Relatório de Gestão e as peças que compõem a Prestação de Contas Anual do Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – IFSC, ano 2012 foram elaborados em conformidade com os normativos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, a seguir: Instrução Normativa IN TCU nº 63/2010, Decisão Normativa nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e Portaria CGU/PR nº 133/2013.

O exame das peças que compõem a Prestação de Contas de 2012 do IFSC mostra a evolução de alguns indicadores institucionais, motivados, sobretudo, pelo processo recente de expansão da

Instituição. Consta a Declaração do Contador responsável atestando a regularidade e confiabilidade das Demonstrações Contábeis previstas na Lei 4.320/64 e pela Norma NBC T 16.6 do Conselho Federal de Contabilidade, bem como, o monitoramento do Plano Plurianual/LOA-2012 com análise crítica da evolução das metas físicas e financeiras da Instituição em relação aos objetivos e estratégias institucionais.

PARECER CONCLUSIVO

A Unidade de Auditoria Interna avalia como **REGULAR** o processo de Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - **exercício de 2012**, considerando sua aderência e conformidade aos principais normativos vigentes, podendo ser submetido à apreciação do Conselho Superior do IFSC e também ao Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal – CGU-R/SC e ao Tribunal de Contas da União.

Florianópolis, 8 de março de 2013.

Marcelo Aldair de Souza